



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA (PROFEPT)



IDENTIDADE RACIAL NA CULTURA ESCOLAR:
“ESCREVIVENDO” MEMÓRIAS DE JOVENS NEGRAS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Parnaíba-PI

2024

LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA SANTOS VICENTE

**IDENTIDADE RACIAL NA CULTURA ESCOLAR:
“ESCREVIVENDO” MEMÓRIAS DE JOVENS NEGRAS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Exame de qualificação.

Área de concentração: Ensino.

Linha de Pesquisa: Linha de Pesquisa em Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Macroprojeto- Histórias e Memórias no contexto da EPT.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Raquel da Costa.

Parnaíba-PI

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Vicente, Lúcia de Fátima Pereira Santos

V632i Identidade racial na cultura escolar: “escrevivendo” memórias de jovens negras na Educação Profissional Tecnológica / Lúcia de Fátima Pereira Santos Vicente. - Parnaíba - PI, 2024.

136 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Parnaíba, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Raquel da Costa.

1. Identidade racial. 2. Jovens negras. 3. Memórias.
4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Isabel dos Santos Lima CRB 3/1060

LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA SANTOS VICENTE

**IDENTIDADE RACIAL NA CULTURA ESCOLAR:
“ESCREVIVENDO” MEMÓRIAS DE JOVENS NEGRAS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. EXAME DE QUALIFICAÇÃO.
Área de concentração: Ensino. Linha de Pesquisa: Linha de Pesquisa em Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Macroprojeto- Histórias e Memórias no contexto da EPT.

Aprovado em 29 de agosto de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCA RAQUEL DA COSTA**
Data: 27/08/2024 19:37:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Francisca Raquel da Costa

IFPI

Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 **JOSELMA FERREIRA LIMA E SILVA**
Data: 28/08/2024 11:03:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Joselma Ferreira Lima e Silva

IFPI



Documento assinado digitalmente

MICHELE LOPES DA SILVA ALVES

Data: 28/08/2024 07:17:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Michele Lopes da Silva Alves
IFPI

DEDICATÓRIA

Dedico este produto educacional, fruto da minha pesquisa de mestrado, a todas as mulheres que habitam em mim. Às minhas ancestrais, lavadeiras, indígenas, negras, mulheres simples, de muita força, determinação e coragem. Hoje, sou fruto de uma mulher que nasceu em 1955, na zona rural, em uma fazenda chamada Bebedouro, na cidade de Esperantina-PI, na qual seu pai (meu avô Bernardo) era vaqueiro, e sua mãe (minha avó Ana), dona de casa, aqui o termo melhor empregado, é doméstica, pois a fazenda em que moravam e trabalhavam não eram de suas posses, eram arrendatários, prestavam contas e pagavam rendas ao verdadeiro dono. Minha mãe, umas das caçulas entre os dezesseis irmãos, ousou quebrar o ciclo de analfabetismo, aprendeu a ler e escrever, e passou a repassar as primeiras letras embaixo das mangueiras, em frente à casa de telha (casa dos senhores donos da terra). A casa onde meus avós moravam era de palha e ficava cerca de 100 metros da casa de telha, a “Casa Grande”. Usando gravetos como lápis e o chão como cadernos, minha mãe, ousou sonhar em “ser professora”. Formada em Licenciatura Plena em História no ano de 2004, pela UESPI, concretizou o seu sonho aos 49 anos. Sempre foi e será minha maior inspiração. Assim como minha mãe, desejo ser inspiração para as mulheres que saíram de mim e levam a minha ancestralidade, tornando-me imortal, minha filha Luana Vicente e minha neta Mariana Vicente, e as que ainda estão por vir. Não posso deixar de dedicar este E- Book às muitas mulheres, intelectuais, militantes, que tanto me inspiram e embasam este trabalho. Mulheres que, ao longo de séculos, ousaram falar e romper com os silêncios dos horrores não ditos, dos amores não vividos e dos direitos negados. Mulheres de fala e também de atitudes. Levo vocês dentro de mim e deixo um pouco de mim em cada uma de vocês.

AGRADECIMENTOS

“Pra quem tem fé a vida nunca tem fim.

Rayanna Kamilly, 2023

Começo os meus agradecimentos com a fala da estudante, coautora deste E-Book, Rayanna Kamilly, que juntamente com as demais participantes deste produto educacional, me ensinaram a ressignificar sobre muitas coisas. Meninas, mulheres, que em tão pouco tempo de vida, já experienciaram medos, abandonos, preconceitos, indiferenças, privações de todas as ordens (social, segurança, dinheiro, afeto). Quem dera se eu pudesse, com o meu abraço, preencher cada vazio que ficou em algumas delas, mas sei que não posso. Contudo, sei que posso AMAR vocês, desejar e trabalhar para que o futuro próximo seja bem melhor, mais justo e mais igualitário.

Agradeço a Deus por ter me mantido viva, por meio de todas as pessoas que me ouviram, me abraçaram, me deram uma palavra amiga e que choraram comigo. Não foi uma jornada fácil. Foi um momento de muitas mudanças em minha vida e quero agradecer aos meus pais, à minha irmã, Luciana e meu irmão, Antonio Filho, pelo amor incondicional.

Aos meus filhos, Thiago e Luana, por me darem condições de realizar este trabalho (muitas vezes fui forte por vocês). Ao Beto, por todos os anos de companheirismo e dedicação ao meu lado. Às minhas primas, que carinhosamente chamo de "cobras" (Lucinha, Fafá, Ana Maria, Ana Lúcia e Mariana), que estavam ao meu lado quando cheguei ao fundo do poço da depressão.

Agradeço a todos os meus mestres e mestras que contribuíram para a minha formação unilateral, especialmente à Profa. Dra. Joselma Lavôr, ao Prof. Dr. Marcio Aurélio e à minha orientadora, Profa. Dra. Francisca Raquel da Costa. Meus sinceros agradecimentos a todos os atores do IFPI Parnaíba, Piauí, bem como a todos os envolvidos no PROFEPT. A Turma PROFEPT 2022 tornou-se uma família.

Aos meus amigos mestrandos, que foram verdadeiros mestres/doutores na arte de compartilhar as aprendizagens. Não posso deixar de agradecer à Nossa Senhora de Fátima por me iluminar, proteger e guardar durante toda a “escrivência” da minha vida.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, no Instituto Federal de Parnaíba-PI. Com o objetivo de investigar a formação identitária de jovens negras no espaço escolar, colaborando com a promoção do autoconhecimento identitário e uma educação antirracista. Foi levantada a seguinte questão investigada: Como as alunas negras constroem suas identidades? Para isso, realizamos um estudo bibliográfico, abordando temas como, identidade, a ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial, a mulher e suas condições raciais e seu lugar no mundo e na escola. O local da pesquisa foi o, Centro de Educação Estadual Profissional (CEEP) Leonardo das Dores, está localizado no bairro Bernardo Rego, na cidade de Esperantina-PI. As participantes da pesquisa foram 15 estudantes negras da 3ª série do Curso de Administração integrada ao Médio. A metodologia utilizada foi o da pesquisa bibliográfica qualitativa e participante, instrumento que aproxima o pesquisador do fenômeno investigado. O método para a produção de conhecimento foi o da “escrivência”, pautado nas obras da escritora, Conceição Evaristo. Para o desenvolvimento da pesquisa foram implantadas estratégias como: aplicação de questionário, encontros para escrituras com as estudantes, onde foi possível identificar, as concepções e as práticas, que sustentam as suas identidades. Com o propósito de se efetivar um trabalho articulado, que considere as necessidades sentida pelas alunas, na compreensão de seus reconhecimentos identitários, desenvolveu-se, um Produto Educacional, E-Book, intitulado “Escrevendo Memórias de Jovens Negras na Educação Profissional e Tecnológica.” A pesquisa apontou que conhecer a História, pelas mãos, falas e memórias dos escravizados, é de suma importância, para a valorização e respeito, das africanidades presentes na sociedade brasileira. Também foi pontuado a participação significativa, da mulher negra na formação da sociedade brasileira e na formação identitária das discentes pesquisadas. Foi destacado também, a importância da educação antirracista dentro da educação profissional e tecnológica, como um instrumento de combate às desigualdades e construção de uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: **Palavras-chave:** Identidade racial; jovens negras; Memórias; Educação Profissional e Tecnológica

ABSTRACT

This dissertation is the result of research developed in the Master's Program in the National Network in Professional and Technological Education – ProfEPT, at the Federal Institute of Parnaíba-PI. With the aim of investigating the identity formation of young black women in the school space, collaborating with the promotion of identity self-knowledge and anti-racist education. The following investigated question was raised: How do black students construct their identities? To this end, we carried out a bibliographical study, addressing topics such as identity, the ideology of whitening, the myth of racial democracy, women and their racial conditions and their place in the world and at school. The research location was the Professional State Education Center (CEEP) Leonardo das Dores, located in the Bernardo Rego neighborhood, in the city of Esperantina-PI. The research participants were 15 black students from the 3rd year of the Integrated Secondary Administration Course. The methodology used was qualitative and participatory bibliographic research, an instrument that brings the researcher closer to the phenomenon investigated. The method for producing knowledge was “writing”, based on the works of the writer, Conceição Evaristo. For the development of the research, strategies were implemented such as application of a questionnaire, meetings for writing with the students, where it was possible to identify the conceptions and practices that support their identities. With the purpose of carrying out articulated work, which considers the needs felt by the students, in understanding their identity recognitions, an Educational Product, E-Book, was developed, entitled “Writing Memories of Young Black Women in Professional and Technological Education.” The research showed that knowing History, through the hands, speeches and memories of the enslaved, is extremely important for the appreciation and respect of the Africanities present in Brazilian society. The significant participation of black women in the formation of Brazilian society and in the identity formation of the students studied was also highlighted. The importance of anti-racist education within professional and technological education was also highlighted, as an instrument to combat inequalities and build a more egalitarian society.

Keywords: Keywords: Racial identity; young black women; Memoirs; Professional and Technological Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Escravizada Anastácia	27
Figura 2 Desenho Metodológico	57
Figura 3 Local de desenvolvimento da pesquisa.....	61
Figura 4 Mapa Conceitual dos procedimentos da pesquisa.....	64
Figura 5 Oficinas de escrevivência.....	71
Figura 6 Pensando sobre identidades	80
Figura 7 Ser negra: cultura e arte	84
Figura 8 Meu corpo, minhas regras	87
Figura 9 Apreciando os fenótipos afro centrados.....	90
Gráfico 1 Percepção sobre identidade racial	103
Gráfico 2 Conhecimento sobre identidade racial	103
Gráfico 3 Pertencimento de identidade racial	104
Gráfico 4 Percepção acerca da escola na superação das desigualdades gêneros raciais	106
Gráfico 5 Valorização os fenótipos afro centrados	107
Gráfico 6 Mulheres que inspiram.....	108
Gráfico 7 Valorização os fenótipos afro centrados.....	110
Quadro 1 Histórico da EPT.....	46
Quadro 2 Encontro 1.....	68
Quadro 3 Encontro 2	76
Quadro 4 Encontro 3	84
Quadro 5 Encontro 4	88
Quadro 6 Conquistas das mulheres negras no Brasil	112
Quadro 7 Problemas e desafios enfrentados pela mulher negra	113

ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Conselho de Ética na Pesquisa
CEEP	Centro Estadual de Educação Profissionalizante
CF	Constituição Federal
EJATEC	Educação de Jovens e adultos em Tecnologia
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Produto Educacional
PI	Piauí
PROFEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROEJA	Programa Nacional da Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos
PPI	Populações Preta, Parda e Indígenas
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais
OMS	Organização Mundial da Saúde
TALE	Termo de Assentamento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESPI	Universidade Estadual do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS E NEGRAS NO BRASIL (INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?).....	19
2.1.1	O branqueamento e suas implicações acerca do conceito de identidade....	23
2.1.2	Ser negro: Um olhar acerca da construção da identidade racial	30
2.2	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MENINAS NEGRAS E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO	31
2.2.1	A construção ou desconstrução das identidades através da escola	33
2.2.2	Quebrando estereótipos e desconstruindo preconceito na escola.....	37
2.2.3	A educação antirracista como fortalecedora das identidades.....	40
2.3	BREVE HISTÓRICO DA EPT NO BRASIL	45
2.3.1	A construção identitária das mulheres negras dentro do contexto da EPT	49
2.3.2	“Reparando erros”: as legislações sobre a educação das relações etnicorraciais	53
2.3.3	Legislações sobre a educação das relações etnicorraciais na EPT	54
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	57
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	58
3.1.1	Caracterização da área estudada e descrição das participantes.....	59
3.1.2	Descrição dos estudo e especificação dos instrumentos de dados	61
3.1.3	Procedimentos e interpretação dos dados	63
3.2	PRODUTO EDUCACIONAL.....	65
3.2.1	Finalidade do PE	67
3.2.2	Desenvolvimento e aplicabilidade do PE	67
3.2.2.1	A identidade negra em construção.....	68
3.2.2.1.1	A voz da resistência.....	73

3.2.2.2	Construindo a identidade racial feminina	76
3.2.2.2.1	Quem sou eu? Conhecer para aprender	80
3.2.2.3	As mulheres que habitam.....	84
3.2.2.4	Ser Negra: cultura e arte.....	88
3.2.2.4.1	Escrevivendo Memórias	93
4	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	100
4.1	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS E AS PERCEPÇÕES DAS ALUNAS PARTICIPANTES.....	101
4.1.1	A percepção sobre identidade racial.....	102
4.1.2	Percepção das escolas na superação das desigualdades gênero raciais e valorização dos estereótipos da identidade negra	105
4.1.3	A mulher negra como referência	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES	125

A pesquisa, *Identidade racial na cultura escolar: “Escrevivendo Memórias de Jovens Negras na Educação Profissional e Tecnológica*, foi desenvolvida dentro do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, no Instituto Federal de Parnaíba-PI, na Linha de Pesquisa em Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e do Macro Projeto- Histórias e Memórias no contexto da EPT. A pesquisa consiste em um estudo sobre a construção da identidade racial das alunas negras da 3ª série do Centro Educacional Profissionalizante Leonardo das Dores, localizada no bairro Bernardo Rego, uma comunidade de periferia da cidade de Esperantina-PI.

O objetivo desta pesquisa foi investigar a formação identitária de jovens negras no espaço escolar, colaborando com a promoção do autoconhecimento identitário e uma educação antirracista. Então, para a elaboração e o desenvolvimento desta pesquisa de identidade e valorização da cultura negra, foi levantada a seguinte questão investigada: Como as alunas negras, do CEEP Leonardo das Dores, constroem suas identidades?

Falar sobre identidade de mulheres negras, significa retornar ao passado histórico da formação política, sociocultural do Brasil e compreender o continente africano, como um território de significados históricos com valores culturais e divisões políticas e sociais próprias. Faz se necessário, compreender o abismo cultural e preconceitos como herança da diáspora e do patriarcado machista, sexista que nos foram impostos durante anos. Para Munanga (2004), o ponto de partida da busca de identidades coletivas ou individuais leva em conta que somos sempre o “Outro de alguém, ou o Outro de um Outro”.

A (re)construção ou fortalecimento da identidade é entendida por alguns autores como uma tentativa de retorno ao passado histórico (Hall,2006), enquanto outros destacam, a afirmação da diferença e da pertença étnicorracial (Woodward, 2000).

A palavra *Identidade*, termo de origem latina, formado a partir do adjetivo “idem” (com o significado de “o mesmo”) e do sufixo “-dade” (indicador de um estado ou qualidade), conduz à sua aplicação como qualificadora daquilo que é idêntico ou o mesmo sendo, portanto, identificadora de algo que pertence (Ceia,2010). Indubitavelmente identidade é um processo de construção que nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”.

Munanga (2012) divide a identidade em dois aspectos: identidade objetiva e identidade subjetiva. Segundo ele, “A identidade pode ser objetiva apresentada através das características culturais, linguísticas ou identidade subjetiva, que é a maneira como o próprio grupo se define e ou é definido pelos grupos vizinhos.” (Munanga, 2012, p. 6).

Por longos anos as pessoas negras, no contexto brasileiro, foram impedidas de assumir as suas identidades objetivas e subjetivas, marcadas pela invisibilidade, impostas por padrões de beleza ou de consumo ditados por uma sociedade estruturada nas relações sociais de subordinação, exploração e dominação. Os padrões de beleza, construídos na sociedade eram ditados apenas pela origem europeia e são carregados de fenótipos e referências da branquitude.

Historicamente, as mulheres sofreram com a imposição de padrões de beleza e comportamentos. A indústria da moda e beleza impõe os padrões globais do etnocentrismo, no que diz respeito ao jogo de imposição de um padrão único a ser seguido por todos. Por muito tempo o destaque de beleza, era para as mulheres de cabelos lisos, loiros, pele clara e nariz pequeno, ou seja, padrão único, imposto de beleza europeia.

O processo de colonização para as mulheres, especialmente as negras no Brasil, foi marcado por discriminação, violências, preconceitos e exclusão social. O corpo negro feminino, neste trabalho, é visto como representatividade de resistência e inclusão cultural, política e social. E como forma de valorizar, (re)afirmar a identidade negra, é imprescindível que a Educação Profissional e Tecnológica, discuta as relações étnicas raciais no que tange aos processos sociais, históricos e subjetivos das construções da identidade negra.

Sendo assim, não podendo reescrever a história, nos empenhamos em compreendê-la, para reencontrar o nosso passado ancestral, para re(afirmar) a nossa identidade negra ou parda que por muito tempo nos foi negada.

E a contendo, despojando nos do complexo de inferioridade e da subjugação que nos foram impostos, e para tal propósito, o primeiro passo, é a aceitação dos nossos atributos físicos e culturais, pois nunca foi e nunca será a quantidade de melanina que nos definirá como seres intelectuais, morais, críticos e políticos.

Posto assim, reflexiono: As estudantes conhecem de fato, a trajetória histórica e social dos negros no Brasil? Estamos realmente discutindo o reconhecimento e

valorização de estereótipos dentro da nossa escola? Qual a importância das africanidades nas criações de possibilidade de intervenção no processo de formação identitária das nossas alunas dentro das escolas profissionalizantes? Como se dá o processo de ensino para as relações etnicorraciais dentro da EPT? As estudantes são capazes de ressignificar os símbolos e signos das africanidades como parte de suas identidades por si ou necessitam do aparato escolar?

A nossa história é marcada de exclusão ou omissão de pontos que afirmam a contribuição do negro no desenvolvimento social, econômico e cultural do nosso país. Está passando da hora, de (re)contar essa história abordando as muitas contribuições dos negros neste país, de dimensão continental, chamado Brasil.

No cotidiano escolar do Centro de Educação Estadual Profissional Leonardo das Dores - CEEP, localizada no bairro Bernardo Rego, na Cidade de Esperantina, Piauí, Brasil, percebo adolescentes no Ensino Médio profissionalizante com mochilas cheias de sonhos, identidades não reconhecidas e preconceitos velados¹. Olhando mais uma vez, me deparo com rostos juvenis e esperançosos sedentos da compreensão do mundo e de si mesmos. Vejo identidades escondidas por trás de cabelos muito bem arrumadinhos, presos, outros alisados. Aqui e ali, vejo também “gritos de liberdade” em cabelos crespos, soltos, usufruindo da liberdade que antes não lhes era permitido, e timidamente algumas bijuterias, lenços, como características de representatividade da sua identidade. Interessa-me entender o processo de afirmação identitária dessas alunas dentro do CEEP Leonardo das Dores, suas vivências e suas experiências. A passos rápidos para mais ministrar mais uma aula, eu me questiono: Como a escola tem contribuído com as estudantes na busca pela identidade racial? As estudantes entendem o que é identidade? As discentes são conscientes da sua raça²? Se reconhecem como

^{1 1} Inspirada na autora negra, Conceição Evaristo, este trabalho representa um passeio, por entre memórias, resgatando experiências de quem sentiu na pele, pela cor da pele, as duras marcas da aceitação e construção de sua própria identidade negra. Este olhar se detém, principalmente na (re)construção da identidade original, histórico social e cultural negro, comprometendo-se em ajudar a melhorar a autoestima e desenvolvimento das potencialidades das discentes negras.

² Alguns biólogos antirracistas chegaram até sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos. No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica

negras ou com outra identidade racial? Quais suas referências de pessoas negras (pretas e pardas) como símbolo de admiração e resistência? Como ajudá-los na construção de suas próprias identidades?

O documento base da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica aponta que o ensino médio profissionalizante tem como objetivo desenvolver competências profissionais nas diversas atividades do setor produtivo promovendo a omlateralidade, ou seja, visa formar o aluno para o mundo do trabalho e também para o ingresso no ensino superior, bem como ser um cidadão crítico, consciente e participativo da sociedade (Brasil,2007).

Nesta perspectiva, realizamos uma pesquisa com as alunas do terceiro ano, conhecendo suas trajetórias e experiências raciais, percorridas no decorrer de suas vidas, dentro do ambiente escolar e fora dele. Problematicando as formulações sobre suas condições raciais e seu lugar no mundo e na escola.

É nas relações sociais que os indivíduos se percebem ou se conceituem, e essas relações podem ser transformadas e, é na instituição escola, como um dos espaços de transmissão do conhecimento e da cultura, que realizamos encontros para “escrevivência”³, com o objetivo de difundir conhecimentos sobre os diferentes padrões de beleza e cultura, promovendo a conscientização sobre a igualdade racial, ajudando

e uma categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2003 p.6) Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

³ O termo “escrevivência”, morfológicamente, decorre da associação entre “escrever” e “viver” e dos sentidos permitidos pela expressão “escrever vivências” ou mesmo de escrever fatos vividos pelo eu que os recupera pela escrita, o termo foi utilizado em textos de Conceição Evaristo, a própria escritora afirmou, em entrevista, que, quando o empregou pela primeira vez, não teve intenção de criar um conceito. Essa afirmação de Evaristo (2017) faz parte da entrevista concedida por ela ao Nexo Jornal, em 26 de maio de 2017, em resposta à pergunta feita pelo entrevistador: “Você criou o conceito de ‘escrevivência’, que é algo muito importante no seu fazer literário. O que é a escrevivência?”. Para responder à indagação da entrevistadora, Evaristo (2017) explica: Quando falei da escrevivência, em momento algum estava pensando em criar um conceito venho trabalhando com esse termo desde 1995 – na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, se ver. A afirmação da escritora quanto aos sentidos dados por ela ao termo reforça o fato de sua escrita literária poética e ficcional estar, desde sempre, envolvida com vivências e experiências do eu que se enuncia em seus poemas ou de narradores de seus contos e romances. O termo vem sendo utilizado pela escritora em diversos momentos e em vários textos de sua autoria, sempre com sentidos relacionados aos relatos de experiência. Sendo assim o termo “escrevivência” utilizada nesta pesquisa, faz referência, ao conceito dado, por Conceição Evaristo.

assim os discentes na construção da autoestima baseada numa identidade negra positiva, assim deixando colaborando como reconhecimento da sua real identidade.

Muitas são as ações econômicas, políticas, sociais e culturais, que precisam ser desenvolvidas para a valorização da história e o reconhecimento da contribuição dos povos africanos na construção deste país. A educação antirracista, o ensino para as relações étnicos raciais seriam o primeiro passo para se combater o racismo e para a construção ou auto afirmação identitária positiva, combatendo os resquícios de preconceitos e histórias mal contadas, deixados pela escravização.

O trecho citado abaixo, nos faz pensar e compreender que nenhuma coisa boa pode ter nascido da maneira abrupta, violenta, desrespeitosa e desumana que foi a escravização.

Na fazenda a que me refiro, as mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enchiam de leite, enquanto as crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem, misturados, de suas mamas. (Davis, 2016, p. 27)

Me emociono todas as vezes que leio os relatos de vivências da escravização no Brasil e no Mundo. Misturado aos sentimentos de indignação, revolta e raiva, muitas vezes chego a sentir o gosto do sangue e do leite materno misturado as minhas própria lágrimas. E a maneira que encontro para transformar essa revolta silenciada em resistência ouvida, é contribuir com o ensino antirracista e colaborar no conhecimento da formação identitária dos descendentes da desumana escravização. Açoitando agora, não com um chicote, mas com palavras e pensamentos, aqueles que querem nos compelir as suas verdades mal contadas.

O interesse pela temática, parte também de questões pessoais e de experiências vivenciadas no decorrer de toda a minha trajetória enquanto mulher parda.

A ideia é difundir conhecimentos, atitudes, posturas e valores, africanos e afro-brasileiros, no sentido de educar cidadãos quanto à pluralidade étnicorracial, para torná-los capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos a legalidade de seus direitos, e a extrema valorização das suas identidades, de forma a buscar certa consolidação da democracia brasileira (Brasil, 2004).

Algumas alunas que estudam, na única escola profissionalizante da cidade de Esperantina, CEEP Leonardo das Dores, residem na Comunidade Quilombola, Olho D'água dos Negros, portanto, esta pesquisa contribuirá com às discussões étnicas e raciais, como também na conscientização da identidade negra e empoderamento feminino.

Concomitantemente, conclui a segunda graduação em pedagogia, e a disciplina relações étnico raciais, gênero e diversidade contribuiu para fomentar meu interesse nesta pesquisa. A relevância desta pesquisa no meio acadêmico, está em contribuir como a primeira pesquisa in lócus, na minha cidade, a retratar a temática da formação identitária e fortalecimento (empoderamento) das alunas negras do CEEP Leonardo das Dores.

Almejando assim contribuir com às discussões de formação e reconhecimento das identidades raciais, na construção da valorização dos fenotípicos afro centrados e no fortalecimento do empoderamento feminino, difundindo conhecimentos, atitudes, posturas e valores, africanos e afro-brasileiros, no sentido de educar cidadãos quanto a pluralidade étnicorracial, para torná-los capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos a legalidade de seus direitos, e a extrema valorização das suas identidades, de forma a buscar certa consolidação da democracia brasileira (Brasil, 2004).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta sessão, destina-se a apresentação do referencial teórico que fundamenta esta pesquisa de mestrado, sendo ele a base para análise dos dados coletados e discussão dos resultados alcançados, bem como para o fundamentar o desenvolvimento do produto educacional “Escrevivendo Memórias de Jovens Negras na Educação Profissional e Tecnológica”. Nessa perspectiva, buscou-se investigar a formação identitária de jovens negras no espaço escolar, colaborando com a promoção do autoconhecimento identitário e uma educação antirracista.

2. 1 Breve histórico da educação dos negros e negras no Brasil (inclusão ou exclusão)?

A história sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil, é assunto relevante e necessário para a compreensão da situação educacional atual. Conhecer os aspectos de exclusão, resistência e inclusão, é fundamental para a tomada de consciência da sua própria identidade.

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação (Cruz, 2005, p.23)

A Educação no Brasil foi pensada para formar a elite, ou seja, o grupo dominante. Os detentores do poder formavam os filhos para dar continuidade as funções de dominação, administração e poder. A época imperial se estende até 1889, ano que é precedido pela abolição formal dos escravizados, os negros, considerados não cidadãos, são proibidos de estudar.

Entretanto, pela necessidade de alguns escravizados estabelecerem relações comerciais em nome dos seus senhores, os cativos, ou seja, pessoas escravizadas, passaram a utilizar as moedas e a escrita. Tiveram que aprender as letras e as contas, ou seja, ler, escrever e contar, não de forma emancipatória como a história nos conta mas, de forma mecânica, como reproduzidor intelectual do interesse do explorador colonizador.

Fica estabelecido o binômio (escravo-negro), ou seja, um ser economicamente ativo mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (Correa, 2000, p. 87).

Após a independência, a primeira constituição brasileira, datada de 1824, torna a educação primária “gratuita a todos os cidadãos” como direito inviolável. Entretanto, o negro escravizado, não tem acesso a este direito. O artigo 6 da referida constituição foi redigido da seguinte forma:

Art. 6 - São cidadãos brasileiros: “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos”. Entende-se que estes, isto é os filhos das escravas e os ex escravos, foram incluídos na categoria de cidadãos” (Oliveira, 2004 p. 3).

Em 1837, o presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José de Souza, sancionou no mesmo ano, a Lei nº 1 que faz a determinação seguinte para a instrução primária. Percebe-se um avanço na Lei que passa a limitar o acesso do negro à escola, porém não o proíbe de estudar. Os negros eram comparados, a pessoas com moléstias, e a negritude parecia ser uma doença de pele, que se alastraria contaminando a branquitude eurocêntrica europeia.

Explicitamente se constata nas leis provinciais de 1837, que excludamente prescreviam sobre o ensino público: “[...] são proibidas de frequentar as escolas públicas: 1º - as pessoas que padecem de moléstias contagiosas, 2º - os escravos e pretos ainda que livres ou libertos” (Gomes, 2008, p. 4).

São muitas as formas usadas para inviabilizar população negra, havendo poucos registros sobre a instrução escolar dos mesmos. A saber, fontes existentes como dos Jornais da “imprensa negra”⁴, retratam as manifestações dos negros mostrando sua capacidade para a escrita e leitura, e para sua capacidade em ocupar lugares que só eram destinados aos brancos, como nos mostra Moura:

Durante todo o tempo em que a imprensa negra circulou, através de jornais de pequena tiragem e duração precária, as atividades da comunidade negra brasileira, principalmente a de São Paulo, ali se refletiam [...]. A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para subir socialmente [...]. Em todas as publicações é visível a preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro de sua situação de marginalizado (Moura, 2002, p. 6).

Ao tratar também dessa questão, Gilberto Freyre, em sua obra, *Casa grande & senzala*, sugere que “[...] nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas grandes”. Freyre (2005, p. 382).

⁴ Esses jornais circularam de 1904 a 1963 e podem ser encontrados no site do arquivo público de São Paulo no link memória da imprensa: jornais da imprensa negra/jornal “Voz da Raça”.

É notório que, apesar da omissão do estado brasileiro em desenvolver uma educação para os negros nessa sociedade, os mesmos não ficaram estáticos diante de tal omissão, e com luta e resistência, desenvolveram a sua trajetória educacional.

Com a reforma educacional Leôncio de Carvalho, de 1879, já no final do Império, trouxe o fim da proibição de matrículas de escravizados negros, instituiu-se a liberdade de ensino, de frequência, credo religioso, as criações de escolas, possibilitando o surgimento de colégio protestante e construtivista. Embora a reforma tenha trazido o fim da proibição de matrículas para negros, a inserção dos mesmos no sistema educacional era muito precária, apenas os considerados mulatos ou os criados meios aos senhores da casa grande conseguiam chegar à escola normal, nenhum ao nível superior. Na prática, adentravam em vagas de asilos de órfãos e nas escolas de improviso. Souza (1998), nas fotografias da época, menciona que era registrado um pequeno número de crianças negras que frequentavam os grupos escolares.

Pode-se dizer que os grupos escolares atenderam, nas primeiras décadas de sua implantação, a alunos provenientes das camadas populares [...] Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época (Souza, 1998, p.27).

Há poucos registros sobre a inserção dos negros no sistema educacional. Alguns deles dão informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, criado em Campinas, em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade (Maciel, 1997; Barbosa, 1997; Pereira, 1999).

Outras escolas citadas são a Escola Primária do Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria do Rio Grande do Sul e a promoção de cursos de alfabetização, curso primário regular e um curso preparatório para o ginásio, oferecido pela Frente Negra Brasileira, na cidade de São Paulo (Pinto, 1993; Cunha Jr. 1999; Barbosa, 1997). Há também registro de uma escola criada pelo negro Cosme⁵, no Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, em Chapadinha, no Estado do

⁵ Negro Cosme foi um quilombola que se destacou como um dos líderes da Guerra dos Balaio, no Estado do Maranhão, entre 1838 e 1841. Sobre a escola do Quilombo Fazenda Lagoa-Amarela, fomos

Maranhão, para o ensino da leitura e escrita para os escravos aquilombados (Cunha, 1999, p.81)

A partir da segunda metade do século XIX, percebe-se uma maior evidência da participação dos negros em processo de escolarização. “Em 1871, em Campinas, além de haver escolas primárias particulares para filhos de famílias com poder aquisitivo, havia também por volta de cinco escolas públicas para a população de “negros liberto e escravos”. (Barbosa, 1997, p. 65).

Entre o final do século XIX e início do século XX, Souza (1999, p.118), ao estudar os sete primeiros grupos escolares instalados em Campinas, no período de 1897 a 1925, identifica “a presença de crianças negras em fotografias de turmas de alunos de diferentes grupos escolares e em diferentes épocas”.

Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram-se em nível legislativo, quando se proibiu o escravizado, e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito (Cunha, 1999; Fonseca, 2000).

Como podemos perceber a trajetória educacional, social e histórica da população negra, se dá com muita luta e resistência de grupos e movimentos sociais.

Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar (Kilomba, 2019 p. 53)

Uma dessas conquistas é a Lei de Cotas nº. 12.711/2012, criada como tentativa de equiparar o acesso de pessoas negras e brancas ao ensino superior brasileiro. A referida lei, visa sanar com a desigualdade racial e o racismo estrutural resultantes de

informados no Arquivo Público do Estado do Maranhão de que há precária existência de fontes sobre o assunto, uma vez que esse quilombo teve uma existência limitada há dois anos, sendo posteriormente dizimados todos os seus habitantes, em decorrência da Guerra dos Balaio. Sua referência documental é expressa em uma comunicação nos autos do processo desencadeado no período contra o líder dos balaio. Contudo, esse fato por si permite que possamos inferir que mesmo durante o Império já era comum a preocupação dos negros em apropriarem-se dos saberes na forma escolar. (Cruz, 2005 p.28)

anos de escravismo no Brasil, que ainda excluem pessoas negras e indígenas da universidade, do mercado de trabalho e dos espaços públicos.

As cotas sociais e raciais são ferramentas valiosas para a promoção de equidade racial para a população negra no Brasil, corrigindo distorções no acesso ao ensino superior público, causadas por desigualdades estruturais na sociedade brasileira e da disseminação da falsa ideia de inferioridade racial de negros e indígenas, ou seja, do epistemicídio⁶.

Apesar do avanço que vem ocorrendo nos últimos anos, a inserção dos negros nas Universidades e ou em cargos de chefia ou poder, ainda é tímida. E mesmo sendo a maioria na população brasileira, a condição da população negra, é sempre inferior à média da população brasileira em todos os setores sociais.

Faz necessário e com urgência a desconstrução dos mitos, preconceitos e racismo, que foram enraizados durante muitos anos na sociedade brasileira.

2.1.1 O branqueamento e suas implicações ao conceito de identidade

Se para Castells (2018), “a identidade é fonte de significados e experiências de um povo”, para muitos brasileiros ainda é confuso entender a própria identidade já que durante muitos anos, o negro e o indígena, foram invisibilizados sócio econômico e culturalmente e porque a teoria da miscigenação e do branqueamento da população brasileira contribuiu para o dilema da construção identitária no Brasil.

[...] o ideal do branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira no final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não-branco, repercutindo, ainda nos dias atuais, nos currículos escolares, nas formações de professoras(es), nas interações dentro das escolas, nas práticas educacionais, enfim, em toda a sociedade, exceto nos grupos e

⁶ O epistemicídio é um processo de apagamento e desqualificação do conhecimento dos povos Africanos, um processo contínuo de produção da indigência cultural que ocorre pela negação ao acesso à educação, pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e gera como consequências o comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação persistentes no processo educativo. Carneiro (2005, p.96)

espaços em que, pela natureza conscientizadora, lutam-se contra ele. (Bento, 2002, p. 7)

A sociedade brasileira foi construída sob os pilares: senhores x escravizados, pelos quais a branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade, além da estética feminina, eram ideologicamente dominante. Portanto, o branqueamento foi planejado, legitimado pelos ancestrais europeus, brancos, masculinos das classes dominantes.

A mestiçagem nasceu desse branqueamento imposto e, por muitas vezes, sendo filhos e filhas da dominação sexual do “senhor Branco”, para com suas “escravas”, uma maneira de invisibilizar os negros e sua cultura.

Se os brancos não hesitaram em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios de igualdade racial. Esse fato sublinha mais a existência das necessidades físicas e os meios para satisfazê-las numa sociedade incontestavelmente dominada pelos europeus, tanto no plano econômico quanto no político. Vista dentro desse contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. Embora o casamento com uma mulher de outra “raça” possa ser interpretado como símbolo de uma grande tolerância, é preciso dizer que os casamentos desse tipo foram muito raros (Munanga, 1999, p. 29).

Nessa mesma direção, Davis (2016), aponta a violência e abusos vivenciados por mulheres negras, de forma demasiadamente cruel, retira-lhes a humanidade e radicaliza a violência contra elas, sendo justificadas pela barbárie da escravização.

Na obra *Universidade e sociedade*, (1991) a mestiçagem foi uma forma de tolerar a mistura de várias etnias, especialmente a mistura de brancos e negros.

Só podemos pensar na mestiçagem se pensarmos no mito ou na ideologia das raças puras. Além disso, a mestiçagem biológica, não se reflete numa mestiçagem econômica, numa mestiçagem de prestígio social. O mestiço brasileiro não herdou a riqueza do pai, nem seu poder político e, sim, o caráter escravizado da mãe. Em muitos episódios foi vendido pelo pai como escravo, devido à descendência escravizada. Posto nesses parâmetros, é possível inferir que a mestiçagem não tem importância alguma nas relações sociais, nas relações de poder e nas relações econômicas. Não afastou a existência de lutas de dominação e as tensões entre os grupos étnicos (Cunha Jr. 2010.p.29).

A mestiçagem ou branqueamento, não interferiu nas relações sociais e ou

relações de poder, há que se ressaltar que essa miscigenação foi fruto, primeiramente, da dominação e exploração sexual dos homens brancos sobre as mulheres negras e povos originários (indígenas).

O “embranquecimento” passou a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização européia, onde uma nova raça emergia) para absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer implicitamente a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. ‘Embranquecimento’ e ‘democracia racial’ são, pois, conceitos de um novo discurso racista (Guimarães, 1995: 39).

Diante das relações estabelecidas com os outros, dentro de uma construção social, histórica e cultural, pode se dizer que, a identidade é construída. Dentro desse parâmetro, a identidade negra, segundo Gomes (2002), é construída repleta de densidade, de conflitos e de diálogo.

Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade. Enquanto dois processos densos, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais, a educação e a identidade negra estão imersas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, e são incorporadas, ao mesmo tempo em que incorporam, à dinâmica do particular e do universal (Gomes, 2002, p.39).

Em face desse ideal de branqueamento (excludente), historicamente construído, requer uma visão mais aprofundada, uma desconstrução desse processo de invisibilidade da população negra. O racismo estrutural ainda persiste nas instituições e, sobretudo, nos currículos escolares.

Além de que foram 500 anos de escravismo, mesmo diante das lutas intensas negras, a continuidade permanece pela colonialidade do poder, saber e ser. “As dificuldades dos movimentos negros, em mobilizar todos os negros e mestiços em torno de uma única identidade ‘negra’ viriam do fato de que não conseguiram destruir até hoje o ideal do branqueamento” (Munanga, 2008, p.16).

Refletir “criticamente a ausência da população negra em tudo que conta para o prestígio social, a produção literária, científica, social e política, tal como expresso nas formas do capital - material ou simbólico, de tudo que traduz o poder na sociedade.”

(Cunha Jr. 2010). Os espaços devem ser preenchidos pelas memórias construídas pelos afro descendentes e povos originários (indígenas). É preciso reconhecer a cultura e valorizar. É necessário respeitar as diferenças e acabar com certos estereótipos, promovendo a justiça social e reconhecendo os negros e sua descendência como pessoas com direitos e deveres, que contribuíram e contribuem para a formação do nosso país.

Mas quem conta essa história? Segundo Pollak (1989), as histórias na maioria das vezes, na grande maioria das vezes, são contadas pela classe dominante, ou seja, os detentores do poder que, de alguma forma, influenciam a memória nacional e coletiva a favor dos interesses da classe dominante.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (Pollak, 1989, pag.9).

Pollak (1989), aponta que, a História oral é uma rica fonte de pesquisa. Para ele, “a memória oral é um fenômeno construído consciente ou inconscientemente por um trabalho de organização”. A memória é um constituinte da identidade e mesmo a memória oral, exige o enquadramento, de quem está contando e/ou da interpretação do pesquisador.

Para ser negro, precisa se conhecer a história, e não pode ser unilateral. Não podemos dar ênfase somente as formas de opressão, é preciso também ressaltar as diferentes formas de resistência que se efetivam de modo paralelo à condição subalterna a que fomos submetidos. É preciso escutar aos que por mais de 400 anos foram silenciados e não há palco melhor, para contar estas histórias de lutas, por igualdade e respeito, do que as nossas escolas, que por muito tempo e, em dias atuais, são espaços reprodutores das classes sociais dominantes.

É preciso libertar se e fazer libertar, a sociedade das “Máscaras do Silêncio”. A Máscara do silêncio, era usada para punir os escravizados, que comessem algum dos produtos cultivados por eles, como a cana de açúcar, ou para mante los em silencio diante da opressão, e outras vezes, para punir as mulheres que lutavam durante os estupros. A Máscara do Silenciamento, concretizada como o símbolo da dominação branca escravagista e seus sistemas brutais de escravização, reduzia o negro a um objeto, a uma máquina de trabalho braçal. Os resultados da violência da escravização deixaram consequências físicas, psicológicas e sociais que são sentidas até hoje.

Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, p. 171-180



Figura 1⁷ [Jacques Arago. “Escravizada Anastácia”, 1817-18]

⁷ Este é um retrato da Escravizada Anastácia. Esta imagem penetrante vai de encontro ao (à) espectador(a) transmitindo os horrores da escravidão sofridos pelas gerações de africanos(as) escravizados(as). Sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para a Bahia, Brasil e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno desta família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana-de-açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá antes de ter sido capturada por traficantes de escravos europeus e trazida para o Brasil. Enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravidão. Segundo todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que a impedia de falar. As razões dadas para este castigo variam: Alguns relatam seu ativismo político no auxílio em fugas de outros(as) escravizados(as); outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do mestre branco. Outra versão ainda transfere a culpa para o ciúme de uma senhora que temia a beleza de Anastácia. A ela é alegada a história de possuir poderes de cura imensos e de ter realizado milagres. Anastácia era vista como santa entre escravizados(as) africanos(as). Após um longo período de sofrimento, ela morre de tétano causado pelo colar de ferro ao redor de seu pescoço. O retrato de Anastácia foi feito por um francês de 27 anos chamado Jacques Arago que se juntou a uma expedição científica pelo Brasil como desenhista, entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818. Há outros desenhos de máscaras cobrindo o rosto inteiro somente com dois furos para os olhos; estas eram usadas para prevenir o ato de comer terra, uma prática entre escravizados(as) africanos(as) para cometer suicídio. Na segunda metade do século XX a figura de Anastácia começou a se tornar símbolo da brutalidade da escravidão e seu contínuo legado do racismo. Ela tornou-se uma figura política e religiosa importante em torno do mundo africano e afrodiaspórico, representando a resistência histórica. A primeira veneração de larga

Agora fica mais perceptível, sentir o silêncio dos horrores que não foram ditos, as muitas rupturas de formação identitária, os traumas, o silêncio da própria história, da própria formação identitária. Romper com este silêncio é dever de toda a sociedade negra ou não. Nesse sentido, Souza (1983), diz que “ser negro é tomar consciência do processo ideológico”, vejamos:

Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (Souza,1983, p77)

E mesmo com as “Máscaras do Silêncio”, e com a dominação hegemônica europeia, muitos foram os homens, mulheres e crianças negras que corajosamente, de forma oral, contaram e ou cantaram suas verdadeiras histórias. Pelas canções falavam das saudades de suas terras natais, dos seus entes queridos que ficaram, das suas lamentações e clamores recorrendo as divindades que conheciam, da língua materna que sobrevivia, das indumentárias que vestiam, ou mesmo dos nomes dados aos filhos nascidos em pátria estranha, sempre mantendo viva as suas identidades africanas.

Pensar a relação entre Educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma pedagogia da diversidade. Além de nos aproximarmos do universo simbólico e material que é a cultura, somos desafiados a encarar as questões políticas. Torna-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal distorção e de tal ocultamento (Gomes,2002, p.43)

No bojo dessa discussão Gomes (2002), aponta que caminhando nessa direção o negro se coloca no lugar de sujeito que é, afirmando a sua identidade, sabendo que este processo de construção identitária negra, é uma luta árdua contra o racismo, contra os preconceitos, na recriação da cultura e na construção da religiosidade.

escala foi em 1967 quando o curador do Museu do Negro do Rio de Janeiro erigiu uma exposição para honrar o 80º aniversário da abolição da escravidão no Brasil. Anastácia também é comumente vista como uma santa dos Pretos Velhos, diretamente relacionada ao Orixá Oxalá ou Obatalá – o deus da paz, da serenidade e da sabedoria – e é objeto de devoção no Candomblé e na Umbanda (Handler & Hayes, 2009 apud Kilomba, 2010, p.172,)

Seguindo critérios definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), 58% da população brasileira se autodeclara negra (pretos e pardos). Apesar disso, sob a égide do mito da democracia racial (Schwarcz, 1993; Munanga, 2004; 2019), negros e negras do Brasil, maioria da população, são minorias nos espaços de poder e sofrem todo o tipo de violência do Estado brasileiro, amargando os piores números em desenvolvimento no que concerne, entre outros indicadores, educação, saúde, segurança, saneamento e habitação.

Fica evidente que a reconstrução da identidade negra, atravessa a estruturação política e sociocultural, através de um processo de conscientização e valorização da negritude. Podemos dizer que, a construção identitária passa pela subjetividade da memória, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo e a escola tem papel fundamental na reconstrução da identidade negra positiva.

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento* (Freire, 2018a, p. 96, grifo do autor).

A escola deve trabalhar a educação para além das práticas pedagógicas, muito mais que abordar as temáticas raciais, é necessário e urgente, uma educação antirracista que considere a diversidade humana, garantindo e respeitando, o espaço como lugar de todos. Segundo Freire (2018a, p. 31), trata-se de “[...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”. Libertando os da ideologia dominante que nos foi imposta. Até hoje, são negligenciados, minimizados ou mesmo suprimidos os saberes e a história dos povos africanos e originários que construíram o país econômica, política, social e culturalmente.

Neste “jogo complexo”, vamos aprendendo que as identidades são construídas nas diferenças e isso não se dar por oposição ao branco, mas pelo processo dialógico, nas relações de conflito, e reparação sócio, econômico, político e histórico cultural em busca da (re) construção identitária negra que foi brutalmente suprimida pela hegemonia colonial europeia.

2.1.2 Ser negra: um olhar acerca da construção da identidade

Partindo das contribuições de Souza (1983) no livro *Tornar se Negro*, assumir a identidade negra no Brasil pode ser um processo doloroso. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravização e durante muito tempo, os modelos ditos positivos da identidade, eram representados por pessoas brancas.

Nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência [...] Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 1983, p.115).

Temos visto em noticiários de televisão, reportagens falando de racismo. Atos e ações que repercutem nas redes sociais e ganham destaque em nível macro. São palavras e gestos com sentidos de diminuir ou anular a identidade do outro, no caso a população negra, comparando os a animais irracionais, como o macaco, ou jogando banana como assimilação a este animal. Atos e ações que para quem nunca se sentiu diminuído ou inferiorizado, parecem ser banais, mas para quem cotidianamente, desde o nascimento, luta pra ser aceito e respeitado como é, esses atos brutais, deixam marcas que ferem como marcas de ferro em brasa.

As identidades são representações marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a se tornar mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos (Brandão, 1986, p. 4).

O debate político nas primeiras décadas do séc. XX, polarizava-se em construir uma nação progressista e unitária, segundo Costa (2001), partindo-se de grupos populacionais tão heterogêneos quanto ex escravos e seus descendentes, os diversos povos indígenas, imigrantes de diferentes origens e “mestiços” de todos os tons. Romero e Vianna apostam na mistura racial como forma de melhorar geneticamente, vale dizer, de branquear, a população. São conhecidas as projeções demográficas de Vianna (1923), segundo as quais as misturas raciais sucessivas levariam ao crescimento

permanente do percentual de sangue ariano na população e à consequente dominância das características fenotípicas europeias.

Uma tal ideologia da mestiçagem encontra em Gilberto Freyre sua melhor expressão intelectual, no plano político é Vargas quem confere à mestiçagem rasgos de ideologia estatal da qual os próximos governantes até os governos militares não abriam mão (Costa, 2001 p. 144)

Ao longo da História, o corpo negro, tornou-se um emblema racial/étnico e sua manipulação tornou-se uma característica cultural marcante para diferentes povos, sendo símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes.

O Brasil é um país mestiço, biológica e culturalmente. A mestiçagem biológica é, inegavelmente, o resultado das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais catalogados como raciais, que na vida social se revelam também nos hábitos e nos costumes (componentes culturais). No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resulta da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afrodescendente). Ou seja, ser negro, é, essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra (Oliveira p.57 2004)

A ideologia da mestiçagem foi arquitetada e legitimada pelos ancestrais europeus, brancos, das classes dominantes, ou seja, a ideologia do racismo, vestida de mestiçagem, foi paulatinamente imposta.

O “branqueamento” foi sendo construído, como forma de invisibilizar os negros com seus hábitos, costumes (componentes culturais) que tem a ancestralidade africana como origem, suas identidades de etnia e raça, estavam ameaçadas pela hegemonia branca europeia.

2.2 O processo de construção da identidade das meninas negras e sua relação com a educação

A construção da identidade passa por muitos questionamentos e dentro destes, surgem perguntas conflituosas, que necessitam de um olhar mais ancestral para a obtenção de respostas. Muitas pessoas negras, no decorrer de sua vida e formação, produzem questionamentos, que muitas vezes, implicam principalmente no fato de não

se sentirem representadas nos espaços que frequentam. E um desses espaços é a própria escola. Perguntas como: Quem sou eu? De quem puxei esse cabelo? Qual dos meus antepassados tinham esse nariz? Por que as pessoas me olham tanto? Porque eu vivo nestas condições sociais? Essas perguntas são feitas frequentemente pela população negra em busca de se conhecer e reconhecer sua própria identidade.

Conscientes ou não da sociedade a qual pertencemos, influenciados e somos influenciados, pois a construção da identidade se dá de forma individual e coletiva. Trabalhos acadêmicos como o de Freitas e Ferreira (2021), são extremamente importantes e inspiradores para o reconhecimento identitário das alunas negras e seu empoderamento no mundo social e político. Combater a opressão de gênero e desconstruir estereótipos é dever de todos e isso se dará por meio de representações positivas de mulheres negras em todos os setores inclusive na política.

Nosso trabalho, portanto, vem somar-se à recente produção acadêmica já existente sobre cabelo e estética negra como elemento político que se presta a confrontar o racismo arraigado em nossa sociedade e, ao mesmo tempo, contribui com o processo de subjetivação através do qual mulheres, que antes se sentiam envergonhadas e inferiorizadas por suas características físicas e alisavam ou escondiam os cabelos crespos ou cacheados, hoje exibem orgulhosas seus cabelos naturais e se permitem usá-los da forma que bem entendem sem se preocupar com os padrões impostos pela ditadura estética da branquitude (Freitas e Ferreira, 2021, v. 9, n. 2)

Muitas vezes na escola, no Ensino médio, as mulheres negras estão construindo suas identidades, em grupos e ou turmas. Trocam olhares e percepções entre elas, e entram no campo das relações subjetivas, e os fenótipos negros, incluindo os cabelos, passa a ter relação intrínseca com a construção identitária das mesmas.

Neste complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferenças, as mulheres negras, devem discutir e refletir sobre conceitos importantes; como “representatividade”, “empoderamento”, “negritude”, “branquitude”. Reconhecer e valorizar a autoestima de uma identidade de mulher negra que foi historicamente violentada e silenciada.

Os velhos hábitos e muitas palavras que foram utilizadas para fortalecer as vicissitudes da violência escravista devem ser corrigidas. Tomemos como exemplo um caso recente em que um candidato a governador do Piauí, nas eleições 2022, que se reportou a uma repórter negra com a seguinte frase: “Você, que é quase negra na pele,

mas é uma pessoa inteligente, teve a oportunidade que a maioria não teve e aproveitou...”. Nas entrelinhas de frases como estas, estão o preconceito e o racismo estruturado da nossa sociedade e mesmo com a intenção de elogiar ou não, os resquícios da escravização são destacados, ou seja, o racismo.

Parece nos muito contraditório, um país onde a miscigenação deu origem a construção societal em que 58% da população se declara negro ou pardo (IBGE 2022), padrões estéticos como cabelo, ainda sejam motivos de aceitação social e ou empoderamento?

A resposta é não. Não é contraditório, numa sociedade estruturada nas bases do racismo, machismo e sexismo, onde a figura dos corpos negros foram reduzidos a objetos de trabalho e ou mesmo de diversão, o simples fato de assumir suas origens africanas, como o cabelo natural. É uma forte indicação da libertação de padrões de branquitude e de empoderamento da identidade negra positiva.

2.2.1 A construção e/ou desconstrução das identidades através da escola

Para um jovem, preto, pardo, indígena ou ⁸LGBTQIA+, com a identidade em construção, que não se “encaixa” dentro da caixa de padrões sociais feita pela maioria branca, hetero e elitista, alguns lugares são quase que inabitáveis e a escola também tem se mostrado, ao longo de sua história, como um desses espaços.

O período colonial foi marcado pela educação jesuíta, de ordem escravocrata, no estilo medieval europeu, patriarcal e autoritária. A educação humanística foi voltada para a doutrinação e submissão, ou seja, para escravização.

Ao pensarmos em educação no Brasil, historicamente, a priori educação básica, foi instituída para instrução dos homens (sexo masculino), dos filhos dos colonos e a doutrinação dos curumins. As mulheres, assim como os negros (vistos como seres sem alma), não recebiam instrução. Uma educação voltada para a elite pois assim correspondia ao sistema sócio-político e econômico da época.

⁸ LGBTQIA+ se tornou um acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade.

A educação de nível superior era feita no “estrangeiro” para formar intelectuais, que no futuro, seriam os administradores deste país. Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases.

Desse passado escravista até os dias atuais, ainda resiste o pensamento de uma sociedade construída a partir da ótica “dominador e dominado”. São mordaças e correntes invisíveis que foram impostas por um passado histórico cultural de uma sociedade patriarcal, machista, sexista. Mesmo diante de todas as adversidades a população negra sempre lutou e resistiu demonstrando serem capazes, iguais ou até superiores nos campos do letramento, do cálculo e das artes.

Os pretos e pardos no Brasil não foram apenas companheiros dos meninos brancos nas aulas das casas-grandes e até nos colégios; houve também meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros. A ler e a escrever e também à contar pelo sistema de tabuada cantada (Freyre, 2006, p.267)

Retomando um pouco a história, voltemos a metade do século XVIII, conhecido por administrar Portugal com “mão de ferro”, o Marquês de Pombal, fez inúmeras reformas que reverberaram aqui no Brasil e uma delas foi a retirada do poder educacional da Igreja colocando - o nas mãos do Estado, criando assim, um ensino pelo e para o Estado.

Com a exploração a todo vapor, consolida-se no século XVIII, a mineração e o comércio ligado a mesma. Emerge assim, a classe burguesa e a mesma, passa a reivindicar a mesma educação dada a aristocracia. Os novos burgueses frequentavam as mesmas escolas dos aristocratas e recebiam a mesma educação. Neste contexto, vale ressaltar, que as ideias iluministas da Europa, reverberavam aqui no Brasil, trazida pelos brasileiros que estudavam fora e retornavam “formados” para sua terra natal.

Nascia aí o desejo da abolição da escravização, contrariando a elite dominante da época, num quadro de muitos debates, revoltas, fugas e criação de Quilombos, foram decretadas leis como a Lei do Ventre Livre e Lei dos sexagenários para apaziguar a mente e as ações os desafortunados que nasceram pretos.

Influenciados pelas ideias iluministas, o Brasil, Porto Rico e Cuba foram os últimos países a decretar a abolição da escravatura. A liberdade oficial, reconhecida por lei, não garantiu os direitos básicos para a população recém liberta da escravização.

As crianças negras deveriam ser, retiradas das ruas e “educadas”. Contudo era um dever, continuarem seguindo as regras da sociedade, racista, sexista e machista da época. A herança escravagista, a segregação e o preconceito, persistiram em muitos espaços, e a escola continua sendo um deles. Como vimos, a origem da educação formal e das escolas no Brasil perpassou pelos interesses da elite dominante e mesmo agora em pleno 2022, para ocupar um lugar que é seu por direito e por lei, ainda continua sendo uma luta quase que diária para os afro descendentes. Para Canen:

A escola também é espaço para a valorização da diversidade cultural e desconstrução de conceitos das minorias sociais, cujas identidades têm sido alvo histórico de preconceitos, discriminações e exclusão social (Canen 2001, p.714)

Concordando com Canen (2010), percebemos que a escola foi provocada a se abrir como espaço que discute sobre a diversidade cultural, desconstrução de estereótipos inconscientes e coletivos, levando a sociedade a uma discussão social reflexiva, promovendo o multiculturalismo e valorizando a individualidade de cada um. Essa luta foi iniciada há muito tempo, pois a população negra, sempre lutou por igualdade e respeito. Esses direitos vêm sendo alcançados aos poucos, com as lutas de resistências travadas antes, durante e depois da emancipação. A população negra via e ainda vê na educação uma forma de ascensão social.

E felizes dos meninos que aprenderam a ler e a escrever com professores negros, doces e bons. Devem ter sofrido menos que os outros: os alunos de padres, frades, "professores pecuniários", mestres régios - estes uns ranzinhas terríveis, sempre fungando rapé; velhos caturras de sapato de fivela e vara de marmelo na mão. Vara ou palmatória. Foi à força de vara e palmatória que "os antigos", nossos avós e bisavós, aprenderam latim e gramática; doutrina e história sagrada (Freyre, 2006, p.268).

A escola como outros lugares sociais também é lugar de disputas simbólicas de poder e de verdade, um espaço que por um bom tempo reproduziu os conflitos e os

dilemas sociais e apenas em pouco tempo, vem se falando e promovendo a diversidade e o multiculturalismo⁹.

Não podemos esquecer que as escolas eram espaços de muros fechados, pensado para uma pequena elite, onde se procurava homogeneizar os sujeitos não levando em conta suas origens sociais e tão pouco suas individualidades na construção de suas identidades.

A escola suprimia ou rejeitava. Atualmente a maioria dos educadores já defendem a escola como espaço de encontros e desencontros culturais e a necessidade do currículo incorporar as culturas das camadas populares, denota, entre outras coisas, o germe de um pensamento multicultural, não homogeneizador e sim libertador, inclusivo e respeitoso, contribuindo para a construção identitária de seus atores.

Na perspectiva da multiplicidade, identifica três processos: identidade legitimadora, promovida por instituições sociais dominantes, reforçando uma atitude de submissão dos sujeitos; identidade de resistência, configurada em atores em condição social desfavorecida, que apresentam resistências ao projeto dominador, mas ainda não chegam a propor formas positivas de construção identitária; e a identidade de projeto, na qual os atores, com base nos materiais culturais disponíveis, constroem novas identidades, redefinem seu local social e buscam mudanças na estrutura social (Canen 2001,p.714).

A escola deve proporcionar aos seus atores a construção e reconstrução de saberes, para que o ensino e aprendizagem, sejam algo dinâmico, criativo e com significado. Sincronicamente o espaço escolar deve desconstruir, do não saber e refazer, e reconstruir, num processo de brincar e crescer como ser humano contribuinte para um mundo melhor.

Na educação contemporânea é necessário que a escola preocupe-se com o desenvolvimento de um sistema de ensino interconectado com os problemas da sociedade atual, abolindo a velha estruturação de um ensino fragmentado e descontextualizado da realidade. Reconhecendo a contribuição dos negros na formação

⁹ Entendendo multiculturalismo como o movimento teórico e político que rompe com a ideia de homogeneidade cultural e busca respostas para incorporar a pluralidade cultural e o desafio à construção das diferenças nos espaços culturais plurais, incluindo a educação (Canen, 2000, 2002; Canen, Arbache, Franco, 2001; Canen, Moreira, 2001; McLaren, 2000; Trindade, 1999).

da sociedade brasileira e, assim, valorizar a história e cultura dos afro-brasileiros e africanos.

Por tudo isso, a articulação entre educação e identidade negra vai exigir de nós mais do que leituras, pesquisas e discursos elaborados: exigirá análises, novos posicionamentos e posturas por parte de professores e professoras negros e brancos, tanto da educação básica quanto do ensino superior, e requalificará o nosso discurso sobre a escola como direito social. Ao fazermos isso, fatalmente seremos levados a questionar o caráter universal das políticas públicas de educação e a indagar se esse caráter tem, historicamente, garantido o acesso do negro à universidade ou apenas atendido a estudantes de segmentos étnicos/raciais e nível socioeconômico privilegiados (Gomes, 2002 p. 44)

Assinala, Paulo Freire (2003 p.150): “Que a medida em que, implicando em todo este esforço de reflexão do homem sobre si e sobre o mundo em que e com que está, o faz descobri “que o trabalho é seu também, que o trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar - e ajudar o mundo a ser melhor.” E nessa comutação, a escola deverá trabalhar e problematizar a questão racial e levar os alunos a conhecer e socializar referências negras brasileiras positivas, descobrindo suas expressões de linguagem, costumes, arte, religião, suas histórias e saberes, e assim, as alunas vão se conhecendo, se moldando e construindo suas próprias identidades.

2.2.2 Quebrando estereótipos e desconstruindo preconceitos na escola

A Educação é um instrumento que possibilita ao indivíduo o despertar do pensamento crítico e sua emancipação como cidadão do mundo, um ser ativo capaz de atuar sobre a natureza e em sociedade para sua evolução e nada mais assertivo do que trabalhar a inclusão e o respeito às diferenças e minorias, desde tenra idade, no ambiente escolar.

Nas escolas, os adolescentes e jovens interagem com outros, adolescentes e jovens, que são diferentes deles ou de seu grupo de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. No espaço escolar essa interação com o diferente, quando não é problematizada, se dá por meio de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência (Salles & Silva, 2008, p. 150).

Ainda de acordo com as mesmas autoras, torna-se fundamental para proposição de alternativas mais inclusivas e democráticas de convivência escolar "compreender e refletir sobre as formas de construção das identidades, das diferenças e preconceitos e

como esses elementos estão presentes nas relações cotidianas na escola" (Salles & Silva, 2008, p. 164).

Nessa direção, Souza (1983) adverte que, a discriminação contra própria raça é uma herança da história brasileira. "Isso é desenvolvido pelo processo educacional, que sempre coloca o negro como inferior. Como vão se aceitar, se em todos os ambientes que convivem não se vê como referencial. O negro é sempre lembrado com uma carga negativa". Para a pesquisadora referenciada o resultado da pesquisa é um reflexo da sociedade e destaca que a escola não tem se mostrado um ambiente de mudança, mas sim um local de perpetuação do preconceito. "Não saber Como tratar o aluno é uma forma de discriminação."

Denis de Oliveira (2021, p.4), leva nos à reflexão de que se faz necessário compreender que o Brasil foi um país parido por um capitalismo tardio, e por isto anacrônico, em que 70% de sua história esteve sob o signo do escravismo. O País se posiciona no seletivo grupo das dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, faz partes dos dez países mais desiguais do planeta. A explicação para essa contradição tem uma solução simples: dentre os 10 mais ricos o Brasil é o único País de maioria negra, portanto a precarização brasileira tem cor e origem. E qual será essa cor?

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de descobrimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro" (Souza, 1983, p.77).

Assim, a escola como lugar de convívio social deve estar aberta para discussões e diálogos, combatendo todas as formas de preconceitos, intolerância desconstrução de estereótipos, desenvolvendo o pensamento crítico e ético dos seus alunos, promovendo interações físicas e também digitais. As escolas devem formar pessoas com capacidade mental e autonomia para atuar de forma positiva no mundo, promovendo o encontro dos educandos com as múltiplas culturas e formando cidadãos autônomos, atuantes, participativos, ativos, envolvidos em suas tramas cotidianas sociais, capazes de (Re) construir suas próprias identidades e a educação é importantíssima nesse processo.

A educação pode ser entendida como um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, na escola, dentre outros.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, a necessidade da existência de sua ordem (Brandão,1981, p.10-11).

Na sociedade em que vivemos, devemos nos posicionar a favor das minorias sociais, não se aquietar diante das discriminações, violências e injustiças sociais. Num país onde a maioria étnica racial se declara preta ou parda e pobre, tomar partido é uma questão de resistência e sobrevivência. É um posicionamento político. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) afirmam que:

[...] é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E naturalmente a escola também tem (Brasil, 1997, p. 73).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), reconhece no professor, no aluno e na família, sujeitos do processo de formação escolar. As Instituições de ensino têm a responsabilidade de promover a construção moral e ética nas crianças e nos jovens desde cedo. Para uma convivência harmoniosa em sociedade, os alunos precisam desde cedo desenvolver valores éticos e morais. Os valores podem ser desenvolvidos por meio do processo educativo e, nesse sentido, a escola tem um papel de significativa relevância.

Os valores morais, éticos, religiosos e empáticos são incentivados há gerações pelos núcleos familiares, geralmente atuando em defesa dos bons costumes e do bom relacionamento em comunidade. Esse tipo de prática pedagógica oferece diversos

benefícios para a formação escolar e permitem aos discentes, a compressão de que a sociedade é formada por indivíduos de diferentes crenças, religiões e modos de vida.

Os valores orientam as ações e possibilitam fazer juízo crítico sobre o que se toma como objeto de análise. Vale lembrar que existem diferenças e até conflitos entre sistemas de normas na sociedade, que respondem de maneiras diversas às diferentes visões e interpretações do mundo (Brasil, 1997, p. 33).

Os valores morais e éticos partem do pressuposto de que todas as pessoas têm os mesmos direitos e deveres e, por isso, merecem ser tratadas com igualdade e respeito. Porém, a sociedade é formada por indivíduos com crenças, religiões e culturas distintas, portanto é fundamental que o estudante assimile que todos, independentemente da educação, da cor ou da classe social, devem ser tratados de forma humana respeitosa. A prática de valores na escola auxilia a combater o preconceito, impedindo o conflito, a violência e o desrespeito.

O preconceito é contrário a um valor fundamental: o da dignidade humana. Segundo esse valor, toda e qualquer pessoa, pelo fato de ser um ser humano, é digna e merecedora de respeito. Portanto, não importa seu sexo, sua idade, sua cultura, sua raça, sua religião, sua classe social, seu grau de instrução, etc.: nenhum desses critérios aumenta a dignidade de uma pessoa (Brasil 1997)

Acrescente-se ainda que, se os valores morais e éticos que subjazem aos ideais da Constituição brasileira não forem intimamente legitimados¹⁰ pelos indivíduos que compõem este país, o próprio exercício da cidadania será seriamente prejudicado, para não dizer, impossível se não houver o envolvimento de todos, escola, família, Estado e sociedade. Só assim teremos um Brasil mais igualitário, respeitando suas diferenças, superando preconceitos e discriminações existentes na sociedade atual.

2.2.3 A educação antirracista como fortalecedora das identidades

Para promover uma educação antirracista é preciso reconhecer que o racismo existe também na escola. O que é o racismo? Racismo é a doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos, sobre

¹⁰ Entende-se por legitimados: conhecidos, plenamente aceitos e considerados válidos e necessários.

outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade. (Lopes, 2004).

Bourdieu (1998), - aponta estudos que demonstram a responsabilidade da escola na perpetuação das desigualdades sociais-. As escolas são uma reprodução da sociedade e como tal, há muitos mitos e preconceitos a serem destruídos e reconstruídos. Historicamente o sistema de ensino brasileiro pregou, e ainda prega, uma educação formal de embranquecimento cultural em sentido amplo, porque há uma ausência de pessoas negras em todos os espaços devido ao racismo estrutural. (Nascimento, 1978; Munanga, 1996; Silva, 1996 e 1988). A educação formal não era só eurocentrista e de ostentação dos Estados Unidos da América, como também desqualificava o continente africano e inferiorizava racialmente¹¹ os negros, brasileiros, africanos ou estadunidenses.

O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Sílvia Romero¹², constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros (Nascimento, 1978, p.95).

Os movimentos sociais Negros perceberam a inferiorização dos negros, ou seja, a produção e reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiros e com isso passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história

¹¹ Esse processo de discriminação racial contra os negros infelizmente ainda não foi eliminado da educação formal brasileira até a presente data.

¹²A frase de Sílvia Romero é: “Nós temos a África em nossas cozinhas, América em nossas selvas, e Europa em nossas salas de visitas” (Nascimento, 1978: 94)

do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade brasileira.

Um dos marcos importantes, desses movimentos, foi o I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. Nesse congresso recomendou-se, dentre outros pontos, “o estímulo ao estudo das reminiscências africanas no país bem como dos meios de remoção das dificuldades dos brasileiros de cor e a formação de Institutos de Pesquisas, públicos e particulares, com esse objetivo” (Nascimento, 1978, p.293)

A agenda de reivindicações das entidades negras contemplava basicamente as seguintes áreas: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional, (Carlos Hasenbalg ,1987).

- Contra a discriminação racial e a veiculação de ideias racistas nas escolas.
- Por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra.
- Reformulação dos currículos escolares visando à valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas.
- Pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares (Hasenbalg, 1987).

No dia 20 de novembro de 1995, em Brasília, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto, recebeu os organizadores da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida. Na ocasião foi entregue ao chefe de Estado brasileiro o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que continha várias propostas antirracistas. No que diz respeito à educação podemos citar, entre outras:

- Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.
- Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União.
- Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras (Brasil, 1996).

Graças as lutas dos movimentos sociais negros foram incluídos no currículo por meio da Lei nº 10.639, em 2003, tornando obrigatória as disciplinas sobre a História dos

Negros no Brasil e a História do Continente Africano nos ensinos fundamental e médio das redes estaduais e municipais de ensino.

Nessa perspectiva, a Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece em seu Art. 26 as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira.
§ 1ª - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, 33 Sales Augusto dos Santos a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra (Brasil, 1996, Art. 26).

As escolas como um espaço plural deve promover uma educação antirracista, levando em consideração que o racismo faz parte da estrutura da sociedade e por isso, precisa ser combatido tanto na sala de aula quanto na comunidade em que a criança está inserida. A respeito, Fiorin (2010) destaca:

Comunicar é também agir num sentido mais amplo. Quando um enunciador produz em seu discurso elementos da formação discursiva dominante, de certa forma, contribui para reforçar as estruturas de dominação. Se se vale de outras formações discursivas, ajuda a colocar em xeque as estruturas sociais... Sem pretender que o discurso possa transformar o mundo, pode-se dizer que a linguagem pode ser instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação (Fiorin, 1988, p. 74).

Face a estas considerações, os professores assim como todos os atores da escola, devem estar atentos para a correção de reproduções de linguagem racistas, corrigindo as e implementando de forma positiva e assertiva a linguagem que deve ser utilizada.

É comum a prática racista camuflar-se em situações cotidianas ou formas de brincadeira. A pessoa racista age de maneira preconceituosa e discriminatória, mas não admite seu preconceito. Estando ou não evidente, a vítima tem o direito de denunciar

qualquer forma de ultraje, constrangimento e humilhação. A cartilha “Racismo é crime, denuncie” (Ribeiro, 2016), através do Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, apresentou as principais ações do agressor:

Apelidar (dar nomes pejorativos), de acordo com as características físicas a partir de elementos de cor e etnia da vítima; Inferiorizar as características estéticas da etnia em questão; Considerar a vítima inferior intelectualmente, podendo até negar-lhe determinados cargos no emprego, por exemplo; Ofender verbal ou fisicamente a vítima; Desprezar os costumes, hábitos e tradições da etnia; Duvidar, sem provas, da honestidade e competência da vítima; Recusar-se a prestar serviços a pessoas de diferentes etnias (Brasil, 2003)

Em busca da correção das desigualdades sociais impostas pela escravização e pelo racismo que se formou a sociedade brasileira, muitos negros e negras se dedicaram a luta por igualdade e correção aos danos psicológicos, materiais, políticos e educacionais decorrentes desse passado histórico. Nesse sentido, uma das conquistas importantes foram às mudanças apontadas em formas de leis, como a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania. Além disso, ela garante igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, bem como o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrodescendente na educação básica como forma de amenizar os danos deixados pela escravização e ao mesmo tempo, reconhecer e valorizar a cultura, contribuindo positivamente com a formação de identidades negras.

Ainda é constatado que quando os filmes, textos, livros ou histórias se referem à pobreza, violência e outras mazelas sociais, geralmente, os negros aparecem nos personagens, nas ilustrações e no conteúdo do texto, não raro como protagonistas, fato corriqueiro nos telejornais sensacionalistas.

A própria estrutura midiática vem se modificando, a presença de atores e atrizes negros, já é percebida em alguns personagens como protagonistas, antes estes personagens eram predominantemente brancos e quiçá loiros. E isso não passa despercebido das crianças, sejam elas negras ou brancas. É indispensável, pois, que tais correlações não passem, também, despercebidas dos educadores, para que estes

possam retrabalhar tais representações em sala de aula e reapresentá-las dentro de um referencial que contemple a diversidade humana e o respeito à pluralidade étnicorracial brasileira.

Afinal, dizer ou calar não é vazio de sentido, ao contrário, transmitindo às gerações futuras as concepções e significações construídas e acumuladas por gerações anteriores e possibilitando, assim, a preservação de conceitos e pré-conceitos que subjagam e/ou supervalorizam determinados grupos sociais.

O espaço escolar é um ambiente propício para fomentar uma educação antirracista, por ser um espaço multicultural. É preciso colocar os estudantes em contato com os elementos que formam cada grupo étnico brasileiro em que suas influências, vêm desde o que comemos ao que vestimos, até a fé que professamos e a Educação Profissional e Tecnológica é campo fértil para isso.

2.3 Breve Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Nesta sessão colocamos um breve apanhado de informações, recolhidas do portal do ministério da educação, com o intuito de fazer uma cronologia da EPT no Brasil.

A formação para o trabalho no Brasil ocorre desde o tempo da colonização, ao se considerar, dentre outros, o desenvolvimento de aprendizagens laborais realizados nas Casas de Fundição e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil criados no ciclo do ouro. Durante o Brasil Império (1822 a 1889), o destaque é para a instalação das Casas de Educandos Artífices em dez províncias entre 1840 e 1865.

Em 1909, já na República, são criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices. “Destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, estabelecem-se como marco do início da Educação Profissional e Tecnológica como política pública no Brasil, tendo sido instituídas por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro”. (Brasil,2023)

A partir de 1927, o Congresso Nacional aprova projeto que torna obrigatória a oferta no país nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, sendo

prevista uma instância de Inspeção do Ensino Profissional Técnico logo depois em 1930 quando da criação do Ministério da Educação.

Na sequência, em 1937, o ensino profissional é tratado na Constituição Federal enfatizando-o como dever do Estado e definindo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. Dentre os desdobramentos, citam-se aqui a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942 pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) com a definição de dois ciclos para este ensino, bem como o estabelecimento das bases iniciais de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942).

Em 1943 é instituída a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto nº 6.141, de 28 de dezembro) e em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/de 20 de agosto), ano que foi criado o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro.

Em 1959, foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal, as quais hoje compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a permitir que os concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior.

Estes são marcos da trajetória inicial da hoje denominada Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Quadro 1 - Histórico EPT

ANO	MARCO HISTORICO
1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro, criando as já mencionadas 19 “Escolas de Aprendizes e Artífices”.
1927	O Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”.
1937	A Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas tratou da educação profissional e industrial em seu Art. 129. Enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. A Lei nº 378, de 13 de

	janeiro de 1937 transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37).
1942	O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu que o ensino industrial será ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico. O Decreto-Lei nº 4.127/42, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguiu os liceus industriais, transformou em escolas industriais e técnicas, as quais passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial. Foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.
1946	O Decreto-Lei nº 9.613/46, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais. Foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 8.621, do mesmo dia 10 de janeiro de 1946. A Constituição de 1946 definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores”.
1959	Foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal.
1961	Em 20 de dezembro foi promulgada a Lei nº 4.024/61. Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que passou a permitir que os concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior
1967	As fazendas-modelo foram transferidas do Ministério da Agricultura para o MEC e passaram a ser denominadas escolas agrícolas.
1968	A Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 permite oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.
1971	A Lei nº 5.692/71 definiu que todo o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial).
1975	A Lei Federal nº 6.297, de 11 de dezembro de 1975, definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas

1978	As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei nº 6.545, de 30 de junho.
1982	A Lei nº 7.044/82 reformulou a Lei nº 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.
1991	O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do SENAI e do SENAC.
1994	Foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em CEFETS.
1996	Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica”, pela Lei nº 11.741/2008, que incluí a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio;
1998 2002	Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB nº 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP nº 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002
2004	A Resolução CNE/CEB nº 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio. A Resolução CNE/CEB nº 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio.
2008	A Resolução CNE/CEB nº 3/2008, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2008, de 16 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT nas redes públicas e privadas de Educação Profissional”. Lei 11.741 introduziu importantes alterações no Capítulo III do Título V da LDB, o qual passou a tratar “da Educação Profissional e Tecnológica”, além de introduzir uma nova Seção no Capítulo II do mesmo título, a seção IV-A, quarta “da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”
2012	Foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012 com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.

2014	Em 25 de junho de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.
2017	Lei nº 13.415/2017, que introduziu alterações na LDB (Lei nº 9394/1996), incluindo o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no ensino médio. A nova redação da LDB refere-se aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”, bem como “a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade”.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular

Sendo assim, fica evidente a reconstrução do “ser negro” que atravessa a estruturação política e a sua identidade sociocultural, através de um processo de lutas dos movimentos sociais pela conscientização e valorização dos negros na constituição do nosso país.

2.3.1 A construção identitária de mulheres negras no contexto escolar

Conhecer a nossa história é o primeiro passo para a construção de si mesmo, ou seja, de sua própria identidade. Por muitos anos ouvimos histórias contadas por pessoas que muitas vezes não nos identificávamos. Histórias de negros contadas por brancos à partir das suas versões muitas vezes distorcidas.

A leitura de obras de personalidades negras proeminentes, que se destacaram em suas atuações como, Carolina Maria de Jesus (2014), com sua escrita como forma de denuncia social, Djamila Ribeiro e o seu Manual Antirracista (2019), assim como também por Ângela Davis (1960), na luta pelos direitos das mulheres e população negra nos Estados Unidos ou nas obras de escrivência de Conceição Evaristo (2017b), encoraja as jovens negras a escrever, a sonhar, a lutar. Fortalecendo assim suas identidades de raça e conscientizando se de seus direitos.

Entretanto, muitas histórias foram silenciadas, outras apagadas, sendo

desconhecidas por grande parte da população. Ouvir de quem vivenciou ou vivencia na pele, as histórias de luta, de resistência, nos levam a uma proximidade do que somos e do que realmente queremos ser. Nesse sentido, acreditamos que a educação tem um papel importante na construção do conhecimento acerca da história da população negra no Brasil.

A Constituição Federal (1998), em seu artigo 5º, afirma: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1998). O mesmo documento, em seu artigo 6º, ratifica princípios de igualdade e de padrão de qualidade:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1998)

A escola tem o grande desafio de intervir nas práticas discriminatórias, elaborando e implementando instrumentos que visem à efetiva erradicação das desigualdades entre os grupos raciais dentro das escolas e fora delas, assim como na sociedade como um todo e no sistema de ensino em particular. Agindo de tal forma, espera-se assim, impactar positivamente no processo de construção e fortalecimento (empoderamento) da identidade negra desses alunos e alunas. Para Munanga:

[...] o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências etnicorraciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (Munanga, 2001, p. 8).

Que tal recontarmos a história da negritude, quantas vezes forem necessárias, até compreendermos que a cultura africana foi extremamente importante para a fundação dos alicerces do país hoje chamado Brasil?

É na escola, um dos lugares, onde muito cedo as crianças negras aprendem a ter uma cor, que se torna um elemento que se destaca. As crianças brancas, crescem num

ambiente onde a cor não é tratada como algo de diferenciação e ou discriminação. Não há racismo branco, muitas acreditam numa certa superioridade, esse comportamento de superioridade de uma raça sobre outra. Isso é reconhecido como racismo estruturado¹³. Porque quando pensamos em raça, pensamos geralmente em pessoas negras? Porque pessoas brancas não são vistas como racializadas?

Diante do exposto acima, nesse tópico, entendemos que esse destaque não ocorre de forma positiva, pelo contrário, elas aprendem a partir do viés da inferioridade e/ou negatividade, e é nesse espaço, que a educação antirracista deve ser apresentada desde os primeiros anos. O que, até então, é estrutural pode ser paulatinamente desestruturado, desconstruído. Para tanto, é preciso educar as crianças, desde tenra idade, para que construamos a sociedade equitativa e inclusiva que queremos.

A escola é um dos espaços que interfere e muito no complexo processo de construção das identidades. O tempo de escola ocupa um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. Esse tempo registra lembranças, produz experiências e deixa marcas profundas naqueles que conseguem ter acesso à educação escolar. Tais fatores interferem nas relações estabelecidas entre os sujeitos e na maneira como esses veem a si mesmos e ao outro no cotidiano da escola (Gomes, 1996, p. 68).

Uma educação antirracista é aquela que compreende que vivemos em uma sociedade racista, em que as relações entre as pessoas são pautadas também a partir do lugar social e racial que elas ocupam, e se preocupa em preparar indivíduos que possam se colocar contra esse sistema, gerador de maiores desigualdades.

Tomamos os livros didáticos como exemplos dessas desigualdades, observamos pouca representatividade positiva sobre os negros em seus conteúdos e, quando há essa representatividade, causa espanto e estranheza em alguns alunos. Portanto, é imprescindível que, a escola passe a pensar na educação do enfrentamento do racismo estrutural na valorização da identidade e das trajetórias das pessoas negras que ali se encontram, seus alunos e profissionais do ensino. Essa realidade secularmente discriminatória, constatada em pesquisas de muitos(as) estudiosos(as) (Gomes, 1995; Rocha, 1997; Sousa, 2000; Sousa 2001), tem contribuído para a construção de uma

¹³ Entendemos racismo estruturado como a naturalização de ações, hábitos, situações, falas e pensamentos que já fazem parte da vida cotidiana do povo brasileiro, e que promovem, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. Um processo que atinge tão duramente — e diariamente — a população negra.

baixa autoestima em alunos negros, bem como dificultado o desenvolvimento de uma identidade negra por partes desse segmento.

A Lei 10.639, de 2003, alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), documento que organiza toda a educação básica brasileira. Fruto da articulação de movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro. O texto da lei aponta que os conteúdos trabalhados na escola devem incluir “luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil”. A referida lei acrescenta às Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com os seguintes artigos: 26-A, 79-A, e o 79-B. que estão assim expressos:

Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a história e cultura afro brasileiro.

Parágrafo primeiro- O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

Parágrafo segundo- Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.

Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “dia nacional da consciência negra” (Brasil 1996).

Até os dias atuais, as marcas e as consequências dos mais de 300 anos de escravização no Brasil, permanecem modulando as relações sociais, afetivas e as oportunidades econômicas sociais. No nosso entendimento, um dos mecanismos importantes para corrigir esse cenário, é mudar a forma de educar. Ensinando as crianças desde a tenra idade, que somos todos iguais e sobretudo diferentes, mas que em direitos e oportunidades não pode haver distinção. Vale destacar que essa desigualdade é um desdobramento das diversas injustiças que tanto negros quanto indígenas vivenciaram - e ainda vivenciam - desde a chegada dos portugueses no Brasil.

Portanto, surge a necessidade de nos colocarmos como docentes comprometidos na aplicação da Lei 10.639/03, promovendo uma educação antirracista, ou seja, a educação que combate toda e qualquer forma de discriminação, valorizando a história e a identidade dos povos oprimidos, oferecendo recursos para que os estudantes tenham a capacidade crítica de perceber e combater o racismo que atua de forma transversal

em todas as esferas da sociedade.

2.3.2 Reparando erros: as legislações sobre a educação das relações etnicorraciais

Ao deparar com situações de negação, seja no mero convívio e na afetividade, seja quando já mergulhado na situação de responsabilidade profissional, o que se vê o despreparo histórico da escola, bem como o despreparo que é produzido cotidianamente na escola para lidar com o racismo. São conteúdos que faltam, abordagens que são negadas, um futuro de convivência e sucesso profissional sequer delineado como possível para a criança e o jovem. Apenas, em tudo, a pura negação (Carneiro, 2005, p.292).

Com o sancionamento a Lei 10639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e, para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de 2003, é um marco representativo na luta pela inclusão respeito e justiça para os afro-decentes. Passa a ser tarefa pedagógica que se mescla com a dimensão política, o combate ao racismo estrutural que forjou e acompanha a sociedade brasileira até os dias atuais.

O aprofundamento do conteúdo estabelecido na lei é encontrado no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de outubro de 2004. Por meio dele as instituições de ensino, gestores e professores podem se munir de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução do conteúdo afro-brasileiro e africano dentro de sala de aula.

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial (Gonzalez, 2018, p.223).

Construído em diálogo com a sociedade civil, o conteúdo apresenta um panorama histórico sobre a condição da criança negra na educação ao longo da história. O texto

toca em questões caras ao Movimento Negro como a necessidade de políticas de reparação, a urgente desconstrução do mito da democracia racial, aborda questionamentos comuns dos educadores como se deve ou não designar seus alunos como negros e desmistifica afirmações equivocadas como a de que negros se discriminam entre si e são racistas também.

O conteúdo destaca que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano. Mas de ampliar os currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica presente na sociedade brasileira. Desse modo, as Diretrizes apresentam e apontam todo o embasamento teórico e prático que auxiliarão os educadores na concepção e execução de uma educação mais igualitária e diversa.

A Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004, do Conselho Nacional de Educação, institui as Diretrizes e o seu cumprimento por parte das instituições de ensino como elemento considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana é outro documento importante para a eficaz promoção da igualdade na escola. Ele tem como objetivo colaborar e construir políticas públicas e processos pedagógicos para a implementação das Leis 10639/03 e 11645/08. Seu conteúdo detalha os direitos e obrigações dos entes federados frente à lei, assim como amplifica temas tratados no texto das Diretrizes (Brasil, 2013).

2.3.3 Legislações sobre educação das relações étnicorraciais na EPT

Oliva (2003, p.424) aponta que, o ensino de História no Brasil, passou por uma profunda transformação nos últimos vinte anos. A mesma parece não ter atingido de forma significativa o estudo da História da África. Da criação da primeira cátedra de História no país, em 1838, no Colégio Pedro II, até o final dos anos 1970, as mudanças no ensino da disciplina foram limitadas pelo modelo positivista hegemônico em uso.

Porém, os anos 1980 e 1990 reservaram um espaço fecundo e estimulante para a (re)significação de sua existência. Estabeleceu-se um diálogo, mais ou menos aberto,

entre os diversos setores interessados em repensar a abordagem da História em sala de aula. Outras perspectivas teóricas — Marxismo e História Nova — passaram a inundar os livros didáticos, levando à incorporação de abordagens econômicas estruturais e temáticas dos conteúdos tratados ou determinados pelos currículos.

A negação da identidade, da racialidade negra, no qual a miscigenação é um operador, implica no plano político em destituir o negro da condição de um grupo de interesse, a ser reconhecido, é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político. É em relação a esses danos que a educação escolar e na família em geral se omite, silencia, nega permite sua perpetuação comprometendo a autonomia das pessoas negras (Carneiro, 2005, p. 281)

A educação para as relações etnicorraciais é entendida como abordagem educativa, que expressa uma ação afirmativa da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Ela deve compor o currículo de História, mas deve ser também transdisciplinar, de modo a promover reflexão crítica sobre as relações culturais territorialmente expressasse as estruturas socioeconômicas implicadas em suas dinâmicas.

Além da necessidade de preparo, bem como de conhecer novas possibilidades e abordagens para o ensino sobre a história da cultura afro-brasileira e dos povos negros no Brasil, é necessário que as/os professoras/es estejam dispostos a reconhecer a existência do racismo, uma vez que reconhecendo sua existência é possível pensar uma educação capaz de mudar essa realidade, na qual as/os professoras/es insiram novas abordagens em sua prática didática. Por exemplo, devido à nossa formação eurocêntrica e a forte influência do cristianismo, tratar das religiões de matriz africana é ainda um desafio no contexto escolar, isso em virtude da intolerância religiosa, extremamente relacionada à questão racial. Outros aspectos da cultura do povo negro são suprimidos, em virtude da cultura de matriz europeia (Oliva, 2003, p.23).

Essa abordagem educacional é vista como recurso necessário para o enfrentamento do racismo, a compreensão das diferenças e o enfrentamento das desigualdades. Assim, quando se busca a formação de um sujeito protagonista da sua própria realidade, é preciso então se investir em educação omnilateral, sobre a qual Frigotto e Ciavatta (2012) conceituam que:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou

formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 265) .

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por sua vez, é vista como modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB cuja finalidade precípua preparar para o trabalho, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

O trabalho como princípio educativo é um motivador, para promover a reflexão sobre o direito das pessoas de se reconhecerem como agentes de transformação, possibilitando construções intelectuais aprofundadas e apropriação de conceitos para a intervenção consciente na sua realidade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos (Brasil, 2019).

Entende-se, portanto que, a proposta da Educação Profissional e Tecnológica é romper com a fragmentação do conhecimento, integrando os aspectos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, contemplando uma formação omnilateral do educando que o possibilite desfrutar prazeres pessoais, profissionais e sociais. Sobre essa formação totalitária, Manacorda (2007) enfatiza que

[...] a omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho. (Manacorda, 2007, p. 90)

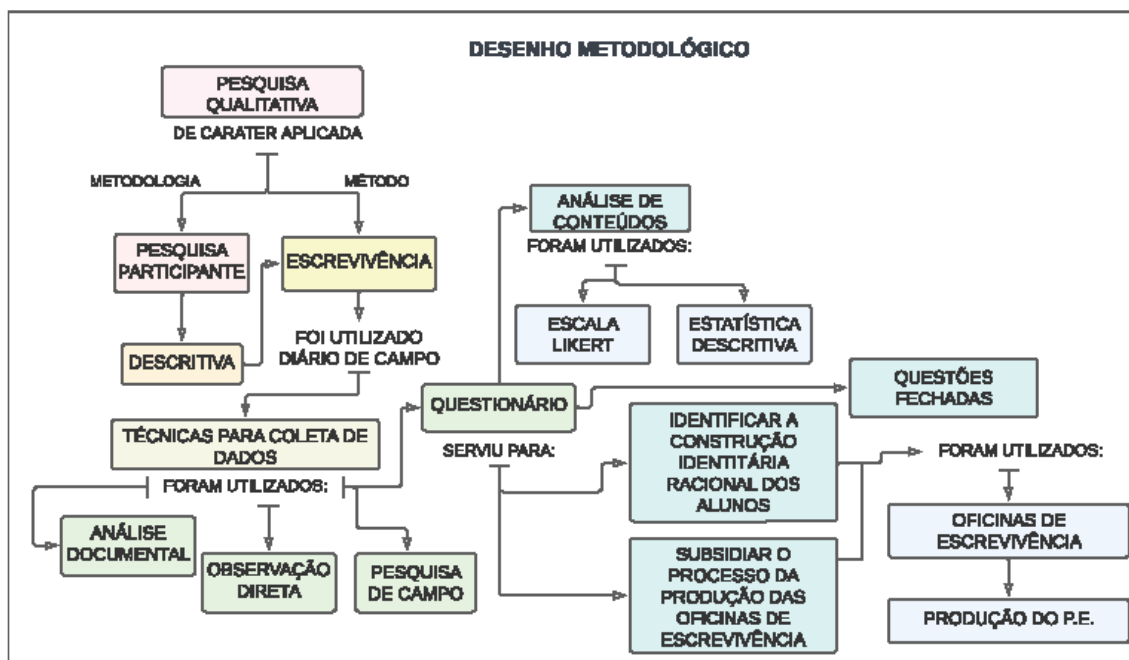
Diante de tais observações, ressaltamos a importância de se proporcionar conhecimentos que reflitam sobre a realidade pessoal e coletiva, da história, contada por homens e mulheres negros e negras, em suas produções acadêmicas, dando repercussão nos ambientes escolares, enfatizando, as ações educacionais antirracistas. Assim como a tratar das ações de afirmação social, política e cultural da população negra, como mecanismos fundamentais no enfrentamento das desigualdades raciais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo destina-se ao detalhamento dos procedimentos metodológicos aplicados no desenvolvimento da pesquisa em questão. A partir da metodologia, descrita a seguir, investigou-se a formação identitária de jovens negras no espaço escolar, colaborando com a promoção do autoconhecimento identitário, o combate ao racismo e suas formas de discriminação.

Para tanto, fez-se necessário estabelecer o embasamento metodológico no qual se ancorou o trabalho, quanto ao objeto, objetivos e natureza do estudo, bem como, o desenhar das etapas de atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa.

Figura 2 **Desenho metodológico**



Fonte: a autora (2023)

Nesse sentido é importante destacar a sequência de etapas que foram utilizadas no desenvolvimento da pesquisa:

- a) caracterização da pesquisa;
- b) descrição dos participantes;
- c) técnicas de coleta de dados;
- d) análise dos dados e discussão dos resultado.

3.1 Caracterização da pesquisa

Para o desenvolvimento dessa pesquisa de mestrado, fez-se uso de uma abordagem qualitativa, visto que a mesma, é mais apropriada para o entendimento de um fenômeno de natureza social e de caráter descritivo. Nesses termos e na concepção de Strauss e Cobin (2008), explicitam que:

A pesquisa qualitativa produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação, principalmente, quando se quer retratar experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos. (Strauss e Cobin; 2008, p. 23)

O referido trabalho acadêmico-científico adotou como método a pesquisa participante, a qual pode ser entendida na visão de Gabarrón e Landa (2006) como

O processo de pesquisa participante pode criar nas pessoas uma consciência maior de seus recursos e incitá-las a desenvolver um confiança maior em si mesma. Trata-se de um método de pesquisa científica, no qual a participação da coletividade organizada – no processo de pesquisa – permite uma análise objetiva e autêntica da realidade social em que o pesquisador é participe e aprendiz comprometido no processo (Gabarrón; Landa, 2006, P. 113)

Nesse sentido, a pesquisa configurou-se como participante, uma vez que, a mesma busca “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar análises críticas destes e a buscar as soluções adequadas” (Le Boterf, 1984, p.52). Assim, o método em questão torna-se viável, visto que, há o interesse de se construir os resultados pesquisa, não apenas a partir da visão do pesquisador, mas com base na percepção e participação das estudantes negras envolvidas no processo.

O método para a produção de conhecimento será o da “escrevivência”, pautado nas obras da escritora, Conceição Evaristo. Sua obra direciona para um “remeleixo” desconfortante que provoca em quem a lê, certo incomodo, e uma necessidade de expressar se como mulher negra, resgatando de suas memórias personagens de força, como muitas mulheres incríveis aqui recordadas.

O termo "escrevivência" traz a junção das palavras "escrever e vivência", mas a força de sua ideia não está somente nessa aglutinação; ela está na genealogia da ideia, como e onde ela nasce e a que experiências étnica e de gênero ela está ligada, explicou

a escritora e educadora. "A escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade. -" (Evaristo, 2010).

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite (Evaristo, 2010)

Portanto, resgataremos dos fios da memória nossas vivências¹⁴, trazendo um olhar mais reflexivo, para as pessoas que contribuíram com a nossa formação identitária, materializaremos, escrevivendo, as lembranças pessoais e coletivas, contribuindo para entender nós mesmos e os que nos cercam, fortalecendo assim, as nossas identidades.

3.1.1 Caracterização da área estudada e descrição dos participantes

A pesquisa foi realizada no Centro de Educação Profissional (CEEP) Leonardo das Dores, na cidade de Esperantina Piauí, este por sua vez oferece cursos técnicos em áreas três áreas: saúde, administração e tecnologia. Nas Modalidades de Ensino Médio Integrado, Subsequente Presencial, PROEJA e EJATEC.

O CEEP Leonardo das Dores oferece aos estudantes 11 opções de cursos técnicos, entre eles: Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Informática, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Serviços Jurídicos.

Esses cursos estão disponíveis em diferentes modalidades, como o Médio Integrado, Médio Subsequente, PROEJA e EJATEC, para favorecer a escolha de acordo às necessidades dos alunos e suas respectivas jornadas educacionais. Com essa ampla

¹⁴ O verbo utilizado na terceira pessoa demonstra o quanto a pesquisa afetou a pesquisadora, que como mulher parda, nascida em família pobre e que viu e ver na educação, o caminho para encontrar o seu lugar na sociedade e no mundo.

variedade de opções, os estudantes têm a oportunidade de escolher a área que mais lhes interessa e se preparar para uma carreira de sucesso no mercado de trabalho.

O Ensino Médio Integrado ao Técnico é uma modalidade de ensino que visa oferecer uma formação técnica profissionalizante integrada ao ensino médio regular. É uma opção que permite aos alunos obter uma formação completa, tanto acadêmica quanto técnica, ao mesmo tempo.

O subsequente presencial é uma modalidade de ensino técnico oferecido a alunos que já concluíram o ensino médio. É uma alternativa para aqueles que não tiveram a oportunidade de cursar uma formação técnica profissionalizante durante o ensino médio e desejam se qualificar para atuar em uma área específica.

O Ensino Técnico PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino técnico integrada à Educação de Jovens e Adultos, que oferece a essas pessoas a oportunidade de adquirir uma formação técnica profissionalizante. É uma opção que promove a inclusão social, valoriza a experiência desses alunos e oferece mais chances de sucesso no mercado de trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos em Tecnologia (EJATEC) é uma modalidade de ensino que visa atender jovens e adultos que desejam cursar uma formação técnica de nível médio. Essa modalidade de ensino é destinada a pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir o ensino médio na idade adequada e que desejam se qualificar profissionalmente.

Figura 3 – Local de desenvolvimento da pesquisa



Fonte: IBGE / Foto Yara Ramos (2023)

O público-alvo desta pesquisa foram 15 discentes (pretas e pardas), do sexo feminino, idades entre 15 e 19 anos, (matriculadas na 3ª série do Curso de Administração no turno manhã). A escolha, por esta série é devido a predominância de alunas negras e pardas.

Esta amostragem servirá como parâmetro para investigar como as mesmas percebem suas identidades de raça. Quando houve a necessidade de menção do participante, fora feito uso de termos que os identifica através do pseudônimo de flores. A escolha dos codinomes, Camélia, Ipê, Onze horas, Lírio, Açucena, Caliandra, Girassol, Amaranthus, Lótus, Alecrim, Margarida, Tulipa, Rosa, Hibisco. Estas flores representam para a pesquisadora, símbolo de resistência as adversidades, de continuidade da espécie, de beleza nas diversidades e que sempre será permitido a possibilidade de sonhar e transformar o ambiente em que você está, independente de qual seja.

3.1.2 Descrição do estudo e especificação dos instrumentos de dados

O estudo foi dividido em três etapas, onde a primeira apresenta uma pesquisa bibliográfica para a escolha do método de coleta de dados. A segunda etapa se constituiu em uma visita presencial as estudantes, onde será apresentado o projeto de

pesquisa e o preenchimento de questionário para o levantamento e a última etapa está relacionada a produção do produto educacional

Para que se pudesse consolidar a proposta da pesquisa em questão fez-se necessário estabelecer as técnicas que foram aplicadas ao longo das etapas do estudo. Nesse sentido, entende-se, na concepção de Severino (2007), que:

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (Severino, 2007, p. 124)

Primeiramente foi realizada a coleta de dados através de questionário com 09 (nove) questões, nas quais as discentes responderam perguntas relacionados ao processo de constituição de suas identidades de raça, as semelhanças e diferenças marcadas simbolicamente, a partir de outras identidades.

O questionário segundo Gil pode ser definido como:

a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (Gil 1999, p.128).

Ao delimitarmos o recorte temporal, objetivamos direcionar as discentes para pensar sobre o passado de mulheres que inspiraram suas vidas, refletindo em suas formações identitárias.

O mesmo autor supracitado (Gil, 1999, p.128/129) apresenta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

As perguntas, assim, poderão ter, segundo ensina Gil (1999, p.132), conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros.

A segunda etapa de levantamento de informações, constitui-se na análise documental das respostas discursivas das participantes. A escolha da técnica evidenciada, apoiou-se na abordagem de Bardin (1977), a qual afirma que

[...] o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1977, p.46)

Como o intuito de sistematizar o processo de observação participante, foi adotado ainda o diário de campo, (que nesta pesquisa chamamos de Diário de Bordo como ferramenta de registro das impressões ao longo do trabalho de pesquisa. De acordo com Weber (2009) o diário de bordo, é uma ferramenta importante para a autoanálise do pesquisador, não se trata de um texto completo, mas um material de análise da pesquisa, uma vez que, poderá ocorrer episódios e/ou fenômenos que não tenham sido mencionados em publicações científicas, mas que devem, devido a sua relevância para o estudo, ser considerados durante a análise dos dados.

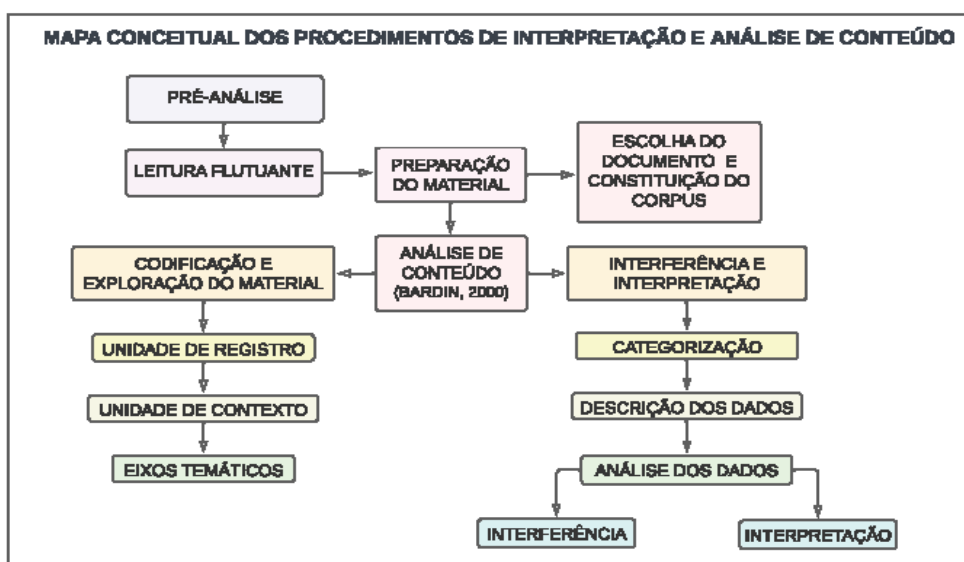
Sua valia na pesquisa participante é reforçada em Oliveira (2014), quando o autor destaca a importância do diário como registro, a exemplo da entrevista, pois o diário registra sutilezas que apenas a transcrição da entrevista não daria conta, como a percepção de expressões de emoção. Em reforço, Kastrup (2012), enfatiza que a atenção do pesquisador à própria experiência e às ações dos participantes é entendida como uma fonte importante da pesquisa.

Consequentemente, a descrição dos processos observados ao longo das etapas de aplicação da pesquisa, e as impressões da pesquisadora, foram registradas por meio de diários que permitiram sistematizar o movimento de observação da pesquisadora em relação as participantes e ao fenômeno em estudo.

3.1.3 Procedimentos e interpretação de dados

Na perspectiva da análise dos dados, as categorias são vistas como classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. Para isso, foram utilizados gráficos, quadros e porcentagens para a tabulação dos resultados dos questionários aplicados, para que pudessem representar, de forma visual, os dados coletados na investigação.

Figura 4 Mapa conceitual dos procedimentos de interpretação e análise de conteúdo



Fonte: a autora(2023)

A análise de conteúdo é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise, para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais (Freitas, Cunha, & Moscarola, 1997). Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47)

A análise de conteúdo consiste em: um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Nesta pesquisa, tomou-se como base a conceituação, segundo Bardin (2006), o qual as organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (Bardin, 2006).

Através desse viés foi possível realizar uma interpretação de caráter crítico-reflexivo das informações obtidas, para além do conteúdo explicitado

3.2 Produto Educacional

Os produtos educacionais ao serem utilizados em outros contextos precisam ser resinificados e reestruturados para que tenha sentido àqueles que irão utilizá-lo. Além de viabilizarem a pesquisa na formação docente, são instrumentos didático elaborados pelos próprios profissionais em formação no processo de pesquisa, que comportam conhecimentos organizados objetivando viabilizar a prática pedagógica. (Freire; Guerrini; Dutra, 2016).

Nesta proposta, a terceira etapa do trabalho, deu-se a elaboração do Produto Educacional (PE), concretizou-se em quatro encontros para “Escrivências” nos Diários¹⁵ de Bordo, onde foi abordado a temática racial, mais especificamente as

¹⁵ Diário: costuma ser elaborado como um registro íntimo; em sua origem, não se dirige a outra pessoa, o seu destinatário primeiro é o(a) próprio(a) autor(a). Nele, são registradas as experiências vividas no presente. Quando os diários são publicados, tempos depois de terem sido escritos, temos acesso à visão pessoal a respeito da época a que eles se referem.

Histórias e Memórias de Pessoas Negras que influenciaram e ou ainda influenciam, na formação identitária da mulher negra. A abordagem desenvolveu-se dentro da perspectiva da inclusão da temática na Educação Profissional e Tecnológica.

A confecção do Produto Educacional (PE), se concretizou em quatro encontros para escriturinhas¹⁶. Esses foram compilados em um E-book, intitulado, *Escrevendo Memórias de Jovens Negras na Educação Profissional e Tecnológica*. O uso do Diário de Bordo durante os encontros, foi a ferramenta pedagógica, para os registros das percepções, reflexões da aprendizagem desenvolvidas durante o projeto de pesquisa, realizada pelas estudantes coautoras do produto educacional.

Os conteúdos, as fontes escolhidas e metodologias foram organizadas com fins de investigar a formação identitária de jovens negras no espaço escolar, colaborando com a promoção do autoconhecimento identitário e uma educação antirracista.

A escriturinha no diário de bordo, foi usada como ferramenta para pensar sobre si mesmo e sobre o outro. Dar corpo a sua percepção identitária, dar corpo a vozes silenciadas, dar “corpo-voz de mulheres negras escravizadas que tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças” (Nunes, 2020, p. 11).

Apresentamos quatro mulheres negras de diferentes idades, Carolina Maria de Jesus (1914), uma das mais importantes escritoras negras da literatura brasileira; Conceição Evaristo (1946), romancista, poetisa e contista brasileira; Gabrielly Nunes, Gabz(1999), atriz, cantora, compositora e rapper brasileira; Isabela Cristina Correia de Lima, Iza (1990), cantora, compositora, apresentadora, dançarina e publicitária brasileira. Mulheres negras, brasileiras, militantes, como fonte de inspiração, para aguçar a percepção de quão forte é a Mulher, quão importante foi a mulher negra para a formação da sociedade brasileira.

No Brasil, não faltam exemplos literários de escritoras que tratam das heranças da colonização e do escravismo. Mulheres pretas, mulheres incríveis que sempre estiveram presentes nas senzalas, para o trabalho braçal, como mucamas nas casas grandes, amas de leite. E em todas as outras situações, em que sua presença se fez

¹⁶ O conceito de escriturinha, será usado, em referência a obra Evaristiana. Onde a autora cita- o pela primeira vez, enquanto neologia de “escrever”, “viver” e “ver” em 1995, na ocasião de sua dissertação de mestrado, e, nas oportunidades que tem, afirma que “a nossa escriturinha não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020b, p. 20)

necessário, não passaram despercebidas, há muitas mulheres de luta e de coragem, levantando a sua voz e denunciando, criticando atuando por uma sociedade mais igualitária e justa.

3.2.1 Finalidade do PE

O Produto educacional veio com o objetivo de envolver as estudantes num processo reflexivo que contribua para o desenvolvimento da identidade racial, social, histórico político e pessoal, onde a mulher negra, é símbolo de resistência e empoderamento, problematizando com o grande desafio da escola pública brasileira, de assegurar a todos uma educação de qualidade, cumprindo o seu papel de responsabilidade social, ou seja, a formação plena do educando e a construção de uma sociedade justa e solidária, conforme determina a Constituição Brasileira em seu Art. 205 e a Lei de Diretrizes e LDB-9.394/96), (Brasil, 2010). Esta lei em seu artigo 2º afirma que a educação é dever da família e do Estado, com pleno desenvolvimento do educando e acima de tudo o preparo para o exercício da cidadania e com qualificação para a vida cidadã.

3.2.2 Desenvolvimento e aplicabilidade do PE

Esta seção destina-se à descrição do processo de desenvolvimento desse produto educacional, assim, após uma análise detalhada do objeto de estudo e da problemática que o circunda, fez-se necessários desenvolver uma sequência de atividades com vista a concretização dos resultados. A priori, elaboramos quatro encontros, com objetivo de aplicá-la em 5 horas/aulas, as quais foram acompanhadas de material de apoio, isto é: Diários de Bordo, lápis com borrachas, canetas, textos em PDF, imagens, áudios e vídeos de fácil acesso. Esses foram distribuídos as estudantes participantes da pesquisa, com o propósito de facilitar a compreensão da proposta e no desenvolvimento das atividades por parte das/os discentes. Durante o primeiro encontro foi criado um grupo de Whatsapp¹⁷, denominado, Mulheres

¹⁷ Aplicativo que funciona como um serviço de mensagens instantâneas conectado à internet, disponível em multiplataformas

Incríveis, para a aproximação das participantes bem como para a troca de experiências, de dúvidas e etc.

Nos encontros foram abordados a temática racial, especificamente, as Histórias e Memórias de Mulheres Negras, que influenciaram e ou ainda influenciam a formação identitária da mulher negra, oportunizando as discentes, a apresentação de autoras negras que assumem uma função subjetiva ao narrar as próprias histórias, como protagonistas, inspirando outras mulheres negras para o crescimento e desenvolvimento, intelectual, social, emocional e político.

Nesse sentido, a materialização desse Produto Educacional, através da realização dos “Encontros para Escrivências”, que traduz o desejo de se fomentar e trazer para ambiente escolar discussões sobre importantes temas e problemas da sociedade atual, promovendo uma educação integral, tão necessária e urgente nos dias atuais.

Cumprida todas as etapas de desenvolvimento e aplicação, o produto educacional em questão foi submetido a um processo de validação na defesa final. Para tanto, foi enviado aos membros da banca uma ficha de avaliação do produto educacional baseadas nas seguintes dimensões:

1. Aderência ao projeto e linha de pesquisa;
2. Replicabilidade em diferentes contextos de ensino;
3. Impacto no processo de ensino e aprendizagem;
4. Abrangência do produto a nível territorial;
5. Complexidade estrutural e metodológica do produto;
6. Aplicabilidade em contexto real de sala de aula;
7. Aplicabilidade do produto pelo público potencial.

3.2.2.1 A identidade negra em construção

Quadro 2 ENCONTRO 1

A VOZ DA RESISTÊNCIA	
DURAÇÃO	75 minutos
PERGUNTA PROBLEMATIZADORA	

	Onde estão as pessoas negras na mídia (na televisão, nas revistas, nos filmes, redes sociais)? Quais papéis normalmente ocupam? Há diferenças na representatividade negra?
CONTEÚDO	Texto Base: "Quarto de despejo - Carolina Maria de Jesus " - Ruth de Souza Diário de bordo.
OBJETIVOS	• Conhecer o público participante da atividade; • Apresentar o trabalho que será desenvolvido; • Apresentar a temática acerca da identidade e identidade negra; • Refletir sobre o processo de construção da identidade negra. • Sensibilizar as educandas sobre a importância da autonomia das mulheres • Apresentar o diário de bordo
ATIVIDADE	Mãos na escrita: Relato escrito no diário de bordo: Quem sou eu? Quais as mulheres que habitam em mim? Quais as minhas ancestrais? Que lembranças trago dessas mulheres?

Fonte: elaboração própria (2023)

Planejar os “encontros para escrevivências”, -foi um momento de pura emoção-. Primeiramente, contatamos a escola, na pessoa da coordenadora pedagógica, Elzi Soares de Almeida e da diretora Elizaldete Taquary, que prontamente entenderam a importância desta pesquisa e, se colocaram à disposição, para ajudar no que fosse necessário, após uma visita agradável e acolhedora, agendamos a biblioteca para os “Encontros para Escrevivências”.

Foi com olhares ansiosos e ao mesmo tempo desconfiados que iniciamos o primeiro encontro. Após as apresentações e boas vindas, os objetivos foram esclarecidos e foram distribuído, para cada aluna participante da pesquisa, um Diário^{de} Bordo, especialmente confeccionados para as mesmas, onde objetivamos, que elas possam, refletir, contar suas experiências, histórias de vida e, principalmente, revisitar suas lembranças e tecer nos fios da memórias as lembranças de pessoas negras que contribuíram e ou inspiraram na sua formação identitária racial.

As questões foram formuladas tendo como base a contribuição de Zabala, a qual buscamos introduzir processos de reflexão crítica para que as normas sociais de convivência integrem as próprias normas. É preciso ajudar os alunos a relacionar estas normas com determinadas atitudes que se queiram desenvolver em situações concretas e promover a reflexão crítica acerca dos contextos históricos e institucionais nos quais e se manifestem estes valores (Zabala, 1998, p.18).

Após a apresentação da proposta de trabalho, foi exibido o curta metragem¹⁸ CULTNE - "Quarto de despejo - Carolina Maria de Jesus " - Ruth de Souza, Com o propósito de: Apresentar a escrita como ferramenta de denuncia social; Refletir sobre o processo de construção da sociedade brasileira; Sensibilizar as educandas sobre a importância da autonomia das mulheres e da participação feminina na formação da nossa sociedade.

Relato de trajetória de vida de uma mulher negra.

Carolina Maria de Jesus foi uma mulher, negra, brasileira, pobre e escritora. Nascida em Sacramento, Minas Gerais, numa comunidade rural em 14 de março de 1914. Estudou dois anos em uma escola paga pela mulher de um fazendeiro, onde aprendeu a ler e escrever. Migrou para São Paulo e passou a morar na favela do Canindé. Mãe de três filhos de pais diferentes, ela os criou sozinha catando papel na rua. Se negou a ser dependente de qualquer homem. Embora tenha estudado pouco, aprendeu o suficiente para ler livros que encontrava no lixo e escrever um diário, contando sobre o seu dia-a-dia e como enxergava o mundo a sua volta.

Alguns destes diários foram publicados como Quarto de Despejo, metáfora criada pela escritora para se referir à favela em relação a capital. Embora escrito em linguagem simples e deselegante de uma pessoa sem muita instrução, seu diário foi traduzido para 14 idiomas e tornou-se um best-seller. Carolina veio a falecer em 13 de fevereiro de 1977 em São Paulo.

Enfatizamos também, a atuação da atriz, Ruth Pinto de Souza¹⁹, que interpreta Carolina de Jesus, no curta metragem.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dbw3csCI9lo>

¹⁹ Ruth Souza, nascida em 1921 em Engenho de Dentro, bairro da periferia carioca, é filha de Sebastião e Alaíde Pinto de Souza. Logo após seu nascimento, ainda muito pequena, se mudou para Minas Gerais onde viveu num sítio ao lado dos irmãos Maria e Antônio. O sonho de se tornar atriz a acompanhou desde a primeira infância. Em um dos trabalhos mais importantes de sua carreira, Ruth de Souza protagonizou o espetáculo Quarto de Despejo, homônimo do principal livro escrito por Carolina Maria de Jesus. A TV surgiu em sua vida a partir de 1965, tempo que trabalhou na Tupi, Record e mais tarde na TV Globo. Na lista estão novelas como O Bem Amado, de 1973, Sinhá Moça, de 1986 e O Clone, de 2001. Ruth acumulou mais de 25 peças teatrais e 30 novelas. Agraciada com o prêmio de melhor atriz no tradicional Festival de Gramado, Ruth de Souza é a representação viva da gana e garra das mulheres negras do Brasil. É pioneira, é uma diva da dramaturgia.

Começamos os diálogos com a pergunta problematizadora: onde estão as pessoas negras na mídia (na televisão, nas revistas, nos filmes, redes sociais)? Quais papéis normalmente ocupam? Há diferenças na representatividade negra?

Partimos do princípio de que a pesquisa em sala de aula precisa ser envolvida pelo questionar, pelo construir argumentos e pelo comunicar (Moraes; Lima, 2004). Dentro dessa perspectiva fortalecerá gradualmente o modo de ser, compreender e fazer cada vez mais, avançando num processo dialético, compreendido dessa forma como um movimento: Em espiral, que se inicia com o questionar dos estados do ser, fazer e conhecer dos participantes, construindo-se a partir disso novos argumentos que possibilitam atingir novos patamares e desse ser, fazer e conhecer, estágios esses então comunicados a todos os participantes do processo (Moraes; Lima, 2004, p. 11).

Figura 5 – oficinas de escrevivência



Fonte: a autora (2023)

Apresentar Carolina Maria de Jesus e sua escrita, para as alunas, foi um momento de êxtase pedagógico. Falar da importância do ato de escrever, ortograficamente correto ou não, foi dar empoderamento para que todas as outras mulheres, letradas ou não, sentissem a liberdade do escreve, de se expressar. Atentamente e com os olhinhos marejados elas assistiam a cena do curta “Quarto de Despejo”. Logo em seguida foi distribuído e lido o texto 13 de MAIO.

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Nas prisões os negros eram os bodes expiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes. (...) Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva para mim ir lá no Senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. (...) Eu tenho dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: Viva a mamãe!. A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Mandei-lhe um bilhete assim: “Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouquinho de gordura, para eu fazer sopa para os meninos. Hoje choveu e não pude catar papel. Agradeço. (Jesus, 2014.)

(...) Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome! (Jesus, Carolina Maria, 2014.)

A leitura do trecho acima nos remete ao grito de socorro de muitos negros e negras pelo Brasil. As condições precárias de habitação, educação, alimentação e cuidados com a saúde ainda assombram muitos lares brasileiros. Carolina de Jesus, com os seus Diários, denuncia o abandono e péssimas condições de muitos brasileiros. Mulher preta, pobre, mãe solteira, favelada que usa o caderno e o lápis como ferramenta de denúncia e crítica social. “Geralmente, as empregadas domésticas, continuam sendo as mulheres de cabelo crespo. São exploradas e ainda acham que são da família. A minha mãe suporta muitas humilhações aonde trabalha, mas ela se acha da família.” (Camélia, 2023).

A escrivência acima, está escrita no diário de bordo da participante Camélia. A participante usou a ferramenta da Escrivência em seu Diário de Bordo, para reflexionar sobre a condição da mulher negra e parda na sociedade atual, trazendo o olhar para a

condição da mulher, negra, pobre, favelada, apresentada no livro Quarto de despejo de Maria Carolina de Jesus.

A escrevivência oportunizou as alunas participantes, a lucidez de perceberem que não houve um processo de colonização pacífica e harmônica, mas sim, estereotipado, dentro de um patriarcado machista e sexista que ainda se faz presente na sociedade atual, contudo, as participantes agora protagonizam a cena, pensando, oralizando, reflexionando de forma crítica, algo que parecia impossível de ser dito e muito menos escrevido.

3.2.2.1.1 A voz da resistência

Ao longo da história, a mulher foi submetida a condição do trabalho de cuidar, seja dos trabalhos domésticos, das crianças e dos maridos, tornando-se subordinada e auxiliar ao gênero oposto, e essa condição, ainda perpetua-se nos dias atuais. A luta por direitos iguais e por melhores condições de vida é constante na sociedade brasileira, alicerçada em bases patriarcais, sexista e racista. As mulheres negras e pardas, são as que mais sofrem uma dupla opressão; gênero e raça, colocando a mulher negra na base da pirâmide social.

Por terem um maior envolvimento em atividades não remuneradas, como, por exemplo, nos afazeres domésticos, as mulheres acabam tendo uma menor participação no mercado de trabalho. Em 2019, no Brasil, as mulheres dedicaram semanalmente quase o dobro de tempo aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos se comparado aos homens (21,4 horas contra 11,0 horas). Mesmo para as mulheres que se encontram ocupadas, o envolvimento em atividades não remuneradas influencia na maneira como elas se inserem no mercado de trabalho. Pois tendem a conciliar uma dupla jornada: trabalho remunerado e não-remunerado²⁰. (IBGE, 2019)

Concordamos com Hooks (2017, p. 208), quando afirma que “um dos aspectos mais intensos da prática pedagógica libertadora é o desafio, da parte dos professores e

²⁰ https://educa.ibge.gov.br/images/educa/jovens/materias-especiais/jovens_grafico_001.png

professoras, de mudar o programa predeterminado.” De ouvir o que as alunas tem a dizer, sem julgamentos, apenas acolhendo cada fala, cada raiva e cada lágrima.

Continuamos com a escuta sensível, observando não apenas o som das palavras, mas os gestos, olhares, os silêncios que ampliam o campo de interpretação e dar espaço para a visibilidade das experiências cotidianas, emolduradas por afetividades e intersubjetividades das alunas coautoras da pesquisa.

Meu nome é Ipê tenho 17 anos. Atualmente moro na zona rural sou uma adolescente e passei por muitas dificuldades e barreiras na vida. Tenho uma vida simples, mas sou sonhadora. Sou comprometida em tudo que faço. Nunca consegui compreender porque muitos me julgam pela minha aparência. (Ipê, 2023)

Utilizamos a escrevivência no Diário de Bordo para refletir e espantar os fantasmas do idealismo da miscigenação. A arte da escrevivência proporcionaram relações dialógicas estabelecidas umas com as outras, proporcionando a construção e ou fortalecimento da identidade negra. Segundo Gomes (2002), esta identidade é construída repleta de densidade, de conflitos e de diálogo.

O ideal do branqueamento, fantasmagoricamente, passeia pela mente destas meninas que não compreendem porque muitos as julgam pela aparência. [...] o ideal do branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira no final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não-branco, repercutindo, ainda nos dias atuais, nos currículos escolares, nas formações de professoras(es), nas interações dentro das escolas, nas práticas educacionais, enfim, em toda a sociedade, exceto nos grupos e espaços em que, pela natureza conscientizadora, lutam-se contra ele. (Bento, 2002, p. 7)

A identidade negra, implica na construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade. Enquanto dois processos densos, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais, a educação e a identidade negra estão imersas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, e são incorporadas, ao mesmo tempo em que incorporam, à dinâmica do particular e do universal. (Gomes, 2002, p.39).

O termo *escrevivência*, a literatura de Evaristo, nos relaciona às experiências de mulheres negras que dão vida e sentido a escrita. Sendo assim Açucena escreve:

Quem sou eu? Sou a menina sonhadora que quero dar um futuro melhor pra minha mãe, minha mulher inspiradora, que trabalha muito pra me dar um futuro melhor. Uma lembrança? Quando meu pai chegava embriagado e agredia ela fisicamente e mentalmente. (Açucena, 2023)

Outro dado alarmante que assombra estas meninas é, a violência doméstica contra mulher no Brasil. Ainda vivida em muitos lares. O Fórum, Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil em sua 4ª Edição, apontou que 35 mulheres foram agredidas física ou verbalmente por minuto no Brasil. No diagnóstico mais recente, publicado em 2021, foram incluídos 366 estudos em 161 países realizados entre 2000 e 2018. Os resultados globais indicam que 27% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos experimentaram violência física ou sexual provocada por parceiro ou ex parceiro íntimo²¹, sendo que 13% tinham sofrido a violência nos últimos 12 meses. Os números indicam, portanto que:

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS 2021), a violência contra meninas e mulheres é um problema global, expressão máxima das desigualdades de gênero e que exige esforços nacionais e internacionais para sua superação²². É possível, no entanto, focalizar a questão da violência contra a mulher a partir do fenômeno do feminicídio, definido na Lei n. 13.104, de 2015, como o homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino – violência doméstica ou familiar e menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher.

Na mesma pesquisa, (OMS 2021), Quando comparadas as taxas de homicídio entre as mulheres pretas ou pardas e as brancas, tanto no domicílio quanto fora dele,

²¹ Ao números aqui apresentado e suas comparações baseiam-se nas definições da Organização Mundial da Saúde para violência por parceiro íntimo, definida como qualquer comportamento de um atual ou ex-parceiro íntimo no contexto do casamento, coabitação qualquer união formal ou informal que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos. (World Health Organization, 2021).

²² Segundo a pesquisa conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Datafolha, 33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais experimentou violência física ou sexual provocada por parceiro íntimo ao longo da vida. 24,5% afirmaram ter sofrido agressões físicas como tapa, batida e chute, e 21,1% foram forçadas a manter relações sexuais contra sua vontade. Se expandirmos os resultados para as mulheres que afirmaram ter sofrido violência psicológica, como humilhações, xingamentos e insultos de forma reiterada, o percentual de mulheres que sofreu alguma forma de violência por parceiro íntimo chega a 43%. [...] (Datafolha/FBSP, 2023)

nota-se que a questão de cor ou raça tem um peso significativo. No domicílio, a taxa para as mulheres pretas ou pardas era 34,8% maior que para as mulheres brancas; fora do domicílio era 121,7% maior

A análise da prevalência por faixa etária indica que quase metade das mulheres entre 25 e 34 anos experimentaram alguma forma de violência por parte de parceiro íntimo ao longo da vida (48,9%). Este grupo também apresentou a maior prevalência de vitimização por violência sexual²³ dentre todas as faixas etárias (24,8%). Mulheres entre 35 e 44 anos e entre 45 e 59 anos também mostraram índices elevados de violência por parte de parceiro íntimo ao longo da vida, com, respectivamente, 43,6% e 44,2%. O grupo etário com maior prevalência de agressão física foi o de mulheres de 45 a 59 anos. Dentre as mulheres desta faixa etária, 28,7% afirmaram ter sido vítimas de tapa, chute ou empurrão por parte de um parceiro íntimo.

Entre elas também se verificam os maiores níveis de outras formas de abuso, sendo que 18,4% afirmaram ter ficado um longo período impedidas de se comunicar com amigos e familiares por ação do parceiro ou ex-parceiro íntimo e 12,6% tiveram acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro. Percentual similar foi encontrado entre mulheres com 60 anos ou mais, sendo que 12,9% das mulheres deste grupo etário relataram ter acesso a recursos básicos negados.

3.2.2.2 Construindo a identidade racial feminina

Quadro 3 ENCONTRO 2

QUEM SOU EU?	
TEMPO	75 minutos
PERGUNTA PROBLEMATIZADORA	Os termos colocados na poesia te levaram a pensar sobre o quê? Se é papel da escola tratar da sexualidade, como essa deve ser abordada? Observação do espaço escolar: E a escola? Como a escola reproduz as relações de gênero raça?
CONTEÚDO	Poesia: Quem sou eu? Gabrielly Nunes
	▪ Objetivo da atividade: - Refletir sobre os valores afro-brasileiros de:

²³ 1 em cada 4 mulheres entre 25 e 34 anos afirmaram ter sofrido alguma forma de ofensa sexual e/ou tentativa forçada de manter relação sexual com o parceiro íntimo.

OBJETIVOS	▪ Corporeidade ▪ Oralidade ▪ Circularidade ▪ Religiosidade ▪ Cooperativismo ▪ Memória ▪ Territorialidade ▪ Escrivência no diário de bordo. ▪ Refletir sobre o corpo negro feminino.
ATIVIDADE	Em roda de conversa debater sobre a violência contra a mulher. Observar se os estudantes identificam a permanência desta violência na sociedade brasileira e associam o conteúdo sugerido nas mesmas, com histórias reais divulgadas cotidianamente pelas mídias. Mãos na escrita. No seu Diário, escreva, como você se sente como mulher no século XXI.

Fonte: a autora (2023)

O segundo encontro foi cheio de emoção. As participantes e coautoras deste P.E. ficaram muito emocionadas com a poesia apresentada por Gabz²⁴ no TEDx São Paulo,²⁵ exibida na sala de aula. Sobre a poesia: Quem sou eu? Gabz apresentou a sua poesia no estilo slam²⁶. O slam foi um jeito de se conhecer melhor, de encontrar suas raízes e sua identidade. Gabz nasceu no conjunto habitacional do Irajá, na zona norte do Rio de Janeiro, e sempre teve talento com as palavras. Aos 8 anos iniciou a carreira televisiva na série infantil "Teca na TV", no canal Futura. A artista se apaixonou pela cultura de rua e começou a participar de Slams, campeonato de poesias urbanas e venceu vários deles. Um de seus vídeos de slam conta com mais de 900 mil visualizações no Youtube. Em 2018, Gabz estreou o filme "Ana e Vitória", junto a dupla Anavitória, e lançou

²⁴ Gabrielly Nunes, mais conhecida pelo seu nome artístico **Gabz**, é uma atriz, cantora, compositora e rapper brasileira. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_yN0UtIBJCw

²⁵ TED é uma organização conhecida por promover palestras curtas de grande impacto. O primeiro TEDxSãoPaulo aconteceu em 2009, com o tema "O que o Brasil tem a oferecer ao mundo hoje?". Desde então, já tivemos várias edições, no auditório do MASP, na Sala São Paulo, no estádio Allianz Parque e no Shopping Villa-Lobos. Além de São Paulo, o TED já foi sediado em outras cidades brasileiras, como Paraíba, Maringá, e Canoas.

²⁶ A palavra é uma onomatopeia utilizada no inglês pra representar algo como um bater de palmas. Slam (ou *Poetry Slams*) são batalhas de poesia falada que surgiram nos anos 1980 nos Estados Unidos. Muitos chamam de "esporte da poesia falada" **Slam: Voz de Levante**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yo5DBjMz6Nc>

também, o filme "Tudo por um Popstar, o slam é uma maneira de libertar homens e mulheres do silêncio social, revivendo Freire, no seu "conceito libertador".

Para Freire (2003) educar "é construir, libertar homens e mulheres do determinismo, passando a reconhecer o seu papel na história, considerando a sua identidade cultural na sua dimensão individual e coletiva". Sem respeitar essa identidade, sem autonomia ou sem levar em conta as experiências vividas, o processo educativo será inoperante e constituirá somente um conjunto de meras palavras, despidas de significação real.

A identidade negra, segundo Gomes (2002), é construída repleta de densidade, de conflitos e de diálogo.

Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade. Enquanto dois processos densos, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais, a educação e a identidade negra estão imersas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, e são incorporadas, ao mesmo tempo em que incorporam, à dinâmica do particular e do universal. (Gomes, 2002, p.39)

O conceito de identidade, enquanto, um sentimento de pertencimento nos faz pensar em quem realmente somos e nos leva a refletir sobre aspectos de sincretismo cultural que, historicamente moldaram a nossa identidade nacional através das interações entre nativos indígenas, imigrantes europeus e africanos.

Poesia: Quem sou eu?
 Se pelo menos eu soubesse
 Meu verdadeiro sobrenome
 Meu país.
 Minha terra.
 Ah, se eu soubesse já era
 Se minha carne fosse vista diferente
 Se seu olhar fosse mais inocente
 Se eu não tivesse que ser forte
 Nem dependesse da sorte
 Se antes do diabo que me pintam por ser o que sou
 Ou da deusa que cultivam pelo mesmo motivo
 Eu fosse pessoa, PESSOA antes de mulata
 E se eu não tivesse que falar na lata?
 E se eu não tivesse que gritar?
 Ainda ia ter graça me ver sangrar?
 E se eu quisesse me vingar?
 Ou ces acha que nós não lembrava

Do estupro, da escrava
 Que ces ainda comemoram a ação
 Porque o resultado: A linda miscigenação
 Ou ces acha que nós esquece
 A tragédia dos mec mec
 Que termina lá no cytotec
 Sim, aborto.
 A pergunta agora é se o feto era vivo ou morto
 E ela?
 Crucificada aos 16
 Sem a ajuda de nenhum de vocês
 Sozinha, pedindo aos céus ajuda de mainha
 Mas aqui só tinha inferno e o julgamento é eterno
 Se não vai pra prisão, pode ir pro valão
 Taxada de puta na televisão
 Pra nós ninguém reserva oração
 Tudo preto, sem bandeira branca na trama
 Ce já sentiu negra drama?
 Ou tu só respeita se for da família?
 Pede bênção pra mãe e não assume a filha
 É que ces não gosta de mulher, ces gosta é de buceta.
 De preferência branca, mas com bunda de preta
 Até serve comer mulata, mas se for a que te acata
 E os mano sempre diz que são todo errado, e aí quer pagar de aliado,
 mas ces tem que entender nosso lado, nós não atura papo de mandado
 Porque o papo não faz curva, aqui o papo é reto
 Ce vai se arrepender de me fazer de objeto
 Eu não tô aqui pra fazer seu membro ficar ereto
 Não se esqueça, aqui é muita treta
 Se teu pau é ku klux Klan minha buceta é pantera negra
 É que eu não aguento mais, será que algum dia tem paz?
 Ou será sempre mais um.
 No cais sinto o horror, do Valongo Quilombo dor é o Congo do meu horror
 Mas você não me parou
 Os morto na matéria, mas vivo na memória
 Eu canto aqui é pra lembrar essas história
 Em meio ao caos nós vai encontrar a glória
 Em meio a tanta luta nós vai chegar na vitória
 É que eu tenho minha raiz, minha base pra ser feliz
 Eu invado, eu não me encaixo
 E você ainda se acha muito macho?
 Mas nunca viu rastro de cobra, nem couro de lobisomem.
 Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come
 O que eu passei na vida ces não sabe como é,
 pra viver na minha pele neguin, tem que ser muito, "mar" muito mulher! (Gabz,
 2017).

Figura 6 Pensando sobre identidades



Fonte: a autora (2023)

Muito emocionadas, as alunas aplaudiram a poesia e se sentiram representadas na voz na Gadz, foi levantada a discussão em grupo, que proporcionou a escuta do outro e a percepção de si, portanto, a oralidade, aproximou as alunas. Buscando dar voz as coautoras da pesquisa foram levantados os seguintes questionamentos: Algumas palavras na poesia te levaram a pensar sobre o quê? Se é papel da escola tratar da sexualidade, como essa deve ser abordada? Observação do espaço escolar: E a escola? Como a escola reproduz as relações de gênero raça?

“Tem muitas mulheres óreos que precisavam está aqui e aprender tudo isso.” (Flor de Lótus, 2023). Perguntei o qual o significado de “mulher óreo?”. A definição de Mulher Óreo, foi explicada em seguida: “É aquela preta por fora e branca por dentro.” Mais uma vez, percebemos que o fantasma da teoria do branqueamento, ainda se faz presente na sociedade brasileira.

3.2.2.2.1 Quem sou eu? Conhecer para apreender

Nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência [...] Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 2021.p. 115)

De acordo com Conceição e Conceição (2010), muitas pessoas que possuem em sua constituição características negras, por vezes negam esses traços, pois a identidade do negro traz de seu passado a condição da escravização e o estigma de ter sido um objeto. É papel fundamental da escola, falar sobre as belezas dos corpos negros, desconstruir estereótipos errôneos e colocar os negros no lugar, que possuem de direito, como grandes colabores para a construção do Brasil, seja na arte, na literatura, na culinária, nas ciências, na política e na economia, dentre outros.

A autora bell hooks (2017), amplia esta concepção ao convocar a experiência como elemento central no processo de ensino e de aprendizagem. Para hooks (2017, p. 122), “a experiência pode ser um meio de conhecimento e pode informar o modo como sabemos o que sabemos”.

Quem sou eu? Eu sou o que as pessoas falam? Ou sou só eu mesma?
Acima de tudo tenho amor, a paz de estar procurando o caminho certo, pois sou o amor. O amor puro? Talvez! Chega! chega de dúvidas, medo, inseguranças, tenho que quebrar esses (pre) conceitos que há vários e vários anos vem prendendo os meus sonhos, na realização de ser o que eu quiser (Girassol, 2023)

A escola, por ser um espaço plural e reprodutor das relações sociais, é um espaço reprodutor de preconceitos e de sexismo e ou da homofobia que perpassam as relações de gênero e raça. Contudo, o nosso olhar sobre determinados eventos não podem ser negligenciados ou silenciados, precisamos nos posicionar e sermos multiplicadores de conhecimentos e de vivências, priorizando o respeito, a pluralidade, o amor e o auto

amor. “Minha avó sempre me diz: Você não pode andar nas ruas sozinhas porque você não é menino homem.” (Lírio, 2023)

Mesmo lendo nas entrelinhas, subjetivamente, por trás da fala da avó da Lírio, há um sentimento de cuidado e de proteção, percebemos também um preconceito estrutural, sobre como homens e mulheres devem se comportar. Aqueles que não se adequam, a regras impostas por uma sociedade sexista, machista e homofóbica, questionam o motivo de certas desigualdades de gênero e raça. “Não, eu não sou menino, nem quero ser. Eu só gosto de fazer coisas que meninos fazem. Não me comparo e nem quero ser eles. Qual o problema disso?” (Lírio, 2023)

Mesmo morando em uma pequena cidade, no interior do Nordeste, ou numa grande metrópole, é possível afirmar que o machismo, é um dos traços de nossa cultura, que tenta determinar que meninas, por exemplo, devem adiar sua iniciação sexual, enquanto aos meninos são incentivados que a iniciem. Como diz o velho ditado, “prendam suas cabritas que o meu bode está solto”. Ou seja, as meninas dos outros vão estar em risco com a abordagem do filho varão, enquanto as minhas estarão seguras. Com esta reflexão Lírio (2023), escreve: “A falta de informação sobre educação sexual é absurda, ensinar o básico tirar dúvidas que até parecem bobas, é muito importante. As pessoas tem que entender que educação sexual não é incentivo pra consumir o ato.”

Outros aspectos discutidos, foram o machismo e a homofobia, como geradores de violência, que atingem mais especificamente, àqueles que não seguem essas normas específicas sobre o que é ser homem e mulher. E mesmo no ambiente escolar os fantasmas do machismo e a homofobia, assombra a mente das discentes. Já ouviram: “Fulana veio novamente para escola com aquela minissaia que parece um cinto de tão pequena.” E ou “olha o jeito que ele caminha.” (Relato oral)

Mulher sai na rua com medo de ser assaltada, estuprada, violentada fisicamente e abusada psicologicamente. Se acontece é culpa da mulher, mas e quando se é criança? E não são as pessoas de fora não. São os da própria família (Lírio, 2023)

A cultura do estupro (justificadas pela barbárie da escravização), ainda poluem as relações sociais, que muitas vezes, se repetem, sem que se percebam os conteúdos sexistas, machistas, homofóbicos. O que fica oculto, é um preconceito bem distinto, entre o comportamento de homens e mulheres.

Seria um erro interpretar o padrão de estupro instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. (Davis, 2016, p. 36)

A sociedade é formada por indivíduos com crenças, religiões e culturas distintas, portanto é fundamental que o estudante assimile que todos, independentemente da educação, da cor ou da classe social, devem ser tratados de forma humana e respeitosa. A prática de valores na escola auxilia a combater o preconceito, impedindo o conflito, a violência e o desrespeito, sendo assim, amparados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

O preconceito é contrário a um valor fundamental: o da dignidade humana. Segundo esse valor, toda e qualquer pessoa, pelo fato de ser um ser humano, é digna e merecedora de respeito. Portanto, não importa seu sexo, sua idade, sua cultura, sua raça, sua religião, sua classe social, seu grau de instrução, etc.: nenhum desses critérios aumenta a dignidade de uma pessoa. (Brasil, 1997)

Quando uma mulher negra conhece sua história e assume suas características, ela está lutando contra a imposição do outro, de um modelo padrão imposto sócio culturalmente, sendo assim, a priori, essas meninas vão se reconhecendo no outro, e assumindo a sua verdadeira identidade cultural.

Sendo assim, formaremos cidadãos críticos, participativas capazes de ouvir, de explorar novas percepções, desejos e necessidades, gerando motivações, conectando os trabalhos com a cultura e com as identidades, despertando o interesse e estimulando o engajamento, permitindo que um dia, elas se tornem as protagonistas, de suas próprias histórias. Como tanto queremos.

Figura 7 Ser negra: cultura e arte



Fonte: a autora (2023)

3.2.2.3 As Mulheres que habitam em mim

Quadro 4 ENCONTRO 3

SER NEGRA: CORPO-COR, CORPO-VOZ, CORPO-VEZ	
TEMPO	75 minutos
PERGUNTA PROBLEMATIZADORA	Onde estão as pessoas negras na mídia (na televisão, nas revistas, nos filmes, redes sociais)? Quais papéis normalmente ocupam? Há diferenças na representatividade negra?
CONTEÚDO:	Texto Base: Poema Vozes-Mulheres de Conceição Evaristo.
OBJETIVOS	• Discutir e argumentar sobre as contribuições de mulheres negras do nosso dia a dia e que ainda vivem na invisibilidade. • Discutir as contribuições da mulher negra no Brasil, observando-se as mudanças e permanências no contexto atual. • Refletir sobre a violência contra a mulher no mundo atual, tendo em vista o machismo, o sexismo e a misoginia, aprendidos, muitas vezes, na infância. • Apresentar a temática acerca da identidade e identidade negra; • Estimular o conhecimento, como meio de desconstruir o preconceito e a discriminação contra as mulheres, combatendo assim, a violência contra as mesmas.
ATIVIDADE	Roda de conversa, problematizar a invisibilidade das mulheres em algumas profissões e ou afazeres domésticos, ainda citadas pela crença de que as mulheres não são capazes de criar. Debater a importância do trabalho das mulheres negras numa época em que as mulheres deveriam viver no anonimato. Mãos na escrita:

	Você já percebeu que muitas pessoas moram na gente, na construção de nossas memórias e da nossa identidade? Que tal agora resgatar da memória as lembranças de alguém querido, que de alguma forma lhe inspirou a ser a mulher que és hoje? Você é a filha da nova geração, qual lugar você deseja assumir na sociedade atual?
--	--

Fonte: a autora (2023)

No terceiro encontro, após cumprido as boas vindas e retomada da temática trabalhada, foi exibido uma entrevista, com a biografia da Conceição Evaristo²⁷.

Nascida em 1946, em uma favela na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Maria da Conceição Evaristo, filha de mãe lavadeira e herdeira de uma tradição de subalternidade e trabalhos femininos domésticos, precisou mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro, em 1970, para poder ingressar no magistério público. Evaristo justifica sua mudança de cidade pelo fato de já ter reservado para si, em Belo Horizonte, destino semelhante ao das mulheres de sua família: o trabalho doméstico “Entrar para a carreira de magistério, naquela época, dependia de ser indicado por alguém e as nossas relações com as famílias importantes de Belo Horizonte estavam marcadas pela nossa condição de subalternidade” (Evaristo, 2009).

Maria da Conceição Evaristo de Brito é uma notável professora e escritora brasileira contemporânea sendo especialmente ativa nos movimentos pela luta negra. Temas recorrentes em suas obras são a força feminina, principalmente da mulher negra, a investigação familiar e ancestral, a memória, desigualdades sociais e opressões contra a mulher e a conta a população negra. Autora das obras publicadas: Ponciá Vicêncio (romance, 2003), Becos da Memória (romance, 2006), Poemas da recordação e outros movimentos (poesia, 2008) Insubmissas lágrimas de mulheres (contos, 2011), Olhos d'água (contos, 2014), Histórias de leves enganos e parecenças (contos e novela, 2016), Canção para ninar menino grande (romance, 2018).

O poema Vozes-Mulheres, foi lido pelas alunas participantes e ficou evidenciando como a escrita de Evaristo reconstrói o tecido da memória brasileira, por meio da articulação de diferentes vozes que se atualizam e reconstituem a memória.

²⁷ Disponível na plataforma You Tube como: https://www.google.com/search?q=concei%C3%A7%C3%A3o+evaristo+biografia&sca_esv=574427856&tbm=vid&source=Inms&sa=X&ved=2ahUKewjw7Pozv

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade. (Evaristo, 2018)

Através do eu-lírico, a autora, fala sobre mulheres de várias gerações que pertencem à mesma família. Percebemos neste poema uma história de sofrimento e opressão. A bisavó simboliza, assim, aquelas que foram sequestradas e trazidas para o Brasil em navios. Já a avó teria vivido no período da escravidão e da obediência forçada. A geração da mãe, que trabalha como empregada doméstica, leva uma existência dura e marginalizada, mas começa a ecoar alguma revolta. Esse sentimento de resistência se exprime através do eu-lírico que escreve, mas ainda conta relatos de privação e violência.

A voz da filha, é resgatada pelas alunas coautoras da pesquisa, que carregam toda a herança das mulheres que vieram antes. As participantes refletiram sobre suas ancestrais com um novo olhar, agora com admiração e respeito. Admiração pelas mãos calejadas pelo trabalho braçal, muitas vezes, em roças de cultivo de arroz e ou feijão. Admiração por cada ruga profunda nos rostos queimados pelo sol e respeito a vivência, de cada uma delas.

Contudo, o futuro reserva mudanças e uma nova história precisa ser escrita, uma história de auto amor, uma história da busca de si mesma, uma história de liberdade.

Eu sou uma mulher negra, nasci negra e com o tempo aceitei isso. As mulheres que habitam em mim, são a minha mãe que é uma mulher forte, e minha avó paterna, mulher negra e pobre, que criou 15 filhos com muito amor e conseguiu enfrentar muitas barreiras e hoje é minha inspiração (Alecrim, 2023)

É inegável a participação da mulher negra para a formação da sociedade brasileira. Mesmo, algumas vezes, invisibilizadas socialmente, elas sempre se fizeram presentes, como mucamas nas casas grandes, como amas de leite, como trabalhadoras braçais, nas senzalas, nas artes, na culinária, em todas as situações em que sua

presença se fez necessário, lá estavam elas e suas presenças não passaram despercebidas.

Sou Margarida, uma mulher preta, filha de uma preta maravilhosa, sou estudante e atleta. Sou filha caçula, bissexual, uma pessoa boa, com o coração enorme, que tenta ver o lado bom da vida sempre. [...] Minha mãe também tem grande participação na minha formação de menina mulher, pois tenho um exemplo de força e coragem comigo desde sempre, um dia serei tão incrível como ela (Margarida, 2023).

Há muitas mulheres de luta e de coragem, levantando a sua voz, se fazendo ouvidas e vistas. Mulheres denunciando, se apoiando e atuando por uma sociedade mais igualitária e justa. A luta é de todas nós, o nosso grito ainda é por reconhecimento, respeito, pela liberdade de sermos nós mesmas, pelas mulheres que carregamos dentro de nós e por todas as outras que vieram antes.

É com amor e com os olhos cheios de gratidão que falo das minhas ancestrais e vou em direção ao passado da minha bisavó e da minha avó. Graças a elas que eu estou aqui firme e forte. Foram trabalhadoras braçais (faziam roças) e criaram os próprios filhos. Não tiveram oportunidades de estudos, mas deixaram um legado de suas raízes e traços em minha vida (Ipê 2023).

Uma parte da nossa sociedade nega parte da história de nosso país, que tenta invisibilizar e esconder a história dos negros e dos povos originários. Essas histórias devem ser rememoradas e celebradas na beleza da ancestralidade africana, da força, da luta e da coragem das nossas ancestrais negras

Figura 8 Meu corpo, minhas regras.



Fonte: a autora 2023

Através da prática da escrivência, ressignificamos estas histórias e nos orgulhando de cada uma delas. Mergulhar nesta ancestralidade é redescobrir as identidades que foram desfiguradas durante anos de história e que nos fizeram construir uma visão deturpada de quem nós somos.

É preciso compreender os povos negros, as nossas histórias, as nossas tradições, as nossas heranças e o quanto esse nós desperta o “eu” coletivo que somos; e, ao ter consciência disso, poder chegar a uma noção de “quem somos, o que não somos, o que não podemos ser e, a partir dessa perspectiva, perceber como estamos “sendo” e agindo no todo, para “continuar a agir na sociedade tendo em vista esse pertencimento” (Santos e Baumgartel, 2015, p. 30)

E assim Escrevivendo, vamos formando as identidades, aprendendo e discutindo sobre a dominação hegemônica europeia, sobre a escravização dos corpos negros, que foram coisificados por uma sociedade racista como objetos, máquinas de trabalho, como algo descartável e estereotipado. Portanto, aos poucos, vamos nos projetando em novos espelhos, com novos olhares, reconstruindo a nossa identidade de raça, pensando em nossas trajetórias e nas rotas dos povos ao qual estamos vinculados, dando visibilidade aquelas que vieram antes, de nós, mas que ainda se fazem presentes.

3.3.3.4 Ser Negra: cultura e arte

Quadro 5 ENCONTRO 4

SER NEGRA: CORPO-COR, CORPO-VOZ, CORPO-VEZ	
TEMPO	75 minutos
PERGUNTA PROBLEMATIZADORA	Os papéis representados por personagens folclóricos, em personagens violentos são geralmente representados por quais pessoas? A mulher negra e seus fenótipos é destaque nos contos de fada? Vocês já identificaram alguma personagem de cor branca, cabelos loiros e olhos verdes dramatizando papéis de empregados subalternos nas mídias?
CONTEÚDO:	Texto Base De publicitária a cantora, Iza relembra como se descobriu e iniciou a carreira musical. A jovem fala sobre os desafios de ser mulher e defende a representatividade feminina e negra na mídia.
OBJETIVOS	✓ Recuperar o olhar para a grande mídia, exercitando o estranhamento do já conhecido, com a intenção de acionar a percepção de como os grupos raciais brasileiros são identificados e compreendidos no Brasil. ✓ Introduzir a discussão sobre representatividade negra na sociedade brasileira, voltando-se especificamente para o caso da mulher negra e seus arquétipos conhecidos. ✓ Proporcionar um olhar crítico para a grande mídia, numa perspectiva crítica sobre a questão da mulher negra brasileira e suas representações.
ATIVIDADE	Roda de conversa, problematizar a invisibilidade das mulheres em algumas profissões e ou afazeres domésticos, ainda citadas pela crença de que as mulheres não são capazes de criar. Debater sobre o olhar acerca do corpo da mulher negra. Mãos na Escrita. Escrevendo no seu Diário de Bordo, relate, como "você" se percebe?

Fonte: a autora (2023)

No quarto encontro, através da prática da escrevivência, reflexionamos para a discussão sobre a representatividade negra na sociedade brasileira, voltando-se especificamente para o caso da mulher negra e seus arquétipos conhecidos, proporcionando um olhar crítico para a grande mídia, exercitando o estranhamento do já conhecido, com a intenção de acionar a percepção de como os grupos raciais brasileiros são identificados e compreendidos no Brasil.

Como referência de mulher negra, em ascensão na mídia brasileira, foi exibido o relato da cantora negra Iza²⁸, onde ela afirma que: "não sabia que era bonita." De publicitária a cantora, Iza relembra como se descobriu e iniciou a carreira musical. A

²⁸ Entrevista em vídeo. Site <https://www.youtube.com/watch?v=mcm2TK6feGA>

jovem fala sobre os desafios de ser mulher e defende a representatividade feminina e negra na mídia. Durante seu percurso escolar, a advogada e cantora Iza, desabafa que nunca ganhou um concurso de beleza na escola e que nos lugares que frequentava com a família, sempre observava olhares diferentes: “Mamãe porque estão me olhando tanto? Porque és linda minha filha.” (Iza,2020).

Figura 9 Apreciando a beleza negra



Fonte: a autora (2023)

Escrevivendo as discentes coautoras da pesquisa, rompem com a ideia de uma narração universal e dão vozes a subjetividade individual, sem perder sua relação com o outro, político. As discentes criam seus lugares de fala, de reflexão e de apoio mutuo, proporcionando ao coletivo, um olhar ressignificado de suas próprias identidades.

Através da escrevivência surge o nascimento da vivência de um corpo preto. “As experiências da infância e do início da profissão ganham sentido quando mergulho nas lembranças e trago escrevivências deste ‘corpo mulher-negra’ (Evaristo,2009).

Apropriando se do conhecimento de Evaristo, as discentes participantes, percebem o corpo-cor, corpo-voz, corpo-vez, de mulher negra.

Quando criança, eu odiava ser negra, não me aceitava, eu chorava e ainda odiava o meu cabelo. Minha avo sempre dizia que cabelo crespo e cacheado

eram cabelos ruins, então eu me odiava. Mas agora eu comecei a me aceitar e não tenho mais problemas com o cabelo. Hoje eu me acho linda! (Alecrim,2023)

A cultura da mestiçagem, deu origem a padrões de beleza, comportamentos estabelecidos pelo colonizador e que deu origem ao discurso de raça.²⁹ Os movimentos culturais como o “Black Power” nos Estados Unidos na década de 1960, contribuíram para a conquista de direitos civis, como também para eliminar a ideia presente em muitas culturas, que características naturais dos negros, como: pele, traços faciais e o cabelo, são menos atraentes dos que de pessoas brancas. Reflexionando acerca da auto estima, a discente escreveu: “Sou uma mulher negra, alta e gostosa[...] uma mulher com garra que corre atrás do que quer. Gosto da mulher que sou e estou me tornando.” (Tulipa,2023).

O cabelo, para a mulher negra, pode ser uma zona de tensão e conflito, que culturalmente ainda assombra a auto estima, e a aceitação sócio cultural de algumas mulheres, como afirma Nilma:

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo (Gomes ,2002, p. 3).

O cabelo crespo em sua apresentação natural, é volumoso e cresce pra cima, portanto é mais chamativo, diferente do cabelo liso, mais maleável e assimétrico. Dada esta observação, o cabelo alisado ou preso, se enquadra melhor, nos padrões de beleza europeia. Na tentativa de invisibilizar a mulher negra e seus arquétipos, apagando a subjetividade feminina negra, o cabelo crespo era rejeitado. O preconceito (racismo) levou a um movimento de busca por alterações/apagamento das características culturais e físicas do negro, como por exemplo a busca por clarear a pele, alisar o cabelo, procedimentos estéticos e cirúrgicos, além de mudanças relacionados aos hábitos culturais.

²⁹ Raça é tratada neste trabalho, como uma categoria discursiva e não uma categoria biológica, afetando a relação do indivíduo com a sua identidade étnica cultural.

De acordo com Gomes (2002), grande parte das mulheres negras que adota os diversos tipos de alisamentos, é por ter sofrido em sua infância e adolescência algum tipo de preconceito, devido às dificuldades enfrentadas por elas no manuseio dos cabelos, por serem crespos. “Arrume seu cabelo. Ande bem arrumada. Não fique de cara feia. Aprenda a cuidar da casa. Cuide do seu marido e seja obediente. E se eu não quiser? Quais as consequências?” (Lírio, 2023).

Dar visibilidade aos negros nos meios e espaços ocupados pelo branco, como: TV, música, arte, esporte, política, educação, entre outros, é importante e necessário para o fortalecimento da representatividade e de retomada da identidade cultural do afro descendente. [...] tem uma Tiktokker³⁰, que me motiva como mulher, ela me ajudou a ser quem eu sou hoje, pois antes eu não sabia me posicionar diante de algumas situações, hoje já sei, pois aprendi com ela a ser uma mulher de “poder” de fala. (Caliandra, 2023).

Através da escrivência, o senso de pertencimento cresce, e as discentes vão aos poucos, resgatando e valorizando seus traços culturais e físicos, sejam pelo cabelo Black, pelas tranças (que na cultura tem sua simbologia e significados específicos), pelas pinturas corporais, pelo uso dos turbantes e etc. “Eu ainda estou descobrindo quem eu sou. Me auto conhecendo. Só sei que sou uma menina mulher me descobrindo aos poucos e cada vez mais aprendendo.” (Amaranthus, 2023)

Durante muito tempo, as pessoas negras, no contexto brasileiro, foram impedidas de assumir as suas identidades objetivas e subjetivas, marcadas pela invisibilidade, impostas por padrões de beleza ou de consumo, ditados por uma sociedade estruturada nas relações sociais de subordinação, exploração e dominação.

Historicamente, as mulheres sofreram com a imposição de padrões de beleza e comportamentos. A indústria da moda e da beleza, impõe os padrões globais do etnocentrismo, no que diz respeito ao jogo de imposição de um padrão único a ser seguido por todos. Por muito tempo o destaque de beleza, era para as mulheres de cabelos lisos, loiros, pele clara e nariz pequeno, ou seja, padrão único, imposto pelo padrão de beleza europeia. Rosa (2023) escreveu: “Como mulher, uma coisa me desagrada, é ver outras mulheres se desrespeitando e tendo discórdia uma com as

³⁰ Influenciadores digitais que usam a ferramenta profissionalmente, postando conteúdos de várias áreas, que vão desde receitas até dicas de estudo, viagens, compras, entre outros.

outras. A aceitação pelo beleza do corpo negro, deve ser construída desde o nascimento.”

O processo de colonização para as mulheres, especialmente as negras no Brasil, foi marcado por discriminação, violências, preconceitos e exclusão social. O corpo negro feminino, neste trabalho, é visto como representatividade de resistência e inclusão cultural, política e social. E como forma de (re)conhecer e (re)afirmar a identidade negra, é imprescindível que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), discuta as relações étnicas raciais no que tange aos processos sociais, históricos e subjetivos das construções da identidade negra.

Nesse sentido, a materialização desse produto educacional, através da realização dos Econtros para Escrevivência, traduz o desejo de se fomentar e trazer para ambiente escolar discussões sobre importantes temas e problemas da sociedade atual, promovendo uma educação integral, tão necessária e urgente nos dias atuais.

3.2.2.4.1 Escrevivendo Memórias

Esta seção destina-se a apresentação de algumas escrevivências, produzidos pelas alunas participantes desta pesquisa. As memórias aqui relatadas, são frutos das vivências experimentadas, por esta pesquisadora, e também pelas meninas mulheres, estudantes, negras, pardas, que emprestaram o seu poder de fala e de escrita, para denunciar, criticar, aprender, ensinar, construir, desconstruir e principalmente amar.

Amar as suas ancestrais e respeitar suas histórias, amar o seu corpo negro e suas características fenotípicas peculiares, amar a sua cultura e principalmente a amar e respeitar a diversidade. Aqui contamos as nossas dores, os nossos amores, as nossas saudades, na certeza de que estamos nos construindo e reconstruindo como mulheres negras, empoderadas, livres em busca da nossa real identidade.

Quem sou eu?

Sou Margarida, uma mulher preta, filha de uma preta maravilhosa.

Sou estudante, amiga e atleta.

Sou filha caçula, bissexual, uma pessoa boa com o coração enorme, que sempre tenta ver o lado bom da vida.

Uma mulher de alma doce, do cabelo cacheado, sorriso largo, olhos claros e alma pura. Uma garota disposta a viver tudo o que a vida tem a oferecer. (Caliandra,2023)

Carta para meu avô

Vô, hoje bateu uma saudade tão grande do senhor, lembrei de tudo que nós vivemos, lembrei da infância, de quando o Senhor ia passear caminhando, morávamos na zona rural e o Senhor vinha a pé. Quando chegava já era noite e trazia no bolso alguns bombons pra mim e meus irmãos. Nós adorávamos. As lembranças fogem, eu era muito pequena, mas nunca esquecerei dos seus cuidados com a gente.

Você era nosso avô e ao mesmo tempo o nosso pai. Você cuidava de mim e eu retribui esses cuidados na sua velhice, depois do acidente doméstico, que lhe deixou sem andar. Sei que isso lhe deixou muito triste, logo o senhor que gostava tanto de fazer as suas caminhadas, todos os dias as 5h da manhã, e de uma hora pra outra, você não pôde mais fazê-las. Foi muito triste, ver você se deprimindo. Sem querer falar e comer. Eu também fiquei muito triste por vê-lo assim, eu pensei que eu não iria conseguir. Mas me mantive forte e cuidei do Senhor, alimentando, banhando, trocando fraldas e lhe alimentando na mamadeira. Eu agora lhe chamava de meu bebê. Você voltou a ser criança. Ainda recordo com meus olhos chuvosos as noites que passava acordada com você no hospital. Até que você foi um dia e não voltou mais. Meu mundo desabou com a sua partida, mas eu sabia que já estava na hora do Senhor descansar. Alegro-me em recordar que o Senhor aproveitou cada momento, ao longo dos seus 84 anos. Pra você sempre estará vivo em meu coração e nunca esquecerei os momentos vividos ao seu lado. (Amaranthus/2023)

Gratidão as minhas ancestrais.

Sou, Ipê e moro numa pequena comunidade rural.

Já passei por muitas dificuldades, muitas barreiras na vida.

Sou uma garota simples, alegre, determinada e sonhadora.

Sempre tento fazer o bem e não consigo compreender porque muitos me julgam pela minha aparência.

Gosto de um ambiente limpo e organizado, quando as coisas ficam fora do lugar, eu perco o foco.

Gosto de dançar, de cantar, dentre várias coisas, essas me deixam leve. Dentro de mim moram muitas mulheres, entre elas está minha mãe, uma mulher batalhadora, que sempre foi o meu orgulho e minha fortaleza. Não tenho palavras para expressar a Grandiosa Rainha que ela é.

Minha avó, é a minha segunda mãe, ela sempre me fez enxergar o lado bom das coisas, com ela aprendi tudo que sei.

Minha irmã, que sempre esteve ao meu lado, eu sinto muito orgulho dela.

É com amor que escrevo e com os olhos cheios de gratidão. Volto em direção ao passado e agradeço, a minha bisavó, por ter sido uma mulher forte, trabalhadora de roça, para criar os próprios filhos. Não tiveram a oportunidade de estudos na vida.

Agradeço a Deus e a todas as minhas ancestrais por deixaram um legado de suas raízes em minha vida. Especialmente, a minha querida avó paterna, que tive a honra de conhecer.

O maior ensinamento que me deixaram foi o amor e o respeito.

Ao lado delas, eu ouvi muitas histórias de grandes mulheres que passaram por muitas coisas, mas nunca as impediram de seguir em frente. Isso sempre me inspirava e alimentava mais o meu eu. (Ipê/2023)

Liberdade

Muitas vezes a gente muda para ser a que a gente não é, só por causa do que as pessoas irão pensar ou achar. Muda o estilo, alisa o cabelo, muda o seu jeito, a sua identidade. Aprendi que devo ser o que eu sou, ter minha própria identidade, seja o que for, não importa o que os outros irão pensar. Não pense pelo outro, pense pelos seus olhos e nunca deixe de sonhar.

Eu odiava ser negra

Quando eu era criança eu odiava ser negra. Não me aceitava, eu chorava e ainda odiava meu cabelo, pois minha avó sempre dizia que cabelo crespo e cacheado eram cabelos ruins, e eu me odiava.

Aos meus 15 anos passei a me aceitar.

Hoje eu me acho linda.

Uma das coisas que eu quero que mude, são olhares, que as vezes, quando eu chego, algumas pessoas me olham com a cara meio estranha.

Acho que é inveja. Pois sei que sou muito linda.

E os conhecimentos que aprendemos aqui?

Espero que chegue a outras mulheres negras. (Alecrim/2023)

Uma mulher forte

Eu sou uma mulher com vários objetivos e o maior deles é ser cada dia mais forte do que eu sou hoje.

Eu fui dada pela minha mãe verdadeira quando eu tinha apenas 4 anos de idade, minha mãe biológica foi embora e deixou eu minha irmã pequena. A minha mãe de criação é uma mulher forte e a minha madrinha é como se fosse a minha mãe também.

Trago muitas lembranças da minha avó, ela era tudo em minha vida, até hoje não consigo esquecer as lembranças da minha vizinha, ela não gostava que me maltratassem, nem judiassem.

Meu ponto de beleza, é que eu me vejo uma pessoa maravilhosa, uma mulher de cabelo lindo, só não gosto quando dizem que tenho um corpo horrível, mas pra mim, meu corpo é maravilhoso. Eu amo a minha beleza, eu acho o meu nariz muito chato, mais é o meu ponto de beleza. (Onze horas/2023)

Gritos silenciosos

Eu sou, uma menina mulher, que nasceu em um século que ainda existe desigualdade, discriminação, homofobia, entre outros, embora existam mulheres que lutam contra, ainda são poucas.

Ter que superar frases ditas por pessoas que deveriam falar palavras de conforto e carinho é muito difícil.

Minhas lembranças mais fortes, é quando mandavam eu tirar fotos.

Não era pra sorrir com os dentes a mostra, o cabelo tinha que tá com pouco volume e o clássico seca a barriga até hoje povoam as minhas memórias.

Ainda tenho a sensação de ouvir a voz da minha mãe me xingando.

Palavras que feriram a minha alma.

Ainda lembro de tentar chamar a atenção da minha mãe e apanhar por isso.

Chorava tanto que soluçava!

Mãe, hoje não falo direito com você, não digo palavras de carinho ou de conforto. Se hoje eu não procuro o seu colo pra desabafar, é porque aprendi a me curar sozinha.

Mãe, eu era criança e só queria relembrar como era ter amigos.

Eu só queria brincar com ela, por isso fugia, era a nossa vizinha.

Meu maior medo é ser mãe. A dor do parto, as noites sem sono.

Se hoje, eu não quero ser mãe.

Sei que você não me queria.

Não foi culpa sua, mas por que eu me culpo por nascer?

Eu gostava de ficar na cozinha. Passava horas lá, sozinha.

Ali me dediquei a escrever e a desenhar. Eu não ia pra cozinha, apenas pra comer, era lá que eu me ajoelhava enquanto chorava.

Às vezes, lavava o banheiro ouvindo músicas e chorando. Quando sentia aquela dor alfinetar o meu coração, eu me ajoelhava pedindo a adeus pra parar.

Como falar que eu estou triste sem sentir espinhos na garganta?

Existe, tal coisa, capaz de superar a dor de quem chora em silêncio?

Por que raios guardo essa dor só pra mim/

Não. Eu não sou menino e nem quero ser. Eu gosto de fazer coisas que meninos fazem.

Não me comparem. Eu não quero ser eles.

E se eu quisesse? Qual o problema nisso? (Lírio/2023)

A escravidão acabou?

A escravidão ainda está presente nas casas de famílias brancas e ricas.

E comum, aqui em Esperantina, Piauí, ao chegar em uma casa de família, de boa condição você se deparar com uma empregada doméstica. Ela lava, cozinha, cuida dos filhos do patrão, faz tudo na casa. Na maioria das vezes, passa o dia todo, só cumprindo essas tarefas, até porque está sendo paga pra isso.

E na maioria das vezes, esta mulher, que estamos citando aqui, é NEGRA, PRETA, PARDA, de cabelo ruim.

E deplorável uma sociedade que ainda tem coragem de dizer que já passou a escravidão. (Camélia/2023)

Cartas que eu não recebi

Conseguí sobreviver a todas as dores.

Gritei dentro de mim.

Chorei.

Hoje é difícil expressar meus sentimentos.

Ser molestada quando criança, não é fácil.

Ainda saio na rua com medo de toques, olhares de qualquer homem que chega perto, principalmente os mais velhos.

Saio na rua com medo dos olhares, do estupro, dos julgamentos.

Só mais um dia sendo mulher no Século 21.

Nasci numa família que só tinha cabelos lisos. Quando criança, não sabia cuidar e chamavam muito a minha atenção, por isso, eu fazia de tudo pra deixar o cabelo menos volumoso.

E quando ia tirar fotos? Sofria muito, pois tenho diastema.

Não sorria. Seca a barriga, eu era gorda.

Seguia as ordens sem questionar, queria sair bonita nas fotos.

Hoje, com 17 anos, tento ser verdadeira comigo mesma e não fingir uma aparência que eu não tenho.

Mas, e quem ainda sofre com isso? (Lírio/2023)

Minhas Memórias

Acervo pessoal³¹



Das muitas lembranças que trago, das mulheres que influenciaram a minha formação identitária, nenhuma delas, nem de longe, passaram na TV, em jornais ou foram destaques em algum evento em minha cidade.

Uma delas, tinha curvas lindas, cintura de pilão, cabelos ralos e lisos, lábios finos, nariz pequeno, se comparado ao meu. (Vó Neguinha, representada na Fotografia do lado esquerdo, juntamente com minha

filha Luana).

Às vezes ela tinha o olhar meio perdido, que identifico com o meu. Por muitas vezes, eu a vi olhar fixamente para o nada. Hoje, eu também me perco no meu mundo, e foi minha filha Luana, que observou esse olhar de quem vê o futuro e recorda o passado ao mesmo tempo.

Das muitas histórias que a Senhora, vó Neguinha, me contava, antes de dormir, a que mais me fascinava era aquela que a Senhora fazia um buraco no meio da sala, de chão batido, e colocava o filho caçulo dentro, com uma chupeta improvisada (um pano feito trouxinha, amarrado com açúcar dentro), o entretendo, enquanto a Senhora concluía os afazeres domésticos.

Agora sei de quem herdei a criatividade.

Criar os meninos, não deve ter sido tarefa fácil. É preciso quicar, a alma no varal, para suportar todas as adversidades que a senhora enfrentou, como mulher, mãe solteira, negra, pobre, lavadeira, por volta dos anos de 1955.

³¹ Descrição da fotografia: Do lado esquerdo acima, minha mãe Luzia e abaixo minha avó Neguinha e minha filha Luana. Do lado direito acima minha avó Ana, abaixo eu, Lúcia de Fátima e ao centro minha neta Mariana, representando todas as outras mulheres que ainda vem depois de nós.

A sua pele era castigada pelo sol, pelas preocupações e muitas privações, mas trazia uma alma bonita.

E que mulher forte!

E que mulher linda!

Existia uma amor genuíno, entre nós duas, e eu me sentia privilegiada em dormir com a Senhora todas as noites.

A luz que vinha da lamparina, era fruto do seu fiar do caroço de algodão.

Do seu jeito, a senhora, sempre rezava.

No pequeno quarto, onde cabiam apenas as nossas duas redes, o que mais me encantava, era uma mala de madeira, onde a senhora guardava toda a sua história (documentos e algumas fotos).

Hoje, na minha mala, eu guardo a Senhora, a sua história, os seus ensinamentos, perpetuando o seu legado através das mulheres que vem de você através de mim.

O amor entre nós duas ainda vive, mesmo depois da sua partida.

Obrigada por tudo, vó Neguinha.

Sua neta,

Lúcia de Fátima Pereira Santos Vicente

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção destina-se a apresentação dos resultados da pesquisa, a qual buscou, como objetivo principal investigar o processo de constituição da identidade racial das alunas negras, as semelhanças e diferenças marcadas simbolicamente, a partir de outras identidades do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio.

A pesquisa apresentada, envolveu as estudantes participantes, num processo reflexivo que contribua a formação identitária de jovens negras no espaço escolar, colaborando com a promoção do autoconhecimento identitário e uma educação antirracista. Contribuindo para o desenvolvimento da identidade racial, social, histórico

político e pessoal, onde a mulher negra, é símbolo de resistência e empoderamento, problematizando com o grande desafio da escola pública brasileira, de assegurar a todos uma educação de qualidade, cumprindo o seu papel de responsabilidade social, ou seja, a formação plena do educando e a construção de uma sociedade justa e solidária, conforme determina a Constituição Brasileira em seu Art. 205 e a Lei de Diretrizes e LDB-9.394/96) (Brasil, 2010).

Com a finalidade de investigar e verificar as diferentes percepções sobre a problemática dentro do contexto de ensino e aprendizagem, a presente pesquisa teve como participantes: 15 estudantes da 3ª série do curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do CEEP Leonardo das Dores em Esperantina- PI.

Os dados coletados ao longo da pesquisa e apresentados nessa seção objetivam responder às indagações que impulsionaram esse trabalho, bem como provocar novas reflexões acerca da temática estudada. Baseando nos resultados da coleta dos instrumento (questionário) aplicado, alinhado ao arcabouço teórico que sustenta e fundamenta a pesquisa buscou-se extrair a percepção das alunas o problema norteador.

Assim, optou-se pela técnica da análise de conteúdo para se realizar a análise interpretativa das informações geradas a partir do questionário aplicado junto as participantes da pesquisa. A primeira etapa, foi caracterizada como pré-análise dos dados gerados pelos instrumentos de coleta. A segunda fase, a de exploração do material, sendo realizada a identificação das unidades de registros e as unidades de contexto. Na terceira fase foi realizado o tratamento dos dados, as inferências e as interpretações dos resultados e informações provenientes dos diferentes documentos.

A partir das respostas, analisou-se os dados com base em categorias de respostas dentro de uma perspectiva qualitativa à luz do método de análise de conteúdo de Bardin. Assim, não foi pretendido, encontrar respostas definitivas para o problema de pesquisa, mas identificar as possíveis lacunas existentes contexto e consequentemente impulsionar a realização de novos estudos sobre o tema.

4.1 Análise dos questionários e a percepção das alunas participantes

A primeira etapa da pesquisa foi correspondente à aplicação presencial de

questionários com questões abertas e fechadas com os estudantes participantes. O questionário teve a composição de 9 (nove) questões, sendo 4 (quatro) delas organizadas em escala Likert, contemplando opções que vão desde “concordo totalmente” a “discordo totalmente”, bem como 3 (três) perguntas organizadas em escala binária³² e 2 (duas) questões abertas discursivas de múltipla escolha.

A escolha da técnica de coleta justifica-se e fundamenta-se em de Gil (1999), segundo o qual, a técnica é ideal para o levantamento de informações junto a um universo de participantes com um número elevado. Sendo a abordagem junto aos estudantes a de maior número de participantes, a referida técnica contribuiu para dinamizar e agilizar a coleta de informações junto ao grupo.

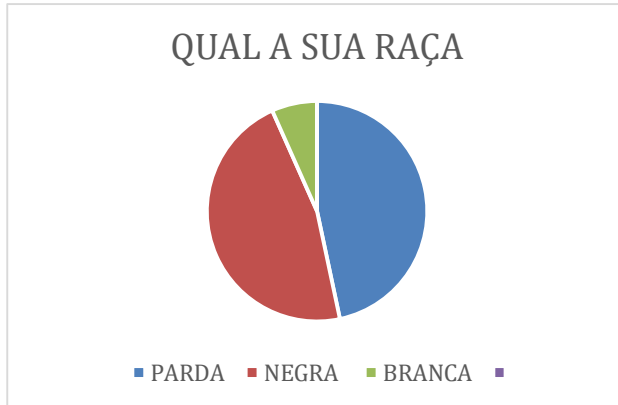
Como forma de organizar essa seção, buscou-se por apresentar e analisar os dados dos questionários em categorias de respostas dadas às perguntas no referido instrumento. Nesse sentido, analisou-se as seguintes categorias de respostas: a) identidade racial e as desigualdades sociais; b) A escola na superação das desigualdades gênero-raciais; c) referências de pessoas na formação identitária; d) conquistas e desafios na mulher negra na sociedade atual.

Nesse sentido, relacionando com o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, no decorrer da análise dos dados do referido instrumento de coleta buscou-se representar através da análise realizada as percepções das participantes sobre a problemática em questão. Assim, o referido instrumento foi utilizado como a finalidade de.

4.1.1 Percepção sobre identidade racial

A primeira e segunda, perguntas do questionário aplicado, junto as alunas participantes da pesquisa objetivaram apontar as identidades de raça da categoria. Foi feita a seguinte pergunta: “Qual a sua raça?” e “Qual sua cor”? Participaram como respondentes do questionário 15 estudantes. Da amostra em questão obteve-se os seguintes resultados:

³² Aquela em que o respondente é apresentado a um item e informa qual sua posição entre duas opções. Por exemplo, um consumidor é questionado se ficou ou não satisfeito com um serviço, sendo dada a opção de indicar ‘sim’ ou ‘não’ (Barboza et al., 2013).

Gráfico 1

Fonte: elaboração própria (2023)

Gráfico 2

Fonte: elaboração própria (2023)

No universo consultado, com relação a raça 47% se auto declaram negras, 47% pardas e negras e 7% branca. No tocante ao questionamento sobre a cor, as participantes se declararam ser 53% pardas; 40% negras e 7% branca. As duas questões apresentam significativa importância na representação da pesquisa, apesar da amostra não ser tão expressiva em número, a mesma corrobora com os dados que representam a identidade gênero-racial do povo brasileiro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2022, ano do último censo, a população brasileira foi representada por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres, números parecidos com os da amostra da pesquisa. No que se refere a divisão da população na questão raça/cor, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD também do ano de 2022, 42,8% dos brasileiros se declararam como brancos, 45,3% como pardos e 10,6% como pretos. Mais uma vez os índices locais se assemelham à relação nacional.

A questão 3 do instrumento aplicado junto aos estudantes buscou ilustrar a percepção das participantes quanto a igualdade de gênero nas diferentes práticas sociais. Com base nas respostas dadas, foi possível chegar a ao seguinte cenário, descrito no gráfico a seguir.

Gráfico 3

Fonte: elaboração própria (2023)

Apesar de não abordar os campos de possível desigualdade entre o gênero e raça, fica evidente a percepção dos estudantes acerca da desigualdade de gênero e raça na sociedade atual. Como mostra o gráfico, 40% das participantes concordam parcialmente sobre a existência de igualdade de gênero e raça. O referido percentual mostra que, mesmo de maneira insuficiente, a mulher ascendeu nas últimas décadas em alguns campos das relações sociais, entre eles o do trabalho, fato ilustrado na questão 9 dessa análise.

Outro dado significativo na questão é o que se refere à total discordância, nesse quesito 33% dos participantes afirmaram a indiferença quanto a igualdade de gênero nas práticas sociais brasileira.

Esses números explicitam o quanto a sociedade brasileira precisa avançar na equidade entre homens e mulheres. Tais resultados reforçam a ideia de que a sociedade brasileira ainda carrega consigo a herança patriarcal centrada na relação de poder atribuído ao homem. Essa discrepante noção de poder na construção social baseada na condição de gênero é reforçada por Scott (1994), o qual afirma que: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”. Essa visão patriarcal-machista embasou a sociedade brasileira,

transferindo o poder e o controle social ao gênero masculino. Isso evidencia a razão da não participação e invisibilidade social da mulher ao longo da história.

Entende-se, portanto, que a ausência ou a pequena participação feminina nas práticas sociais é o reflexo forma que cada sociedade se estruturou. A respeito da organização e funcionamento social, Bourdieu (1999), explicita o contexto de dominação masculina em todos os seguimentos sociais, enfatizando que: “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça”. Nessa perspectiva, o retrato social é explicado pela divisão expressiva entre os sexos, sendo dado ao masculino, lugar privilegiado no âmbito social, incluindo nisso o poder de decisão e consequentemente o controle sobre o a mulher.

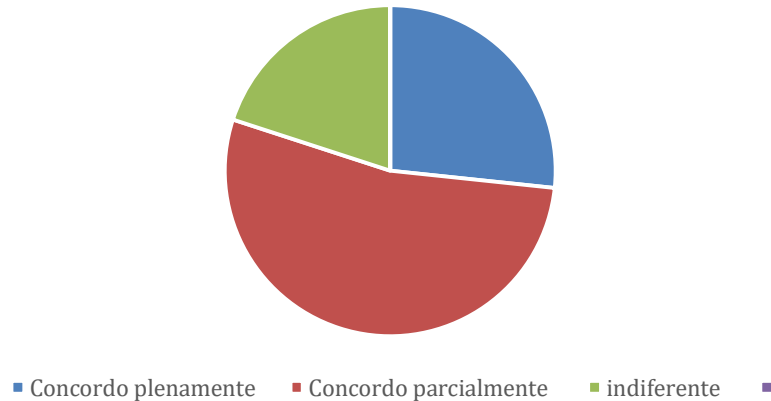
4.1.2 Percepção acerca da escola na superação das desigualdades gênero- raciais e valorização dos estereótipos negróides

A questão de número 4 do questionário aplicado junto à categoria de participantes em discussão traz a seguinte provocação: “O CEEP Leonardo das Dores, por meio do seu currículo escolar, tem cumprido o papel de discutir e refletir as questões de gênero e raça em suas práticas de ensino”. As respostas atribuídas ao item pelas estudantes foram representadas pelo gráfico a seguir.

Assim, quando questionadas sobre a atuação do CEEP Leonardo das Dores em cumprimento, ao papel de discutir as questões de gênero e raça através do currículo ofertado, as estudantes mostraram números expressivos a serem analisados. Entre os participantes da pesquisa, 27% delas concordam plenamente, quanto a atuação curricular do CEEP em face às questões gênero-raciais; em contrapartida, 53% dos participantes responderam que concordam parcialmente; somando-se a isso, 20 % das consultadas, concordam parcialmente quanto o cumprimento do papel pelo CEEP unto ao tema em questão.

Gráfico 4

O CEEP Leonardo das Dores, por meio do seu currículo escolar, tem cumprido o papel de discutir e refletir as questões de gênero e raça em suas práticas de ensino



Fonte: elaboração própria (2023)

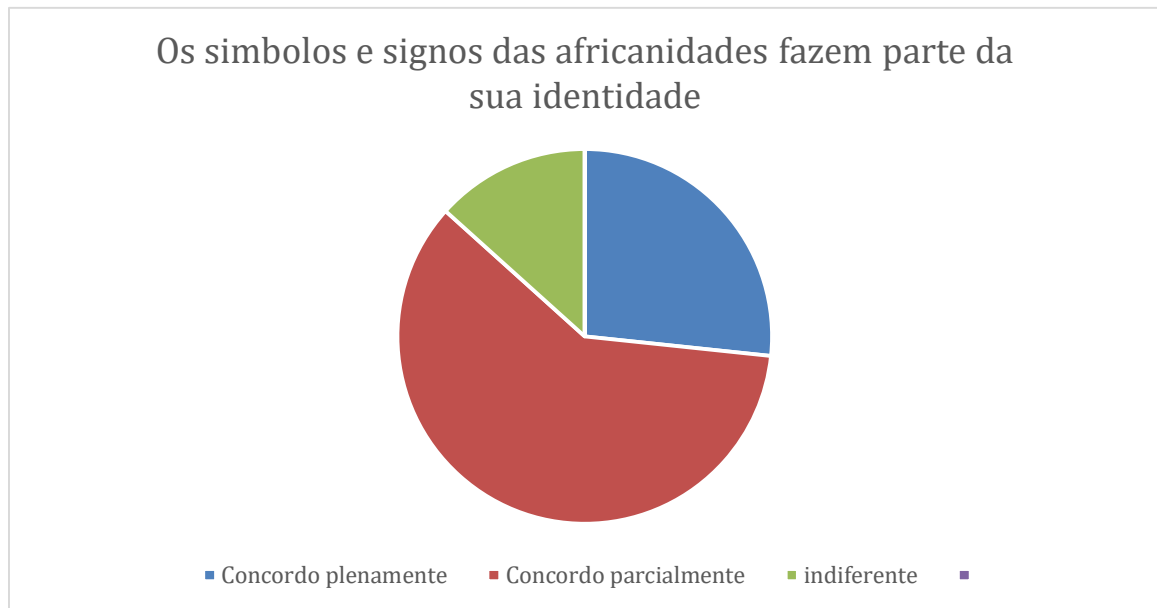
Os dados referentes à questão em discussão, pelos resultados obtidos, pedem para si uma atenção especial na sua análise, principalmente quando se observa o percentual de 53% das participantes concordarem parcialmente sobre ela, o que gera uma necessidade de se refletir sobre as ações desenvolvidas através do currículo pela instituição. Nisso evidencia-se a importância dessa pesquisa e do produto educacional gerado a partir dela, visto que, ambos buscam discutir as questões gênero-raciais no contexto das práticas educativas.

Ao analisar os resultados da pesquisa e o que se propõe enquanto instituição de ensino, percebe-se que os dois pontos se contrapõem. É preocupante que metade dos consultados acreditem parcialmente que a instituição tem cumprido seu papel de discutir e refletir sobre as demandas de cunho social, demandas essas explicitamente destacadas na missão da instituição. Essa questão se mostra, portanto, fundamental para que haja uma avaliação crítica das políticas institucionais desenvolvidas, sobretudo no âmbito do ensino e aprendizagem, onde as ações incidem diretamente sobre formação humana integral dos estudantes, na qual se incluem as demandas sociais assinaladas dessa discussão.

A provocação 5 do questionário aplicado junto as discentes versa sobre a importância da educação da História da África como o objetivo de apropriação cultural

ao detectar os símbolos e signos das africanidades como parte de suas identidade cultural. As respostas das participantes à referida questão foram detalhadas e podem ser vistas a partir do gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5



Fonte: elaboração própria (2023)

De acordo com a amostra, 27 % das estudantes concordam plenamente com a assertiva, ao passo que 60% delas concordam parcialmente, outros 13% se mostraram indiferentes em relação ao tema.

Na percepção da maior parte dos participantes, os símbolos e signos das africanidades são ferramentas que fazem parte, parcialmente, do seu cotidiano. Embora a cultura afro, através da Lei 10.639/03, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino público e privada a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tal lei, contempla reivindicações de longa data do movimento negro no Brasil. Uma notável e importante conquista que traz e provoca a discussão sobre a identidade histórica e cultural de matriz africana e afro-brasileira. Contudo, mesmo com criações de leis e avanços, os símbolos e significados africanos, estão sendo incorporados, timidamente, na cultura escolar do CEEP Leonardo das Dores.

A construção da identidade cultural, é feita sobre o entendimento sobre si, entendimento do seu corpo, a partir de suas crenças e de sua cultura.

É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2005, p. 41).

Como forma continua de descolonização, o pensamento Freiriano, nos leva a conscientização do processo histórico, como um dos papéis da educação, para a desenvolvimento da consciência coletiva, na universalização dos conhecimentos e direitos para todos.

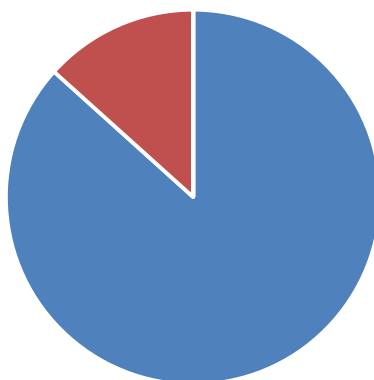
Compreender os marcadores culturais, é um processo para apropriação e construção identitária. É indispensável, o papel da escola na construção dos mesmos. As identidades não podem ser construídas em cima de relações de desigualdades, é preciso falar e pensar sobre a cultura afro, já que a escola, mesmo que de forma implícita, ainda está intimamente ligada à manutenção da invisibilidade negra.

Todavia, a mudança da realidade das desigualdades culturais e sociais dar-se-á possivelmente através do engajamento da educação junto à causa. Engajamento esse que deve assumir um caráter crítico-social, não podendo se conformar a se resumir à passividade de transmissão de conteúdos sistemáticos, muitas vezes alienantes, e alheios aos problemas sociais

QUESTÃO 6

Gráfico 6 mulheres que inspiram

Nas suas lembranças familiares, existe uma figura de mulher negra, que lhe inspirava ou ainda inspira?



■ sim ■ não ■

Fonte: elaboração própria (2023)

Na percepção da maior parte das participantes, 87% tiveram participação de mulheres negras em sua formação identitária. E apenas 13% disseram não ter a referência da mulher negra em sua formação.

A participação da mulher, especialmente negra, em uma sociedade baseada em estruturas machistas, sexista, racista e homofóbica, dotada de toda violência contra a mulher, assédios, abusos, baixos salários e invisibilidade do trabalho doméstico, precisa ser reconhecida e valorizada socialmente. Com base nas respostas das alunas, percebemos que a participação da mulher negra é fundamental no seu processo de construção identitária.

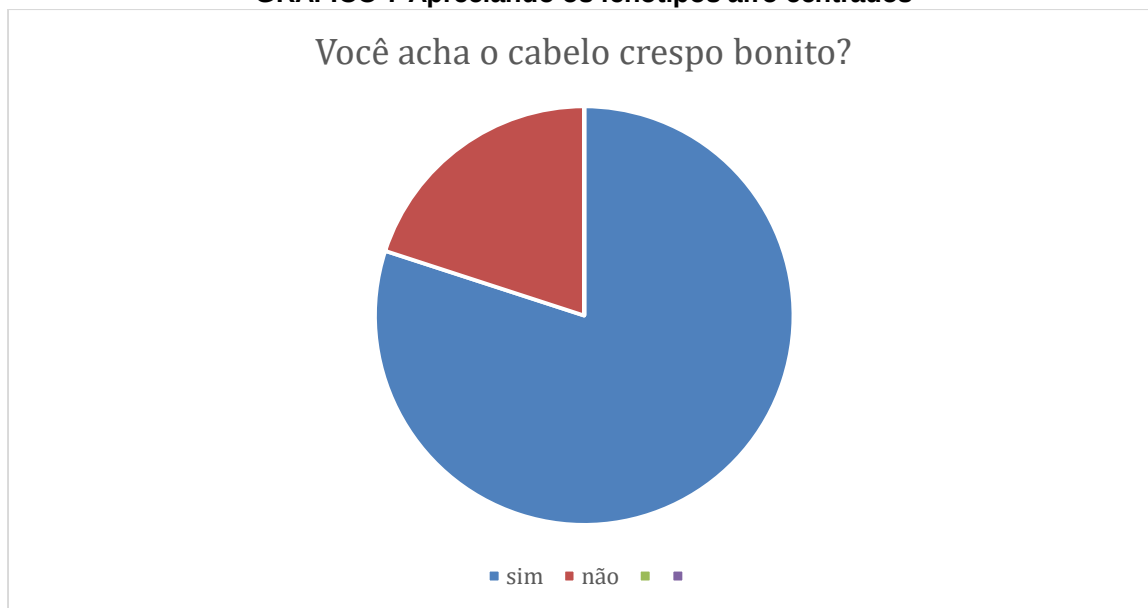
Faz-se necessário dar visibilidade a representatividade destas mulheres, como exemplo, na indústria cinematográfica, especificamente no filme *Pantera Negra* (2018), onde a cultura africana com seus valores, costumes e saberes, apresenta mulheres negras, (lindas, inteligentes, empoderadas), como protagonistas, diferentemente da representação dos arquétipos serviçais, outrora apresentados.

Para a formação de uma educação significativa de caráter humano integral, tanto as famílias quanto os educadores precisam se unir para colocar em prática ações que promovam uma educação antirracista. Promovendo o empoderamento das mulheres e estimulando o protagonismo feminino.

É papel da escola abordar temas que discutam sobre a desigualdade de gênero existente nos diferentes contextos, práticas de machismo, misoginia e a importância do empoderamento feminino, ademais de forma coletiva, todos estarão contribuindo para um futuro com mais igualdade e presença feminina em diferentes espaços. Nas palavras do educador Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

QUESTÃO 7

Como símbolo de pertencimento, a guapos sociais, o cabelo passou a ser elemento de identidade cultural, sobretudo, pelas mulheres negras. Segundo King (2015), "os cabelos são considerados em diversas culturas como elementos marcantes da construção da beleza feminina", fornecendo informações sobre as características de cada indivíduo.

GRÁFICO 7 Apreciando os fenótipos afro centrados

Elaboração própria (2023)

Definido por muitos como “a moldura do rosto”, o cabelo pode dar informações sobre as origens, pertencimentos a grupos sociais e hábitos de uma pessoa, aproximando ou afastando indivíduos enquanto elementos de identidade corporal. Eles possuem uma grande capacidade de expressão simbólica, vinculados a um contexto sociocultural (King 2015, p.8)

Das participantes da pesquisa 80% acham o cabelo crespo bonito, e 20% não. O corpo negro carrega estigmas e preconceitos advindos das violentas e cruéis imposições feitas aos escravos, como por exemplo, a raspagem dos cabelos. Como diz Gomes (2002), deixava os com o sentimento de mutilação, pois para estes, o cabelo era associado à sua identidade e dignidade

O corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma delas[...] É um dos elementos mais visíveis e destacados do rosto. Em todo e qualquer grupo étnico ele é tratado e manipulado, todavia a sua simbologia difere de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como símbolo identitário. (Gomes ,2003, p.8)

Segundo os dados do Google BrandLab³³ as pesquisas na internet relacionadas a cabelos cacheados superaram as buscas por cabelos lisos no Brasil, apontando um crescimento de 232% no interesse por cabelos cacheados no último ano e 309% nas pesquisas por cabelos afro nos últimos dois anos. O estudo aponta ainda que 24% das mulheres de 18 a 24 anos reconhecem seu cabelo como cacheado. Porém, quanto mais avançada é a idade da mulher, mais difícil assumir os fios naturais.

Dada estas informações, fica evidente, o quanto o cabelo faz parte da identidade feminina, seja liso ou cacheado, crespo ou ondulado, natural ou colorido, o cabelo é um dos principais motivos para você se sentir bem com a sua aparência e gerar autoconfiança.

4.1.3 A mulher negra como referência

As questões analisadas a seguir, ao contrário das anteriores de múltipla escolha, apresentam-se de maneira discursiva dando espaço à livre exposição de ideias dos participantes. Para fins de análise, optou-se por apresentá-las através de quadros sínteses, os quais resumem as categorias de respostas mais frequentes ao longo de todo o levantamento. Penso que nas questões discursivas você precisa trazer elementos dos seus objetivos específicos

A primeira questão discursiva analisada -se às conquistas alcançadas pela mulher negra no contexto social vigente. Com base na incidência de das respostas dadas, foram selecionadas as de maior frequência para que se analise sua aderência à problemática em discussão. A partir da análise das respostas dadas pelos estudantes, pôde-se resumir a amostra através do quadro a seguir

³³ O Dossiê BrandLab traz um panorama do que o brasileiro anda buscando sobre o tema diversidades, os maiores porta-vozes do assunto no YouTube plataforma de vídeos online na internet). Acesse pelo site: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/futuro-do-marketing/gestao-e-cultura-organizacional/diversidade-e-inclusao/dossie-brandlab-diversidade/>

Quadro 6 Conquistas das mulheres negras

Na sua opinião, considerando o contexto social vigente, qual ou quais são as maiores conquistas da mulher negra na sociedade contemporânea?		
<i>Índice de ocorrência</i>	<i>Conceito de resposta</i>	<i>Indicador de frequência</i>
1º	Direito ao voto	11 vezes
2º	Direito ao trabalho remunerado	10 vezes
3º	Direito ao Divorcio	8 vezes
4º	Direito de liberdade de Expressão	6 vezes

Fonte: elaboração própria (2023)

Observando o quadro em questão, percebe-se que a educação não foi apontada entre as participantes, sendo ela, direito fundamental para a conquista e concretização dos demais. Como já observou Libâneo (2012), a educação é um fator de realização da cidadania na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social. Assim, é a partir do acesso à educação igualitária, e não discriminatória, que se criam os espaços e as oportunidades sociais, incluindo nisso o direito ao voto, que por sua vez gera participação política, assim como mais espaço no mercado de trabalho.

Fora de uma ordem hierárquica, as conquistas destacadas são importantíssimas para a construção da equidade de gênero e raça nas diferentes relações sociais. Tais conquistas são frutos de décadas de luta por parte das mulheres, apesar de ainda não ser suficiente para superar o conceito ultrapassado de ordem social apresentado por Bourdieu (1999). Esse, explicita que a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina. Isso explica todo o contexto de dominação masculina em todos os seguimentos sociais, o que por sua vez suprimiu da mulher direitos tão fundamentais.

Apesar das conquistas alcançadas pela mulher negra, a qual ainda sofre sérios problemas de ordem social, alguns deles sendo ramificações das próprias conquistas. É sobre isso, os problemas e desafios da mulher negra na sociedade atual que a última questão trabalhada aborda. Como forma de se resumir a percepção dos participantes sobre a questão, elaborou-se o quadro a seguir. Esse quadro vem cumprir qual objetivo da pesquisa?

Quadro 7 Problemas e desafios enfrentados pela mulher negra

Na sua visão, qual ou quais são os maiores problemas e/ou desafios enfrentados pela mulher negra na sociedade brasileira atualmente?		
<i>Índice de ocorrência</i>	<i>Conceito de resposta</i>	<i>Indicador de frequência</i>
1º	Preconceito racial	12 vezes
2º	Preconceito de gênero	6 vezes
3º	Machismo	6 vezes
4º	Assédio	6 vezes

Fonte: elaboração própria (2023)

Na percepção das estudantes participantes, o grande problema da mulher negra hoje, ao assumir a sua identidade racial, é ainda o preconceito racial, a resposta apareceu 12 vezes ao longo do questionário, seguido pelo preconceito de gênero, o machismo, e assédio indicado por 6 vezes pelas participantes. São problemas que se arrastam por séculos na história da sociedade brasileira, e mesmo em pleno século XXI, aparece de forma tão evidente. Além da exclusão que sofre a mulher negra por conta da sua condição gênero-racial, a mesma ainda é vítima das mais diferentes formas de violências, desde a doméstica (física e psicológica), que na maioria das vezes é praticada pelos próprios companheiros, até a violência sexual, a qual tira o direito sobre o próprio corpo.

Mesmo tendo conquistado um espaço considerável na sociedade, a mulher negra está longe de alcançar a equidade em relação ao gênero masculino e até mesmo as suas semelhantes brancas. Isso se evidencia nas relações de trabalho, onde os homens, incluindo nisso homens negros, ocupam a maior parcela no mercado de trabalho, sendo deles a maior parte dos cargos de liderança.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no segundo trimestre de 2022, o índice geral de desemprego registrado foi de 9,3%, sendo que, entre as mulheres negras o indicador foi de 13,9%, em contrapartida, os números caem para 6,1% para os homens. Ainda de acordo com dados do IBGE, as mulheres negras ocupam atualmente apenas 2,1% dos cargos de chefia, enquanto as mulheres brancas dobram esse percentual, ocupam 4,7% dos cargos.

No que tange à diferença salarial, dados da Fundação Getúlio Vargas (FVG), apontam que nos últimos 11 anos a diferença salarial entre homens e mulheres saiu de 33,4% para 23,4%, um decréscimo de 10 pontos percentuais. Entretanto, 50% das mulheres negras encontram-se em condições funcionais de emprego ou subemprego, sendo que 10% das mulheres negras encontram-se entre as mais pobres, um número preocupante, visto que, 55,8% da população brasileira é de maioria negra. A inquietação dos estudantes endossada pelo número divulgados reforçam a necessidade de se desenvolver políticas, inclusive educacionais, para erradicar a discrepância gênero-racial nas diferentes relações sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada, teve como fomento, a ideia de investigar a formação identitária de jovens negras no espaço escolar, colaborando com a promoção do autoconhecimento identitário e uma educação antirracista. Difundindo conhecimentos, atitudes, posturas e valores, africanos e afro-brasileiros, no sentido de educar cidadãos quanto a pluralidade étnicorracial, para torná-los capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos a legalidade de seus direitos, e a extrema valorização das suas identidades, de forma a buscar certa consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004).

A pesquisa possibilitou, as estudantes, um novo olhar a respeito da valorização dos corpos negros e seus fenotípicos, promoveu autoconhecimento identitário, melhorando a autoestima, e a participação das estudantes negras, no processo de ensino aprendizagem. O processo da construção identitária dessas alunas, foi reforçado positivamente, quando se apresentou, mulheres negras, que contribuíram e contribuem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao se verem representadas em “figuras de destaque” na grande mídia, o olhar sobre si mesmas, se renova e abre espaço para a possibilidade de sonhar.

Nessa perspectiva, possibilita se a abertura para novas discussões acadêmicas, instigando novas produções teóricas com o objetivo de estudos sobre africanidades, identidades e relações etnicorraciais voltadas para uma educação antirracista,

avanzando na implementação, regulamentação, cumprimento da Lei no 10. 639/2003 tão urgente no nosso dia a dia.

Conhecer a História, pelas mãos, falas e memórias dos escravizados, é de suma importância, para a valorização e respeito, das africanidades presentes na sociedade brasileira. A pesquisa apontou, a participação significativa, da mulher negra na formação da sociedade brasileira e na formação identitária das discentes pesquisadas.

Na investigação pela formação identitária das alunas negras do CEEP Leonardo das Dores, optei por uma abordagem do tipo qualitativa, participativa privilegiando a realização de questionário com perguntas fechadas e subjetivas, dando espaço a reflexão crítica às participantes.

Baseado nos resultados da coleta do instrumento aplicado, questionário alinhado ao arcabouço teórico que sustentou e fundamentou esta pesquisa, pode-se analisar a percepção das estudantes participantes, sobre o problema norteador. Sendo assim, as respostas foram examinadas a partir de perspectiva do método de análise de conteúdo de Bardin, com isso não esperava encontrar respostas definitivas para o problema de pesquisa. Mas identificar as possíveis lacunas existentes, dentro do contexto, e consequentemente impulsionar a realização de novos estudos sobre o tema partir do levantamento realizado.

A pesquisa apontou que, apesar da condição de invisibilidade social imposta à mulher negra ao longo da história, as mesmas alcançaram importantes conquistas de representação social, como o direito ao voto, direito ao divórcio, participação no mercado de trabalho, direito de liberdade de expressão, dentre elas, citamos o cabelo afro como forma de expressão identitária.

Assim, por meio desta pesquisa, deu-se uma maior visibilidade às mulheres negras, gerando referências na formação identitária, para jovens negras, pois o trabalho centra na questão da representatividade e empoderamento feminino negro.

Ao que concerne ao espaço escolar, foi analisado que, o mesmo ainda é tímido nas contribuições para o processo de construção identitária das jovens estudantes negras, que constroem-se, fundamentalmente a partir das suas interações e relações sociais.

Também foi pontuado, a importância da educação antirracista dentro da educação profissional e tecnológica, como um instrumento de combate às desigualdades e construção de uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido, o espaço escolar consiste no lugar de socialização, discussão e esclarecimentos no processo de construção das identidades das jovens estudantes. Sendo assim, para além da conscientização da importância de se desenvolver a proposta da lei 10639/03, cabe à escola contribuir para a formação identitária racial-cultural, de forma positiva, antirracista e antipreconceituosa, e até mesmo incentivar discussões acerca desse tema que é tão importante e urgente.

Através da prática da escrevivência, ressignificamos nossas histórias, nos orgulhando de cada uma delas. Mergulhar nesta prática foi revisitar a memória, as nossas ancestralidades e redescobrir as identidades que foram desfiguradas durante anos de história e que nos fizeram construir uma visão deturpada de quem nós somos.

E foi assim, Escrevivendo, que vamos formando as identidades, aprendendo e discutindo sobre a dominação hegemônica europeia, sobre a escravização dos corpos negros, que foram coisificados por uma sociedade racista como objetos, máquinas de trabalho, como algo descartável e estereotipado. Então, aos poucos, vamos nos projetando em novos espelhos, com novos olhares, reconstruindo a nossa identidade de raça, pensando em nossas trajetórias e nas rotas dos povos ao qual estamos vinculados, dando visibilidade àqueles que vieram antes de nós, mas que ainda se fazem presentes.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Thales. (1964) **Mestiçagem e status no Brasil**. Coimbra, Coimbra Graf.
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Enfrentando Preconceitos**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997
- BAUMGÄRTEL, StephanArnulf; SANTOS, Adriana Patrícia. Dos guetos que habito: negritudes em procedimentos poéticos cênicos. Revista Urdimento, v.1, n.24, p.28-41, 2015

BENTO Maria Aparecida Silva, Iray Carone, Branqueamento e branquitude no Brasil In: Psicologia social do racismo – **estudos sobre branquitude e branqueamento** no Brasil / (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc (1998). "Sur les Ruses de la Raison Impérialiste". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°s 121-122, pp. 109-118.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e**
BRASIL. Constituição Federal de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:< [www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.** Brasília:
BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa.** Brasília,

CARVALHO, Arlon Andrade, C331g O gênero, a cor e a voz da resistência: **interdisciplinaridade e poesia na educação profissional e tecnológica** / Arlon Andrade Carvalho, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, Joselma Ferreira Lima e Silva. - Teresina: IFPI, 2023.67p.: il. color.

CASTELLS Manuel. **O poder da identidade:** a era da informação. Vol. 2 - tradução Klauss Brandini. Gerhardt. - 9ª ed. rev. ampl. - São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. Clóvis Moura. Legendas de Miriam N. Ferrara. São Paulo

CAVALLEIRO, Eliane (org.). Discriminação Racial e pluralismo em Escolas Públicas da Cidade de São Paulo. In: SECAD/MEC. **Educação Antirracista:** Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, 2005, p. 65-104.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. **Racismo e antirracismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160

CEIA, Carlos s.v. "Abjeção", **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, 2010.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Parecer às Diretrizes Curriculares Nacionais para a **Educação das relações Étnicos Raciais** e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana. CNE. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2005

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. CONCEIÇÃO, Helenise da Cruz. A construção da identidade afrodescendente. Revista África e africanidades- ano 2; n 8, fev. 2010- ISSN 1983-2354

CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. Revista Ágora, Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX (In) ROMÃO Jeruse

(Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

CUNHA Jr.; Henrique. Pesquisas Educacionais em Temas de Interesse dos Afrodescendentes. In: LIMA, Ivan Costa et al.(Org.). **Os Negros e a Escola Brasileira**. n. 6. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/ NEN, 1999.

CUNHA JUNIOR, H. **Tecnologia africana na formação brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2010

CUNHA, Perses M. da. **Da senzala à sala de aula**: como o negro chegou à escola, 1999;

DAVIS Ângela; **Mulheres, raça e classe**; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. SEF, 1997.

EVARISTO, Conceição, 1946- **Becos da memória** [livro eletrônico] / Conceição Evaristo. -- 3. ed. -- Rio de Janeiro : Pallas, 2018. ePUB

EVARISTO, Conceição. (2009). **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. *Scripta*. v.13, n.25, p. 17-31 [[Links](#)]

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas Brasileiras**: Teorias, Práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007

EVARISTO, Conceição. **Depoimento** cedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>

FERREIRA, Ricardo Franklin. Afrodescendente - **Identidade em Construção**. São Paulo: EDUC/Rio de Janeiro: Pallas, 2000

FONSECA, M. V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira; **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 7, n. 1 [13], p. 11-50,

FONSECA, Marcus Vinicius. **As primeiras práticas educacionais com características modernas**. Rio de Janeiro: Fundação Ford/ANPED, 2000.

Fontes orais EVARISTO, Conceição. Depoimento. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, 30 set. 2010. _____. Depoimento. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, 15 jan. 2013.

FREIRE, G.G.G.; GUERRINI, D.; DUTRA, A. O Mestrado Profissional em Ensino e os Produtos Educacionais: **A Pesquisa na Formação Docente**. Revista Porto das Letras, v. 2, p. 100-114, 2016

FREIRE, P. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (org.); **Pesquisa Participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo, **Educação como prática de liberdade**, Paz e Terra, 27ª Edição, Rio de Janeiro, 2003.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS e Ferreira, **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 9, n. 2, 2001.

FREITAS, H.M., CUNHA, M, V.M., Jr., & MOSCAROLA, J (1997) Aplicação de sistemas de software para auxílio na **análise de conteúdo**. Revista de Administração da USP, 32(3),97-109.

FREYRE, Gilberto. (1999) **Casagrande & senzala** 1ª edição 1933. São Paulo/Rio de Janeiro, Record. Palmares, 2006

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. São Paulo: Global, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012

GABARRÓN, L. R.; LANDA, L. H. O que é a pesquisa participante? In. BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (org.) **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES Nilma · 1996 cadernos pagu (6-7) 1996: pp.67-82. **Educação, Raça E Gênero**: Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, em abril de 1996

GOMES, Ana Beatriz S.; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Educação e Afrodescendência**. Fortaleza: Ed. UFC, 2008 GOMES, Ana Beatriz S. Universidade, Universalidade e Especificidade dos afrodescendentes.

GOMES, Nilma L. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos** de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002

GOMES, Nilma Lino, Educação, identidade negra e formação de professores/as: **um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria: Revista de Estudos de Literatura (UFMG), Belo Horizonte, n.9, p. 38-47, 2002.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Negros e Educação no Brasil**. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. O Jogo das diferenças: **O Multiculturalismo e seus Contextos**. Belo Horizonte - MG: Autêntica CORREA, Silvio M. de

GONZALES, Lélia. A categoria político cultural de Amefricanidade. Revista TB. Rio de Janeiro, 92/93: 47/68. Jan., Jun., 1988.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. Lélia Gonzalez em primeira pessoa... São Paulo: UCPA; Diáspora Africana, 2018.

_____. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: Ciências Sociais Hoje, Revista da Anpocs, São Paulo, n.2, pp.223-244, 1983.

GUIMARÃES, Antônio S. (2001). **"Nacionalidade e Novas Identidades Raciais no Brasil: Uma Hipótese de Trabalho"**. In J. Souza (org.), *Democracia Hoje*. Brasília, Ed. UnB.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (1995) **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos, São Paulo, (43): 26-44.

_____. (2000) **Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho**. São Paulo, manuscrito inédito

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: **A educação como prática da liberdade**. 2ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. ISBN 978-85-7827-703-1

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil** – 2ª edição, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023 <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>

IBGE - https://www.ibge.gov.brhttps://educa.ibge.gov.br/images/educa/jovens/materias-especiais/jovens_grafico_005.png

JESUS, Carolina M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 2014. 200p. São Paulo: Ática. [[Links](#)], 2004.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (org.), *Pistas do método da cartografia: **Pesquisa intervenção e produção de subjetividade*** (pp. 32-51). Porto Alegre: Sulina, 2012.

KILOMBA, Grada. **A máscara**. Trad. Jessica Oliveira de Jesus. In. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 171-180, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** – episódios de Racismo Cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LE BOTERF, G. (1984). Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In C. R. Brandão (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

LIMA, Maria Batista. **Afrodescendência e Prática Pedagógica** nos 500 anos de Brasil. *Revista Hora de Estudo*. Aracaju - SE: Secretaria Municipal de Aracaju, dez./2000. Edição Especial, p. 53-62.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. [tradução Newton Ramos de Oliveira]. Campinas, Alínea, 2007.

MEMÓRIA DA IMPRENSA. Jornais da “imprensa negra” em São Paulo - 1904 a 1963. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/hemeroteca> digitalizado. Acesso em:

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a **educação das relações etnicorraciais** e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana Brasília. 2004 Disponível em: <<http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/diretrizes.pdf>>.

Ministério da Educação; **Historic da EPT**; 2018; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>

KAUFMANN, Jean-Claude. *A invenção de si: Uma teoria da Identidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (2. v.)

MORAES, Roque, GALIAZZI, Maria do Carmo, RAMOS, Maurivan Güntzel. Pesquisa em sala de aula: fundamentos e pressupostos. In: MORAES, Roque, LIMA, Valderéz M. do R. *Pesquisa em sala de aula: **tendências para a educação em novos tempos***. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002

MOURA, Clóvis. *A Imprensa Negra em São Paulo*. In.: *Imprensa Negra. Estudo Crítico de MULLER, Maria Lúcia R. Professoras negras na primeira República*, 1999; CUNHA, Lídia N. *Educação, modernização e afrodescendentes: 1920-1936*, 1999

MUNANGA, Kabengele **Negritude: usos e sentidos** / Kabengele Munanga. -3. ed.-1. Reimp.– Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. – (Coleção Cultura Negra e Identidades)

MUNANGA, Kabengele. (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo, Edusp, 1996

MUNANGA, Kabengele. **Políticas Afirmativas em Benefício da População Negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronília; SILVÉRIO, Valter Roberto. Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil** - Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Palestra proferida, n. 3º, p. 1-17, 2004
Disponível em: [biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_Uma Abordagem Conceitual Das Noções De Raça Racismo Identidade E Etnia.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_Uma%20Abordagem%20Conceitual%20Das%20Noções%20De%20Raça%20Racismo%20Identidade%20E%20Etnia.pdf).

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVA Anderson Ribeiro, **História da África nos bancos escolares**. Representações e imprecisões na literatura didática, Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421-461.

OLIVEIRA, Dennis de Dennis de Oliveira. **Racismo estrutural**: Uma Perspectiva Histórico-Crítica / -- 1. ed. -- São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, L. (coord.) **Relações raciais no Brasil**: alguns determinantes. Niterói: Intertexto/UFF: 1999.

PEREIRA, J. P. **Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania**. In: NASCIMENTO T. A.Q. R. do et al. Memória da educação. Campinas-SP: EDUNICAMP, 1999.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento Negro e educação do negro**: a ênfase na identidade. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 86, ago. 1993. PILETTI, N.;

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: educação: 2018. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acessado: 18/02/2013.

POLLAK, Michael. **Memoria, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M. A. DE P. E. Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. **Cadernos de Educação**, n. 30, 11

SANTOS, Inaicyra Falcão. **Dança e pluralidade cultural: corpo e ancestralidade.** Revista múltiplas leituras, Santa Catarina, v.2, n.1, p. 31-38, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo, Cia. das Letras, 1993, pp. 43- 66

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Neusa Santos; **Tornar se Negro:** As vicissitudes das necessidades do negro brasileiro e em Ascensão social, edições Graal, 1983.

SOUZA, N. S. 2021. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro** em ascensão social Rio de Janeiro: Zahar 171p.**suas tecnologias.** Brasília: MEC, 2000.

SOUZA, N. S. 1999. **A Psicose: um estudo lacaniano** Rio de Janeiro: Revinter.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da Educação e da Civilização: **Origens dos Grupos Escolares No Brasil.** In: SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Século XIX. São Paulo: Autores Associados, 1998.

SOUZA. **O negro e a historiografia brasileira.** Revista Ágora, Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000

STRAUSS, Anselm; COBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2ª edição – Porto Alegre: Artmed, 2008.

UNESP. Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. In: Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_da_Indignação%C3%A7%C3%A3o.pdf. A

WEBER, F. (2009). **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?** Horizontes Antropológicos, 15(32), 157-170. doi:10.1590/S0104-71832009000200007

WOORDWARD, K. **Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual.** In. SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Violence against women prevalence estimates. Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non- -partner sexual violence against women. Geneva: World Health Organization, p. 2021, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>. Acesso em: 27 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. World Health Organization, 2005. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43309>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 1998

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário para as alunas participantes da pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como as alunas da 3ª série, do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, percebem o processo de constituição de suas identidades raciais, as semelhanças e diferenças marcadas simbolicamente, a partir de outras identidades.

As perguntas foram elaboradas com fins de provocar nas discentes reflexões sobre as assimetrias sociais e subjetivas, intencionando que elas e eles pudessem pensar de forma crítica sobre a raça, a mulher preta e seu lugar na sociedade contemporânea, associando o seu presente com o passado. Com isso ressaltamos a importância de oportunizar a todas e todos um ensino antirracista

O Questionário possui 10 questões e respondê-lo pode exigir de 10 a 15 minutos, sendo que suas respostas serão coletadas no anonimato e, portanto, não será possível identificar o autor das respostas. Sua participação nesta pesquisa é muito importante para nós, pois desejamos reunir o máximo de informações dos discentes participantes.

1 – Qual a sua raça?

() masculino

() feminino

() outro

() não declarado

2 – Qual a sua cor?

() branca

() indígena

() preta

() parda

() amarela

3 - Na atual conjuntura vivenciada pela sociedade brasileira existe igualdade de gênero e raça nas diferentes práticas sociais.

() Concordo plenamente

() Concordo parcialmente

() Indiferente

4 – O CEEP Leonardo das Dores, por meio do seu currículo escolar, tem cumprido o papel de discutir e refletir as questões de gênero e raça em suas práticas de ensino.

- ☐) Concordo plenamente
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Indiferente

5 - Os símbolos e signos das africanidades fazem parte de sua identidade.

- ☐) Concordo plenamente
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Indiferente

6- Nas suas lembranças familiares, existe uma figura de mulher negra, que lhe inspirava ou ainda inspira?

- ☐) sim
- ☐) Não

7) Você acha o cabelo crespo bonito?

- ☐) sim
- ☐) Não

8) Você tem preferência de raça/cor na escolha de parceiro(a) amoroso(as)?

- ☐) sim
- ☐) Não

9– Na sua opinião, considerando o contexto social vigente, qual ou quais são as maiores conquistas da mulher negra na sociedade contemporânea?

10 – Na sua visão, qual ou quais são os maiores problemas e/ou desafios enfrentados pela mulher negra na sociedade brasileira atualmente.

Apêndice 2: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TALE MENOR DE 18 ANOS

Prezada participante.

Voce sendo convidada a participar como voluntária do projeto de pesquisa “Revisitar memórias para construir novas histórias. Um estudo sobre a construção da identidade racial das alunas negras da 3ª série do Centro de Educação Estadual Profissionalizante (CEEP) Leonardo das Dores /Esperantina-PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Raquel da Costa. O projeto tem como objetivo compreender como estas alunas percebem a construção de suas identidades de raça, analisando as relações construídas no ambiente escolar, através das diferenças e semelhanças fenotípicas caracterizadores das diferenças raciais, conforme estabelece o item IV.3.a da Resolução CNS Nº 466/2012).

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos ao senhor(a), e se dará por meio de relatos de experiências da sua percepção e construção identitária. Esses relatos se darão em encontros com a pesquisadora, com duração aproximada de 60 minutos cada, que guiará a entrevista. Será solicitada a autorização para gravação da sua fala, preservando a sua confidencialidade por meio de codinomes, a fim de assegurar a proteção da sua imagem, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Estas precauções visam minimizar riscos decorrentes da sua participação na pesquisa.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa são. Nesta pesquisa, os riscos para a Senhorita podem ser o constrangimento em relatar suas vivências, um possível sentimento de invasão de privacidade; a resposta a questões que podem ser interpretadas como sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar seu tempo ao responder a entrevista. As estratégias para minimização destes riscos são: a garantia de confidencialidade durante todo o processo a partir do uso de codinomes ou códigos para identificar as transcrições das entrevistas; a abordagem cuidadosa durante as entrevistas e o aceite tranquilo dos pesquisadores à recusa em participar da pesquisa a qualquer momento. Conforme estabelece o item IV.3.b da Resolução CNS Nº 466/2012.

Se O Senhor(a) autorizar a participação do aluno(a), contribuirá com a oportunidade de tornar públicos relatos de vivências que podem ser comuns a outras alunas as em situações sociais similares, contribuindo para a elaboração e avaliação de políticas públicas e seu alcance. Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer

momento, sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a) (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.d)

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável (Resolução CNS Nº 466/2012 - item IV.3.e). Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2). Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.h, IV.4.c e V.7).

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com o pesquisador responsável **Francisca Raquel da Costa** pelo telefone/celular (86) 999141237 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail raquel.costa@ifpi.edu.br. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se mesmo assim as dúvidas persistirem, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; 3º andar do bloco 03, sala II – do lado Oeste; com atendimento ao público de segunda à sexta-feira das 8h às 12h, ou pelo e-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pelo(a) senhor(a)/ representante legal (se houver participante menor de idade), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que a participação do meu/minha filho/filha nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informados(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável, Lúcia de Fátima Pereira Santos Vicente, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a participação do meu/minha filho/filha no projeto de pesquisa acima descrito.

Esperantina- PI, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) participante
RG / CPF

Assinatura do(a) responsável
RG / CPF

Assinatura do pesquisador responsável
RG / CPF

Apêndice 2: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TALE MAIOR DE 18 ANOS

Prezada participante.

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa “Revisitar memórias para construir novas histórias. Um estudo sobre a construção da identidade racial das alunas negras da 3ª série do Centro de Educação Estadual Profissionalizante (CEEP) Leonardo das Dores /Esperantina-PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Raquel da Costa. O projeto tem como objetivo compreender como estas alunas percebem a construção de suas identidades de raça, analisando as relações construídas no ambiente escolar, através das diferenças e semelhanças fenotípicas caracterizadores das diferenças raciais, conforme estabelece o item IV.3.a da Resolução CNS Nº 466/2012).

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos ao senhor(a), e se dará por meio de relatos de experiências da sua percepção e construção identitária. Esses relatos se darão em encontros com a pesquisadora, com duração aproximada de 60 minutos cada, que guiará a entrevista. Será solicitada a autorização para gravação da sua fala, preservando a sua confidencialidade por meio de codinomes, a fim de assegurar a proteção da sua imagem, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Estas precauções visam minimizar riscos decorrentes da sua participação na pesquisa.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa são. Nesta pesquisa, os riscos para o/a Senhor/a podem ser o constrangimento em relatar suas vivências, um possível sentimento de invasão de privacidade; a resposta a questões que podem ser interpretadas como sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar seu tempo ao responder a entrevista. As estratégias para minimização destes riscos são: a garantia de confidencialidade durante todo o processo a partir do uso de codinomes ou códigos para identificar as transcrições das entrevistas; a abordagem cuidadosa durante as entrevistas e o aceite tranquilo dos pesquisadores à recusa em participar da pesquisa a qualquer momento. Conforme estabelece o item IV.3.b da Resolução CNS Nº 466/2012.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá com a oportunidade de tornar públicos relatos de vivências que podem ser comuns a outras alunas as em situações sociais similares, contribuindo para a elaboração e avaliação de políticas públicas e seu alcance. Contudo, pode

se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a) (Resolução CNS Nº 466/2012- itens IV.3.d)

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável (Resolução CNS Nº 466/2012 - item IV.3.e). Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2). Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.h, IV.4.c e V.7).

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com o pesquisador responsável **Francisca Raquel da Costa** pelo telefone/celular (86) 999141237 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail raquel.costa@ifpi.edu.br. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se mesmo assim as dúvidas persistirem, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; 3º andar do bloco 03, sala II – do lado Oeste; com atendimento ao público de segunda à sexta-feira das 8h às 12h, ou pelo e-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pelo(a) senhor(a)/representante legal (se houver participante menor de idade), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que a participação do meu/minha filho/filha nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informados(a) e esclarecido(a), pela pesquisadora responsável, Lúcia de Fátima Pereira Santos Vicente, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, portanto, que concordo com a participação do meu/minha filho/filha no projeto de pesquisa acima descrito.

Esperantina - PI, ____de ____de 2023.

Assinatura do(a) participante RG / CPF

Assinatura do pesquisador responsável RG / CPF

Assinatura do pesquisador participante RG / CPF

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria 654/2017
Resolução CONIF/IFPI nº 074/2018

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

MENOR DE 18 ANOS

O(A) S.r. (a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa “Revisitar memórias para construir novas histórias. Um estudo sobre a construção da identidade racial das alunas negras da 3ª série do Centro de Educação Estadual Profissionalizante (CEEP) Leonardo das Dores /Esperantina-PI, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Raquel da Costa. O projeto tem como objetivo compreender como estas alunas percebem a construção de suas identidades de raça, analisando as relações construídas no ambiente escolar, através das diferenças e semelhanças fenotípicas caracterizadores das diferenças raciais, conforme estabelece o item IV.3.a da Resolução CNS Nº 466/2012).

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos ao senhor(a), e se dará por meio de relatos de experiências da sua percepção e construção identitária. Esses relatos se darão em encontros com a pesquisadora, com duração aproximada de 60 minutos cada, que guiará a entrevista. Será solicitada a autorização para gravação da sua fala, preservando a sua confidencialidade por meio de codinomes, a fim de assegurar a proteção da sua imagem, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Estas precauções visam minimizar riscos decorrentes da sua participação na pesquisa.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa são. Nesta pesquisa, os riscos para o/a Senhor/a podem ser o constrangimento em relatar suas vivências, um possível sentimento de invasão de privacidade; a resposta a questões que podem ser interpretadas como sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar seu tempo ao responder a entrevista. As estratégias para minimização destes riscos são: a garantia de confidencialidade durante todo o processo a partir do uso de codinomes ou códigos para identificar as transcrições das entrevistas; a abordagem cuidadosa durante as entrevistas e o aceite tranquilo dos pesquisadores à recusa em participar da pesquisa a qualquer momento. Conforme estabelece o item IV.3.b da Resolução CNS Nº 466/2012.

Se o(a) senhor(a) autorizar a participação do aluno(a), contribuirá com a oportunidade de tornar públicos relatos de vivências que podem ser comuns a outras

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Parnaíba

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria 654/2017
Resolução CONIF/IFPI nº 074/2018

alunas as em situações sociais similares, contribuindo para a elaboração e avaliação de políticas públicas e seu alcance. Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a) (Resolução CNS Nº 466/2012- itens IV.3 Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável (Resolução CNS Nº 466/2012 - item IV.3.e). Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2). Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.h, IV.4.c e V.7).

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com o pesquisador responsável **Francisca Raquel da Costa** pelo telefone/celular (86) 999141237 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail raquel.costa@ifpi.edu.br. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se mesmo assim as dúvidas persistirem, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAR (CEP/UFDPAR), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; 3º andar do bloco 03, sala II – do lado Oeste; com atendimento ao público de segunda à sexta-feira das 8h às 12h, ou pelo e-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pelo(a) senhor(a)/ representante legal (se houver participante menor de idade), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Parnaíba

Endereço: Av. Monsenhor Antônio Sampaio, s.n. Bairro: Dirceu Arcoverde – CEP: 64211-145 – Parnaíba/PI
Telefone: (86) 3315-6900 - E-mail: profept.ifpi@ifpi.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria 654/2017
Resolução CONIF/IFPI nº 074/2018

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu,
_____, estou de acordo em participar desta pesquisa,
assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo
em participar.

Esperantina - PI, ____ de ____ de 2023

Assinatura do(a) responsável pelo participante RG / CPF

Assinatura do pesquisador responsável RG / CPF

Assinatura do pesquisador responsável RG / CPF

(86)99914-1237 E mail: bethilulu@gmail.com

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Parnaíba

Endereço: Av. Monsenhor Antônio Sampaio, s.n. Bairro: Dirceu Arcoverde – CEP: 64211-145 – Parnaíba/PI
Telefone: (86) 3315-6900 - E-mail: profept.ifpi@ifpi.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria 654/2017
Resolução CONIF/IFPI nº 074/2018

No dia 04 de maio de 2024, às 09h, no(a) meet.google.com/fxe-srqu-raj - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí, ocorreu a defesa pública do Produto Educacional do(a) mestrando(a) Lucia de Fatima Pereira Santos Vicente, intitulado “Escrevivendo Memórias na Educação Profissional e Tecnológica”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dra. Francisca Raquel da Costa (presidente e orientador(a)), Dra Joselma Ferreira Lima e Silva, Emmanoela Moura Maciel e Michele Lopes da Silva Alves, a fim de arguirem o(a) mestrando(a). Aberta a sessão pelo(a) presidente da mesma, coube ao(à) candidato(a), na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo o(a) mesmo(a) em seguida, questionado(a) pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram o Produto Educacional:

(X) Aprovado.

() Não aprovado.

Observações/Recomendações:

O Trabalho foi aprovado com mérito, com sugestões de algumas alterações e correções. O mesmo foi indicado para a publicação devido à relevância da temática e qualidade do trabalho.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA RAQUEL DA COSTA
Data: 27/08/2024 19:49:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dra. Francisca Raquel da Costa
(presidente e orientador(a))

Documento assinado digitalmente
 MICHELE LOPES DA SILVA ALVES
Data: 28/08/2024 07:17:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Parnaíba

Endereço: Av. Monsenhor Antônio Sampaio, s.n. Bairro: Dirceu Arcoverde – CEP: 64211-145 – Parnaíba/PI
Telefone: (86) 3315-6900 - E-mail: profepi@ifpi.edu.br

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria
654/2017 Resolução CONIF/IFPI nº 074/2018

Prof.(a) Michele Lopes da Silva Alves

Documento assinado digitalmente
 JOSELMA FERREIRA LIMA E SILVA
Data: 28/08/2024 11:05:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dra Joselma Ferreira Lima e Silva

Prof.(a) Emanoela Moura Maciel (Suplente)

Documento assinado digitalmente
 LUCIA DE FATIMA PEREIRA SANTOS VICENTE
Data: 12/09/2024 11:54:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato:

Aluno(a): Lucia de Fatima Pereira Santos Vicente

Parnaíba (PI), 04 de maio de 2024.

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO DE PROJETO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Parnaíba
Endereço: Av. Monsenhor Antônio Sampaio, s.n. Bairro: Dirceu Arcoverde - CEP: 64211-145 -

Parnaíba/PI Telefone: (86) 3315-6900 - E-mail: profept.ifpi@ifpi.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria
654/2017 Resolução CONIF/IFPI nº 074/2018

No dia 29 de agosto de 2023, às 14h, na forma virtual, por meio da plataforma meet.google.com/uvf-oxyw-hgq - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí, ocorreu a defesa pública da qualificação de projeto de dissertação do(a) mestrando(a) Lúcia de Fátima Pereira Santos Vicente, intitulada “REVISITAR MEMÓRIAS PARA CONSTRUIR NOVAS HISTÓRIAS.

UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DAS ALUNAS NEGRAS DA 3ª SÉRIE DO CENTRO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE(CEEP) LEONARDO DAS DORES / ESPERANTINA-PI.”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dra. Francisca Raquel da Costa (presidente e orientador(a)), Dra. Joselma Ferreira Lima e Silva, Dra. Emanoela Moreira Maciel e Dra. Michele Lopes da Silva, a fim de argüirem o(a) mestrando(a). Aberta a sessão pelo(a) presidente da mesma, coube ao(à) candidato(a), na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo o(a) mesmo(a) em seguida, questionado(a) pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram a dissertação:

(X) Aprovada.

() Não aprovada.

Observações/Recomendações:

O trabalho foi considerado aprovado sendo destacado a relevância da temática da dissertação e o produto educacional que será gerado a partir do mesmo. A banca examinadora recomenda que sejam realizadas os ajustes indicados pela mesma para a melhoria do trabalho.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria
654/2017 Resolução CONIF/IFPI nº 074/2018

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA RAQUEL DA COSTA
Data: 27/08/2024 19:37:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dra. Francisca Raquel da Costa

Documento assinado digitalmente
 MICHELE LOPES DA SILVA ALVES
Data: 28/08/2024 07:17:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dra Michele Lopes da Silva

Documento assinado digitalmente
 JOSELMA FERREIRA LIMA E SILVA
Data: 28/08/2024 11:03:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dra Joselma Ferreira Lima e Silva

Prof.(a) Dra Emanoela Moreira Maciel (Suplente)

Prof.(a) (Suplente) Documento assinado digitalmente
 LUCIA DE FATIMA PEREIRA SANTOS VICENTE
Data: 12/09/2024 12:08:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato:

Aluno(a): Lúcia de Fátima Pereira Santos Vicente

Parnaíba (PI), 29 de agosto de 2023

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DOPIAÚÍ

Curso Recomendado pela CAPES Portaria 654/2017 Resolução CONIF/IFPI nº
074/2018

DECLARAÇÃO DO(A) ORIENTADOR(A)

Eu, Professor(a) Dra. Francisca Raquel da Costa, orientador(a) do(a) aluno(a) **Lucia de Fatima Pereira Santos Vicente**, CPF: 82213437300, RG: 4059071, Órgão Expedidor: SSPPI, do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Campus Parnaíba, declaro que, após a defesa pública e apreciação da banca avaliadora, o trabalho de conclusão de curso intitulado “IDENTIDADE RACIAL NA CULTURA ESCOLAR: “ESCREVIVENDO” MEMÓRIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.”, encontra-se finalizado.

Parnaíba (PI), 04 de maio de 2024

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA RAQUEL DA COSTA
Data: 27/08/2024 20:19:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Francisca Raquel da Costa